



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL
CAMPUS DO PANTANAL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
MESTRADO EM EDUCAÇÃO



JUCILENE AZEVEDO FONTELES

**CONCEPÇÕES DO TRADUTOR INTÉRPRETE DE LIBRAS SOBRE A
FORMAÇÃO PROFISSIONAL E ATUAÇÃO NA EDUCAÇÃO ESCOLAR**

CORUMBÁ (MS)

2023

JUCILENE AZEVEDO FONTELES

**CONCEPÇÕES DO TRADUTOR INTÉRPRETE DE LIBRAS SOBRE A
FORMAÇÃO PROFISSIONAL E ATUAÇÃO NA EDUCAÇÃO ESCOLAR**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação do *Campus* do Pantanal (PPGE/CPAN), Área de Concentração em Educação Social, da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), na linha de pesquisa: Políticas, práticas educacionais e exclusão/inclusão social, como requisito para obtenção do Título de Mestre em Educação.

Orientador: Prof. Dr. Fabiano Quadros Rückert.

CORUMBÁ (MS)

2023

JUCILENE AZEVEDO FONTELES

Dissertação intitulada **CONCEPÇÕES DO TRADUTOR INTÉRPRETE DE LIBRAS SOBRE A FORMAÇÃO PROFISSIONAL E ATUAÇÃO NA EDUCAÇÃO ESCOLAR**, apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, área de concentração em Educação Social, da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), Campos Pantanal, como requisito para obtenção do Título de Mestre em Educação, sob a orientação do Prof. Dr. Fabiano Quadros Rückert.

Aprovada em: 12/12/2023.

BANCA EXAMINADORA:

Prof^o Dr. Fabiano Quadros Rückert (Orientador)
(Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - UFMS)

Prof^a. Dr. Sandra Eli Sartoreto de Oliveira Martins
(Membro Titular)
(Universidade Estadual Paulista -UNESP)

Prof^a. Dr. Christianne Thatiana Ramos de Souza
(Membro Titular)
(Universidade Federal do Pará - UFPA)

Prof^o. Dr. Fabiano Antonio dos Santos (Membro Suplente)
(Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - UFMS)

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, gostaria de agradecer a Deus, por ter me concedido força e sabedoria no desenvolvimento desta pesquisa. Embora, tenhamos momentos de dificuldade, ansiedade, tristeza, angústia e, por muitas vezes, a vontade de desistir. Enfim, agradeço a Ele por ter me amparado em todos os desafios até aqui.

Agradeço à minha família, meus pais: Francisco Rodrigues de Souza (*in memoriam*) e Francisca Maria Azevedo de Souza (*in memoriam*), cuja partida se deu antes do desenvolvimento deste estudo. Obrigada por tudo! Eu nada seria se não fossem os seus esforços. Foi inspirando-me na sua força e na sua coragem que eu optei pela luta de continuar. Dedico este trabalho inteiramente a você, mãe! Aos meus irmãos: Francisco de Assis Azevedo de Souza, João Eudes Azevedo de Souza, Jussier Azevedo de Souza e Gilson Azevedo de Souza. Agradeço também às minhas cunhadas e sobrinhos.

Quero agradecer ao meu esposo Carlos Gean Fonteles Borges, e aos meus filhos Nicolas Kelvin Fonteles Azevedo e Ingrid Maria Azevedo Fonteles, por toda a paciência e ajuda que me ofereceram, mesmo frente a momentos difíceis, os quais enfrentamos sempre juntos.

Deixo um agradecimento especial ao meu Orientador Fabiano Quadros, pela paciência, por ensinar-me valiosas lições sobre a importância de ser resiliente, no meu crescimento acadêmico. Adicionalmente, fez muito além das atribuições de um orientador, palavras sei que vão me faltar para expressar o meu agradecimento, mas aqui vai o meu muito obrigada!

Agradeço aos(às) intérpretes participantes desta pesquisa, por terem aceitado o convite e encontrado um tempo para preencher o questionário.

Também agradeço ao Lucas Ramos, por ter-me auxiliado, não somente na revisão da língua portuguesa deste texto, mas por todas as considerações e contribuições acrescidas.

Quero agradecer a Jeanny Urquiza, pela amizade e pela força nos momentos mais difíceis dessa minha jornada, muito obrigada, minha querida amiga!

Enfim, são tantas as pessoas que agradeço, que não conseguirei mencioná-las aqui. Desse modo, agradeço a todo(a)s que tenham cooperado de alguma forma na minha vida.

RESUMO

O trabalho dissertativo aqui apresentado tem por finalidade investigar as concepções dos intérpretes de Libras sobre sua formação e atuação no contexto da Educação Básica. Para compreender os desdobramentos da temática, utilizou-se as seguintes questões norteadoras: O que pensam os Tradutores e Intérpretes de Língua de Sinais sobre a formação profissional que receberam? O que dizem sobre a trajetória formativa que vivenciaram? Quais concepções elaboram a respeito de sua própria atuação? E como interpretam a Educação de Surdos no quadro mais amplo do sistema de ensino público no Brasil? Dentro deste escopo, desenvolvemos uma pesquisa qualitativa composta de dois procedimentos: a revisão bibliográfica e a aplicação de um questionário para coletar as concepções do público-alvo. Devido ao contexto da Pandemia de Covid-19, o questionário foi aplicado pela Plataforma *Google Forms* e foi direcionado aos intérpretes que trabalham na Educação Básica. Os resultados finais da pesquisa são apresentados em três capítulos. O primeiro capítulo descreve o panorama histórico e político que orienta a Educação Especial e a Educação de Surdos no Brasil e concede especial atenção para a formação do profissional identificado como Tradutor e Intérprete Libras (TILS). No segundo capítulo foi realizado um levantamento das dissertações e teses publicadas no Banco Digital de Teses de Dissertações (BDTD) da CAPES que abordam a temática da formação e atuação do TILS. Complementando estes dois capítulos, apresentamos o questionário que foi dividido em blocos com o objetivo de agrupar perguntas que se assemelhassem, e as análises das respostas, também acrescentamos gráficos gerados que contribuíam para as análises. Condensamos no terceiro capítulo a análise e os resultados verificados com base nas respostas dos 35 participantes que preencheram o questionário com 13 perguntas. Foi possível verificar diversos fatores relacionados com a formação e a atuação do TILS como o nível de formação cada um e os aspectos positivos e negativos vivenciados no ambiente de trabalho. Além disso, com base nos fatores exógenos e endógenos que motivaram os intérpretes a estudarem a Libras. Por fim, temos que é na relação complexa (família, surdo e educador) que os intérpretes de Libras estão inseridos e, para o fortalecimento de qualquer estrutura, é necessária uma boa base. Ao praticar essa parceria, os envolvidos poderão trabalhar os pontos negativos buscando a melhor aprendizagem do aluno surdo.

Palavras-chave: Intérprete de Libras. Educação Básica. Comunidade Surda.

ABSTRACT

The dissertation presented here aims to investigate the conceptions of Libras interpreters about their training and performance in the context of Basic Education. To understand the unfolding of the theme, the following guiding questions were used: What do sign language translators and interpreters think about the professional training they received? What do they say about the formative trajectory they experienced? What conceptions do they develop about their own performance? And how do they interpret Deaf Education in the broader context of the public education system in Brazil? Within this scope, we developed qualitative research composed of two procedures: the bibliographic review and the application of a questionnaire to collect the conceptions of the target audience. Due to the context of the Covid-19 Pandemic, the questionnaire was applied by the Google Forms Platform and was directed to interpreters who work in Basic Education. The final results of the research are presented in three chapters. The first chapter describes the historical and political panorama that guides Special Education and Education for the Deaf in Brazil and gives special attention to the training of professionals identified as Libras Translator and Interpreter (TILS). In the second chapter, a survey of dissertations and theses published in the Digital Bank of Theses of Dissertations (BDTD) of CAPES was carried out that address the theme of the formation and performance of the TILS. Complementing these two chapters, we present in Annex the questionnaire that was applied and the generated graphs - with the exception that the material has not yet been properly analyzed. We condense in the third chapter the analysis and results verified based on the responses of the 35 participants who completed the questionnaire with 13 questions. It was possible to verify several factors related to the training and performance of TILS, such as the level of training each person and the positive and negative aspects experienced in the work environment. Furthermore, based on the exogenous and endogenous factors that motivated interpreters to study Libras. Finally, it is in the complex relationship (family, deaf and educator) that Libras interpreters are inserted and, to strengthen any structure, a good foundation is necessary. By practicing this partnership, those involved will be able to work on the negative points, seeking better learning for the deaf student.

Keywords: Libras Interpreter. Basic Education. Deaf Community.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Tabela de honorários para interpretação educacional.	24
Quadro 2 – Dados sobre a formação profissional dos participantes da pesquisa.	48
Quadro 3 – Bloco de respostas sobre experiências pessoais com a Libras.	57
Quadro 4 – Conjunto de respostas sobre profissionalização em Libras.	63
Quadro 5 – Dados sobre a distribuição dos participantes no âmbito da Educação Básica	68
Quadro 6 – Bloco de respostas sobre a valorização profissional e os principais problemas enfrentados.	71
Quadro 7 – Bloco de respostas sobre percepções relacionais no ambiente de trabalho (aspectos positivos e negativos).	78
Quadro 8 – Bloco de respostas sobre interações do TILS com os pais dos alunos surdos.	82

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Porcentagem de produções por região.....	37
Gráfico 2 – Percentual da produção de trabalhos de pós-graduação (<i>stricto sensu</i>) sobre a atuação do intérprete de libras na educação básica por região.	37
Gráfico 3 – Quantidade de trabalhos de pós-graduação (<i>stricto sensu</i>) sobre a atuação do intérprete de libras na educação básica publicados por ano.	38
Gráfico 4 – Percentual de profissionais graduados por período de 5 anos (2001-2022)	51
Gráfico 5 – Percentual de profissionais com pós-graduação.....	54
Gráfico 6 – Quantitativo de especializações por modalidade de pós-graduação.....	55
Gráfico 7 – Percentual dos ambientes que proporcionaram o primeiro contato dos participantes da pesquisa com a Libras.....	59
Gráfico 8 – Percentual dos fatores que influenciaram na motivação dos participantes em aprender Libras.	61
Gráfico 9 – Percentual de participante por método de capacitação profissional.	65
Gráfico 10 – Percentual de participantes por período de experiência profissional.....	67
Gráfico 11 – Percentual de participantes por modalidade de ensino	69
Gráfico 12 – Percentual de participantes por esfera da sua instituição de trabalho.....	70
Gráfico 13 – Percentual de participantes por percepção de valorização do trabalho.	74
Gráfico 14 – Percentual de participantes por espécie de dificuldades apresentadas.	76
Gráfico 15 – Respostas sobre interações do TILS com os pais dos alunos surdos.....	85

LISTA DE ABREVIATURA E SIGLAS

- AEE** – Atendimento Educacional Especializado
- APILS** – Associações de Tradutores, Intérpretes e Guia-intérpretes de Língua de Sinais
- BDTD** – Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações
- CAPES** – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
- CNPq** – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
- CRFB** – Constituição da República Federativa do Brasil
- DUDH** – Declaração Universal dos Direitos Humanos
- E EI** – Educação Especial Inclusiva
- EI** – Educação Infantil
- EJA** – Educação de Jovens e Adultos
- FAIARA** – Faculdade Integrada de Araguatins
- FDUSP** – Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo
- FEBRAPILS** – Federação Brasileira das Associações dos Profissionais Tradutores e Intérpretes e Guia-Intérpretes de Língua de Sinais
- FENEIS** – Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos
- IE** – Intérpretes Educacionais
- IES** – Instituição de Ensino Superior
- INEP** – Instituto Nacional de Estudos de Pesquisa Educacionais
- LIBRAS** – Língua Brasileira de Sinais
- MEC** – Ministério da Educação
- TILS** – Tradutores Intérprete de Língua de Sinais
- UEPA** – Universidade do Estado do Pará
- UFAM** – Universidade Federal do Amazonas
- UFC** – Universidade Federal do Ceará
- UFMS** – Universidade Federal do Mato Grosso do Sul
- UFPA** – Universidade Federal do Pará
- UFSC** – Universidade Federal de Santa Catarina
- UNB** – Universidade de Brasília
- UNIP** – Universidade Paulista
- UNIUBE** – Universidade de Uberaba
- UVA** – Universidade Veiga de Almeida
- EAD** – Ensino a Distância

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
2 DESENVOLVIMENTO HISTÓRICO	16
2.1 Notas introdutórias sobre a atuação dos TILS no ambiente escolar	16
2.2 A profissionalização da interpretação de Libras: uma história inacabada	18
2.2.1 A atuação do tradutor e intérprete de Libras antes da regulamentação profissional.....	18
2.2.2 A história da regulamentação da profissão dos intérpretes de Libras perante os marcos legais	21
2.2.3 Regulamentação e as questões éticas da tradução e interpretação da Libras.....	24
2.2.4 A bússola ética do intérprete de Libras	25
2.2.5 As habilidades que um intérprete necessita para exercer sua profissão	26
2.2.6 Terminologias usadas para definir o papel do intérprete de línguas de sinais no contexto educacional.....	28
3 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA	33
3.1 Panorama das Teses e Dissertações sobre a atuação do Tradutor e Intérprete de Libras na educação básica (2017-2021)	33
3.1.1 Método utilizado para levantamento de dados.....	34
3.1.2 Mapeamento dos estudos produzidos.....	35
3.1.3 Perfil dos autores.....	39
3.1.4 Temáticas mais incidentes	41
3.1.5 Síntese dos resultados.....	44
4 ANÁLISES E RESULTADOS	46
4.1 Procedimentos e análise do questionário aplicado	46
4.1.1 Trilhando pelo caminho do conhecimento: formação e qualidade de ensino.....	47
4.1.2 Os primeiros passos no mundo da Libras: contato, motivação e necessidade de comunicar.....	57
4.1.3 Profissionais capacitados e suas experiências na educação, eleva na qualidade do ensino	63
4.1.4 O profissional intérprete de Libras dentro do campo educacional.....	67
4.1.5 Percepções sobre valorização profissional	70
4.1.6 Pontos positivos e negativos no ambiente educacional: perspectivas do profissional intérprete de Libras	78
4.1.7 O intérprete de Libras e o elo familiar do educando: uma relação complexa	81

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	87
REFERÊNCIAS.....	90

1 INTRODUÇÃO

O cenário educacional do nosso país tem ampla notoriedade dentro de discussões que problematizam as funções das instituições escolares e o espaço assumido pela educação escolar no mundo contemporâneo. A educação escolar é considerada a pedra fundamental para a formação de cidadãos conscientes do seu papel na sociedade. Dentre as competências necessárias para o exercício da cidadania, o respeito pela diversidade é uma das mais importantes.

No âmbito da educação básica brasileira, a diversidade do público atendido abrange aspectos culturais, religiosos, cognitivos, linguísticos, físicos e socioeconômicos. Nosso sistema de ensino público está respaldado por uma série de leis, diretrizes e normas que visam assegurar a efetiva oferta de uma educação inclusiva. No entanto, sabemos que existe uma distância entre o conteúdo dos textos jurídicos que tratam da educação inclusiva e as práticas de ensino no cotidiano das escolas. Refletir sobre esta distância é um dos objetivos da presente dissertação.

Dentro do contexto mais amplo da educação inclusiva, o foco da pesquisa incide na educação de surdos. E mais especificamente, no trabalho desenvolvido pelo profissional denominado Tradutor Intérprete de Língua de Sinais (TILS) no atendimento dos alunos surdos.

Com isso, enfatiza-se a importância de conhecermos a função social onde os intérpretes de Libras estão inseridos, mediante a necessidade comunicacional da comunidade surda. Essa comunicação é reconhecida o uso linguístico da Língua Brasileira de Sinais (Libras). Como uma elo entre as duas línguas (o Português e a Libras), surge o intérprete.

Na concepção que orientou a pesquisa o TILS foi interpretado numa dupla perspectiva: na primeira, ele é um profissional da educação inserido dentro de instituições de ensino escolar; na segunda, ele é socialmente reconhecido como portador de uma competência linguística específica – uma competência que deve ser usada para intermediar a comunicação entre surdos e ouvintes. Na prática, as duas perspectivas coexistem e se complementam. No entanto, elas apresentam particularidades que serão exploradas no decorrer desta Dissertação.

No intuito de compreender quem são os sujeitos que atuam como tradutores intérpretes da língua de sinais; e na intenção de analisar as relações que eles estabelecem com as instituições de ensino e com os demais profissionais da educação, optamos por conceder voz

para este segmento profissional. Ou dito de outra forma, optamos por abordar suas experiências de formação, suas condições de trabalho e suas opiniões a respeito da educação de surdos.

Seguindo essa ideia, a pesquisa buscará entender como se processa o binômio formação-atuação do TILS na atual conjuntura educacional do Brasil. Partimos da premissa de que esses profissionais são fundamentais para a educação escolar da pessoa surda, na medida em que possibilitam o uso da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) no ambiente escolar.

Segundo Arantes e Pires (2012) a reflexão sobre elementos formativos e práticas de atuação é relevante para que se melhore a qualidade de inclusão da pessoa surda nos contextos de educação formal, ainda visando respeito e o fortalecimento desta cultura e de suas inúmeras formas de expressão no interior da própria comunidade escolar.

Destarte, o conhecimento sobre o que pensam os profissionais intérpretes de Libras é importante para a desconstrução de mitos, inverdades e estereótipos a respeito da educação dos surdos e da própria língua de sinais, ainda marcadas por preconceitos de natureza histórica e cultural. Outro ponto importante é desvelar o que pensam esses profissionais sobre a forma como atuam. Acreditamos que as suas experiências podem contribuir para a proposição de maneiras de ensino mais condizentes com as necessidades educacionais da comunidade surda, além de ser uma reflexão propícia para revelar aspectos que precisam ser repensados na atuação junto à população surda, com vista a facilitar e melhorar a própria comunicação (Arantes; Pires, 2012).

Consonante a esta linha de raciocínio, Jordão (2013) esclarece que a formação desses profissionais tem um papel relevante para a escolarização dos surdos por serem os mediadores responsáveis pelo dialogismo entre a cultura surda e a cultura ouvinte. Por isso, refletir sobre os contextos de sua formação (de modo a incluir saberes, limites e lacunas) e como se efetiva a sua prática (considerando habilidades e dificuldades) é um passo imprescindível para a valorização de pessoas surdas e da língua de sinais.

De acordo com Arantes e Pires (2012) para que o TILS possa atender didaticamente às necessidades educacionais de alunos surdos, é necessário que tenha uma formação especial, para que possa ser proficiente ao adaptar o currículo escolar em prol dessas mesmas necessidades. Segundo Guarinello (2008) esta formação deve abarcar concepções sobre língua, linguagem, tradução e interpretação, para que o profissional saiba utilizar competentemente esses conceitos. O Decreto nº 5.626/2005 ao dispor sobre o processo formativo de intérpretes de Libras atribui relevância a este profissional, pois regularmente a sua formação deverá ocorrer em nível superior e médio.

Jordão (2013) evidencia que, para a formação de intérpretes ouvintes (cuja Língua Portuguesa se configura como a primeira língua), é importante o aspecto motivacional, com vistas a um efetivo aprendizado em Libras. A motivação pode ser oriunda de interesses sociais, econômicos e profissionais e é um fator crucial para a ampliação de conhecimentos em relação à língua de sinais. Também é crucial que os intérpretes se insiram de maneira efetiva na comunidade surda para ter maior conhecimento sobre as particularidades de sua forma de comunicação gestual.

Por outro lado, Nascimento (2019) alerta que o aprendizado da língua de sinais ainda em âmbito de formação inicial deve ocorrer em situações contextualizadas, para que não se cultive a concepção de que esta forma de comunicação é repleta apenas por códigos que são desconexos de sentidos. Consonante ao exposto, a primeira autora reflete sobre o emprego adequado das metodologias de ensino nos cursos de formação, deixando claro que:

É necessário considerar não só os aspectos motivacionais que permeiam o processo de aprendizagem de uma língua, mas também as metodologias utilizadas para o seu ensino que, em muitos casos, ainda privilegiam a estrutura gramatical, demonstrando um ensino baseado em situações descontextualizadas, as quais não despertam o interesse dos alunos e não propiciam satisfatoriamente a compreensão (Jordão, 2013, p. 31).

No que tange à atuação de intérpretes de Libras, Napier (2002 *apud* Jordão, 2013) elucida que as práticas desses profissionais devem se efetivar para além da interpretação, de modo a possibilitar aos alunos surdos uma interação saudável com seus pares ouvintes e professores. Outros pontos destacáveis são os cuidados que tais profissionais devem tomar durante a prática de interpretação, que perpassam à escolha de sinais que farão mais sentido dentro de um determinado contexto e até à fidedignidade da mensagem para que não se provoquem ideias equivocadas (Jordão, 2013).

A função dos intérpretes de Libras não se circunscreve apenas à mediação de interlíngua, pois em seu contexto de atuação, esse profissional assume uma série de funções, tais como: “[...] ensinar língua de sinais, atender às demandas pessoais do aluno, cuidados com o aparelho auditivo, atuar frente ao comportamento do aluno, estabelecer uma posição adequada em sala de aula, atuar como educador frente às dificuldades de aprendizagem do aluno, dentre outras” (Jordão, 2013, p. 22).

A partir do que foi exposto podemos refletir o quanto os profissionais TILS são fundamentais para concretizar práticas includentes, que garantem o direito de comunicação de surdos com seus próprios pares e ouvintes. Deste modo, aspectos como formação e atuação influenciam no posicionamento político-pedagógico desses profissionais, de modo a orientar as suas ações. Neste contexto, apresentamos as questões que orientam a pesquisa. São elas: O que

pensam os TILS sobre formação profissional que receberam? O que dizem sobre a trajetória formativa que vivenciaram? Quais concepções elaboram a respeito de sua própria atuação? E como interpretam a Educação de Surdos no quadro mais amplo do sistema de ensino público brasileiro?

É este o cerne desta investigação: atribuir relevância às concepções dos profissionais TILS, para que possamos, conseqüentemente, melhorar (em termos qualitativos) o processo de inclusão de alunos surdos nos espaços escolares, com vista a respeitar e a valorizar sua cultura e a língua de sinais nestes contextos.

Esta pesquisa se fundamenta no método qualitativo, haja vista que esta abordagem “ênfatisa as particularidades de um fenômeno em termos de seu significado para o grupo pesquisado” (Figueiredo; Souza, 2011, p. 97). É importante elucidar que este tipo de método compreende o universo de motivações, atitudes, significados, crenças e valores dos fenômenos. Nas palavras de Figueiredo e Souza (2011, p. 98):

O método qualitativo fundamenta-se em informações deduzidas das interações interpessoais e da coparticipação dos informantes. O pesquisador é um participante ativo, ele interage em todo o processo, compreende, interpreta e analisa os dados a partir da significação das informações coletadas.

Iniciamos a abordagem pela revisão bibliográfica, uma vez que este procedimento “[...] é de fundamental importância porque consiste no primeiro passo de qualquer estudo” (Figueiredo; Souza, 2011, p. 103-104). Nesta etapa, concentramos nossa atenção na bibliografia acadêmica produzida a respeito da atuação dos TILS no contexto da Educação de Surdos no Brasil.

Posteriormente, avançamos para uma pesquisa empírica buscando o diálogo com os TILS. Por limitações impostas pela Pandemia de COVID 19, a coleta dos dados precisou ser feita através da Plataforma *Google Forms*, em formato de questionário com 13 perguntas. O questionário foi direcionado aos intérpretes que trabalham na Educação Básica. O procedimento de envio do questionário (via *e-mail*) contou com a colaboração de instituições universidades e associações de tradutores e intérpretes de libras. A iniciativa de enviar o questionário via e-mail, especificando que ele deveria ser respondido por TILS que atuavam na Educação Básica, resultou na composição de um grupo de 35 participantes.

O questionário foi desenvolvido utilizando três modalidades, criadas por Gil (2008), a modalidade de pergunta fechada; tem alternativas no qual o participante escolhe a resposta que se encaixa dentre as alternativas, aberta; nessa modalidade o participante fica livre para expor sua resposta; e relacionadas; são perguntas que têm uma certa dependência de questões tratadas anteriormente.

Por fim, também levará em conta a pesquisa descritiva, que “[...] procura analisar fatos e/ou fenômenos, fazendo uma descrição detalhada da forma como se apresentam esses fatos e fenômenos, ou, mais precisamente, é uma análise em profundidade da realidade pesquisada” (Oliveira, 2007, p. 68). Na perspectiva desta última autora, a pesquisa descritiva é aquela que proporciona a elucidação das relações de causa e efeito dos fenômenos, de forma a igualmente permitir a análise de variáveis que influenciam os mesmos.

Com base no exposto, cumpre evidenciar a estruturação desta pesquisa. No primeiro capítulo apresentamos um breve histórico da educação especial e suas ramificações, destacamos as leis referentes à Educação de Surdos e abordamos o papel dos intérpretes no contexto educacional brasileiro. No segundo capítulo apresentaremos um levantamento de dissertações e teses, que abordam a temática da pesquisa traçando uma linha temporal de dez anos. Posteriormente, no terceiro capítulo, concentramos nossa atenção no questionário e analisamos as respostas coletadas. Por fim, teremos as considerações finais e as referências que foram utilizadas.

2 DESENVOLVIMENTO HISTÓRICO

2.1 Notas introdutórias sobre a atuação dos TILS no ambiente escolar

A atuação dos TILS no ambiente escolar perpassa todo o corpo desta dissertação. Contudo, considerando a relevância e complexidade do tema, entendemos ser pertinente inserir algumas questões introdutórias neste primeiro capítulo. A primeira questão diz respeito aos verbos “traduzir” e “interpretar” – dois elementos centrais para o uso da LIBRAS. A segunda questão, diz respeito a inserção dos TILS no ambiente escolar.

Para atuar na Educação de Surdos, a distinção entre “traduzir” e “interpretar” não é um assunto de pouca importância. Com o objetivo de diferenciar esses termos, Lacerda (2017, p. 14) esclarece que:

Traduzir estaria ligado à tarefa de versar de uma língua para outra trabalhar com textos escritos. Desse modo, o tradutor teria tempo para ler, para refletir sobre as palavras utilizadas e os sentidos pretendidos e, ao traduzir para língua alvo, poderia consultar dicionários, livros, pessoas na busca de trazer os sentidos pretendidos do modo mais adequado. Já o intérprete está ligado à tarefa versar de uma língua para outra nas relações interpessoais, trabalhando na simultaneidade, no curto espaço de tempo entre o ato de enunciar e o ato de dar acesso ao outro àquilo que foi enunciado. Assim, o intérprete trabalha nas relações sociais em ato, nas relações face a face, e deve tomar decisões rápidas sobre como versar um termo ou um sentido de língua para outra, sem ter tempo para consultas ou reflexões.

Com base na concepção apresentada pela autora, as principais diferenças entre a tradução e a interpretação seriam o tempo necessário para as tomadas de decisões e a possibilidade (ou impossibilidade) de consultar materiais para elaborar uma determinada tradução. Considerando estas diferenças, Lacerda (2017) ressalta o quanto é desafiador trabalhar com a interpretação e oferece uma importante contribuição para os profissionais que trabalham com a Língua de Sinais.

O processo histórico de atuação dos tradutores e intérpretes é bem antigo e encontrar registros que comprovem a atuação desses profissionais não é uma tarefa fácil. Alguns relatos encontrados descrevem que, na antiguidade, o papel desses profissionais era semelhante ao dos:

[...] tradutores, com quem são frequentemente confundidos; o tradutor trabalha com a palavra escrita, o intérprete com a palavra falada. Assim começa o livreto da União Europeia (*Commission of the European Communities*, s/d) com informações para os candidatos a seus cursos de formação de intérpretes que atendem às necessidades da instituição, o maior empregador de tradutores e intérpretes do mundo (Pagura, 2003, p. 210).

Genericamente chamados de “tradutores”, os profissionais que atuam na mediação comunicativa entre surdos e ouvintes precisam transmitir as informações relatadas de forma

simultânea e sem o auxílio de materiais como livros e dicionários. Para Lacerda (2017, p. 16) temos que:

[...] é possível considerar que o tradutor e o intérprete são profissionais ponte, ou seja, favorecem que uma mensagem cruze a ‘barreira linguística’ entre duas comunidades. Desse modo, tradução e interpretação têm em comum, pois são dois modos de alcançar esse mesmo objetivo. Outro aspecto comum é que em ambas as atividades é fundamental dominar os idiomas envolvidos, sendo que o tradutor precisa ter domínio da forma escrita e o intérprete da forma oral.

Trabalhar nas duas esferas, tanto na interpretação quanto na tradução, não é uma tarefa fácil, exigem um domínio e conhecimento nas duas modalidades, realizando o processo de comunicação entre os ouvintes e surdos. Uma profissão desafiadora, porém, de extrema importância por intermediar e fazer o elo entre as duas línguas.

Dentro do ambiente escolar, o trabalho exercido pelos TILS está inserido na rotina das escolas e de forma direta ou indireta é influenciado pelas relações que se estabelecem entre o intérprete e os demais profissionais da educação. Em determinadas situações, a prioridade deste trabalho – que consiste em garantir o direito comunicacional da comunidade surda – é comprometida por interferências do gestor ou por procedimentos institucionais que dificultam um efetivo envolvimento do intérprete com os alunos surdos. Neste sentido, consideramos pertinente a advertência feita por Santa Catarina (2013, p. 33):

A escola não deve esperar que um intérprete “profissional” prepare aulas, dê notas, cuide de turma, sua preparação está apenas em aperfeiçoar sua interpretação/tradução por meio de estudos terminológicos entre a língua portuguesa e a LIBRAS. O intérprete, como estratégia de interpretação, poderá utilizar os recursos visuais pelo professor regente (espera-se que o professor traga esses recursos, não apenas pelo aluno surdo, mas por todos) para estabelecer algum sinal ou contextualizar no espaço da sinalização sua interpretação.

Quando a escola direciona de maneira assertiva a educação aos surdos, levará o apoio comunicacional de forma pontual, sem desviar a real função do intérprete dentro da sala de aula. O intérprete com estratégias que envolvem recursos visuais e interpretação contribuirá para uma aprendizagem com mais qualidade. Quando se aplica o uso de materiais visuais no ambiente escolar, garante-se um desenvolvimento positivo não somente aos alunos surdos em termos de aprendizagem, mas também aos educandos, facilitando suas atividades ao lado do intérprete para garantir uma educação mais abrangente aos que venham necessitar.

Algumas instituições que desenvolvem trabalhos com a educação, costumam direcionar o intérprete para outras funções dentro da escola. Este tipo de situação, quando ocorre, interfere no desenvolvimento do trabalho e prejudica a imagem funcional deste profissional, uma vez

que sempre desviado de sua função assume um papel de “quebra-galho” como descreve o manual de orientação a seguir:

Estamos cientes de que muitos intérpretes têm exercido diferentes funções que não lhes cabem, como: copiar a matéria para o aluno surdo, cuidar dos alunos da turma na ausência do professor, ajudar na limpeza da escola, anotar os alunos que bagunçam e repassar para o professor regente. Essas atividades não são nem melhores nem piores do que a função do intérprete, mas apenas não são suas atribuições. O intérprete foi contratado para função de interpretação, o que não é pouco (Santa Catarina, 2013, p. 33).

A definição entre as atividades que devem ser exercidas pelos TILS dentro das escolas e as atividades que competem aos demais profissionais envolvidos na oferta da educação escolar não é estática ou imutável. Ela deve ser flexível e construída no diálogo e na cooperação entre as partes. Mas para que isso ocorra, é preciso existir respeito mútuo entre os TILS e os demais profissionais da educação. Neste aspecto, nos parece interessante a metáfora do intérprete como uma “ponte” por meio da qual a escola pode superar a “barreira linguística” entre os surdos e os ouvintes (Lacerda, 2017, p.16).

2.2 A profissionalização da interpretação de Libras: uma história inacabada

Acreditamos que uma abordagem sobre a configuração do campo profissional atualmente ocupado pelos tradutores e intérpretes de Libras nos mostrará com maior clareza as conquistas e dificuldades enfrentadas por estes profissionais. Dentro desta concepção, o objetivo deste capítulo consiste em apresentar, com base na bibliografia especializada, considerações sobre a profissionalização do trabalho dos TILS no contexto do sistema educacional brasileiro.

A reflexão que desenvolvemos busca articular dois fenômenos distintos, mas interligados. De um lado, nossa reflexão contempla o papel do Estado na configuração de um campo profissional para os Intérpretes de Libras; e, do outro, ela contempla a atuação das associações que representam os profissionais intérpretes, com ênfase para a Federação Brasileira das Associações dos Profissionais Tradutores e Intérpretes e Guia-Intérpretes de Língua de Sinais (Febrapils) e a Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos (FENEIS).

2.2.1 A atuação do tradutor e intérprete de Libras antes da regulamentação profissional

A relação entre o uso da Língua de Sinais e a necessidade de maior inserção dos surdos na sociedade ouvinte, é tema recorrente na bibliografia especializada. Neste sentido, Rodrigues

e Valente (2011) interpretam a atuação do TILS como uma “ponte” entre instituições comprometidas com a oferta da acessibilidade. Segundo Quadros (2002, p. 13), o “processo histórico deste profissional se deu a partir de atividades espontâneas que foram sendo valorizadas, enquanto atividades de trabalho, no decorrer do tempo em que os surdos foram construindo seu espaço de cidadania”.

Deste modo, lutas e conquistas contribuíram no fortalecimento da categoria do intérprete. No entendimento de Quadros (2004), ficou mais evidente com o passar do tempo e devido à inclusão de leis conquistadas pela comunidade surda, a qual fez surgir o reconhecimento da Libras como língua oficial no Brasil. Essa atuação foi ganhando mais notoriedade e de forma gradativa os intérpretes foram inseridos nos contextos socioculturais e educacionais, garantindo o acesso linguístico entre a comunidade surda e a dos ouvintes. A respeito da figura do intérprete como um elo entre as duas línguas, tem-se que:

Historicamente, as pessoas que tinham algum conhecimento da língua de sinais, “ajudavam” a comunicação entre pessoas surdas e ouvintes. Geralmente eram parentes, vizinhos ou algum amigo que, “voluntariamente doavam-se” para interpretar nos mais diversos espaços, possibilitando aos surdos o “acesso” às informações que circulavam na sociedade (Sander, 2005, p. 25).

Segundo Sander (2005), durante as primeiras décadas de difusão da Língua Brasileira de Sinais os intérpretes agiam em caráter assistencialista, não tinham o reconhecimento como um profissional e nem eram remunerados, pois, os seus serviços não geravam ônus e nem tão pouco tinham seus direitos trabalhistas assegurados.

Não é novidade que a maioria dos TILS apresentam seus primeiros passos de atuação de forma empírica e sem perceber, uma vez que exerce a prática no meio em que vive, seja dentro de casa com algum familiar surdo ou até mesmo em contato com vizinhos ou membros da igreja. Seus aprendizados iniciais se deram, na maior parte, em associações de surdos, cursos básicos ou convívio com surdos. Entretanto, a exigência de se comprovar a formação para atuação profissional tem levado várias instituições de ensino a realizarem cursos e exames que atestem a sua proficiência na língua, para se ter declarada a aptidão profissional (Anater; Passos, 2010).

No Brasil, a figura do TILS surgiu por volta dos anos 80. De acordo com Quadros (2004), as instituições religiosas brasileiras começaram a utilizar tradutores e intérpretes de Libras no processo de evangelização, cujos trabalhos assumiram uma função filantrópica frente às pessoas surdas, desenvolvendo-se por voluntariado, amizade ou pela existência de vínculo familiar. Nesse sentido, Sander (2005, p. 25) acrescenta:

[...] a maioria dos Intérpretes no mundo iniciou em igrejas cristãs, voluntariamente em nome da missão... Claro que os Intérpretes não sabiam que estavam fazendo, mas se sentiam no “caminho certo” e, apoiados pelos surdos, continuavam a servir os surdos “por amor”.

Isso denota que os TILS, inicialmente, desenvolviam uma interpretação sem garantia de qualidade e, muito menos, não tinham a noção de que estavam desbravando o que hoje conhecemos como tradutores e intérpretes de Libras. Contudo, entendiam que era a única forma de comunicação que tinham com os surdos da época e, por consequência, desenvolviam o trabalho voluntário, além de que, não eram remunerados, trabalhavam em nome da missão cristã e colaboravam apoiando a comunidade surda com a comunicação entre os ouvintes.

Esses profissionais que estavam inseridos anteriormente no contexto religioso, posteriormente passaram a assumir funções diferentes do que eram acostumados a exercer. Mediante o avanço das políticas públicas e leis direcionadas à educação especial, surge a necessidade da efetivação e reconhecimento desse profissional e muitos dos que trabalhavam como voluntários passaram a exercer funções e cargos em diversos setores, como:

[...] líderes da categoria e, atualmente, participam do cenário nacional enquanto articuladores do movimento em busca da profissionalização desse grupo, como membro e presidente das associações de intérprete de Língua de sinais no país (Masutti; Santos, 2008, p.153).

Nessa primeira fase, entre os anos de 1980 até 1990, segundo Silva (2011) os intérpretes iniciam sua atuação em outros campos (como na educação), surgindo então, os primeiros intérpretes educacionais (IE) atuando nos grandes centros urbanos de maneira pouco usual. Santa Catarina (2013) complementa citando que, vem se chamando IE por atuar no espaço educacional. Nesse sentido, Lacerda (2017) esclarece que “O termo ‘intérprete educacional’ é usado em muitos países (EUA, Canadá, Austrália, entre outros) para diferenciar o profissional intérprete (em geral) daquele que atua na educação, em sala de aula”. Lacerda (2000) ainda complementa “[...] será por ele que o surdo será ‘falado’ e ‘ouvido’ o outro compreendendo o seu papel e as dinâmicas gerados em sala de aula”.

A necessidade de se comunicar fez com que aumentasse a procura por esses profissionais, surgindo assim, a busca por estratégias que ajudassem a capacitar profissionais que possam realizar interpretação para os surdos. Isso demonstra o quanto é essencial a busca pela qualificação e pela troca de conhecimento; e a experiência vem a contribuir com a evolução do profissionalismo dos TILS. Quadros (2002, p. 14-15) aponta os principais encontros e seminários que corroboraram no fortalecimento da cultura surda, favorecendo troca de experiência entre os intérpretes, elencando da seguinte forma:

Em 1980, aconteceu o I Encontro Nacional de Intérprete e língua de Sinais organizado pela FENEIS (Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos) que propiciou, pela primeira vez, o intercâmbio entre alguns intérpretes do Brasil e a avaliação sobre a Ética do profissional intérprete. Em 1992, aconteceu o II Encontro Nacional de Intérprete de Língua de Sinais, também organizado pela FENEIS que promoveu o intercâmbio entre as diferentes experiências dos intérpretes no país; discussão e votação do regimento interno do Departamento Nacional de Intérpretes fundado mediante a aprovação do mesmo. A partir dos anos 90, foram estabelecidas unidades de Intérpretes ligadas aos escritórios regionais da FENEIS. Em 2002, a FENEIS sedia escritório em São Paulo, Porto Alegre, Belo Horizonte, Teófilo Otoni, Brasília e Recife, além da matriz no Rio de Janeiro.

No dia 24 de abril de 2002, foi homologada a Lei Federal nº 10.436, que reconhece a Língua Brasileira de Sinais como língua oficial das comunidades surdas brasileiras. Tal lei representa um passo fundamental no processo de reconhecimento e formação do profissional intérprete de sinais no Brasil, bem como, a abertura de várias oportunidades no mercado de trabalho respaldada pela questão legal.

Esses eventos contribuíram para expansão dos intérpretes nos âmbitos educacionais e em outros campos de atuação. Conseqüentemente, as políticas públicas se fortaleceram em favor da educação especial.

2.2.2 A história da regulamentação da profissão dos intérpretes de Libras perante os marcos legais

A Constituição da República Federativa do Brasil (CRFB), de 1988, marco histórico-legislativo dos direitos e garantias fundamentais, prevê em seu artigo 208, inciso III, que o dever do Estado com a educação será efetivado mediante garantia de atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino. Tal avanço se deu por influência internacional, uma vez que o país era signatário de convenções na esfera global como a Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH, 1948) e a Declaração dos Direitos das Pessoas Deficientes (1975), elevando os debates sobre direitos e políticas públicas de inclusão, sobretudo no âmbito da educação (Barbosa; Fialho; Machado, 2018).

O direito ao acesso comunicacional é outro ponto que merece destaque porque a comunidade surda necessita dessa inclusão em todos os contextos em que estão inseridos, principalmente em âmbito educacional, pois sabemos que a partir desse cenário teremos o desenvolvimento de cidadãos de direito inclusos na sociedade. Por outro lado, a falta desse apoio comunicacional pode interferir em proporções gigantescas no aprendizado e no conhecimento da pessoa surda. Os membros da comunidade surda são os mais prejudicados

perante esta realidade e as implicações relacionadas à falta de profissionais que realizam a interpretação podem ser melhor descritas nas palavras de Quadros (2004, p. 28-29), a qual apresenta os seguintes argumentos:

- a) Os surdos não participam de vários tipos de atividade (sociais, educacionais, culturais e políticas);
- b) Os surdos não conseguem avançar em termos educacionais;
- c) Os surdos ficam desmotivados a participarem de encontros e reuniões, etc.;
- d) Os surdos não têm acesso às discussões e informações veiculadas na língua falada sendo, portanto, excluído da interação social, cultural e política sem direito ao exercício de sua cidadania;
- e) Os surdos não se fazem “ouvir”;
- f) Os ouvintes que não dominam a língua de sinais não conseguem se comunicar com os surdos.

Em 2005, o Estado avançou no cumprimento do seu compromisso com a Educação Inclusiva e, por meio do Decreto nº 5.626/05, reconheceu a profissão e formação dos tradutores e intérpretes. Este ato político fortaleceu a comunidade surda e a língua de sinais, possibilitando avanços nas discussões sobre a formação dos intérpretes e sobre as suas responsabilidades profissionais (Brasil, 2005). Ressalta-se que os TILS são peças fundamentais para intermediar a comunidade surda e ouvinte, e com esses avanços puderam realizar a inclusão comunicacional devido a sua oficialização legal. Somente cinco anos após o decreto, a Lei nº 12.319/10 regulamentou a profissão, onde, conforme o inciso II, do art. 6º, deve ser instituído o:

[...] interpretar, em Língua Brasileira de Sinais – Língua Portuguesa, as atividades didáticas, didática-pedagógicas e culturais desenvolvidas nas instituições de ensino nos níveis fundamental, médio e superior, de forma a visibilizar o acesso aos conteúdos curriculares (Brasil, 2010).

A atividade do intérprete possui fatores bem mais complexos por se entender que a compreensão perpassa pelo nível de conhecimento. Cada nível de ensino que o intérprete seja convocado para fazer o acompanhamento do aluno, necessita que seus conhecimentos supram a demanda. Lacerda (2017, p. 36) reforça que “o profissional precisa ter conhecimentos específicos para que sua interpretação seja compatível com o grau de exigência [...], requer modos de interpretação, intervenção e conhecimento bastante distinto”.

Para garantia de profissionais capacitados, no ano 2007, o Ministério da Educação (MEC) desenvolveu o programa de proficiência na tradução e interpretação da libras-português-libras (Prolibras). A proposta do programa teve a finalidade de avaliar através de exames, certificando o avaliado, para trabalhar no ensino de Libras e na tradução e interpretação. No artigo 5º, com parceria ou não da União, passou a realizar, anualmente, exame em âmbito nacional, certificando proficiência em tradução e interpretação em Libras/Língua Portuguesa.

Com sete edições realizadas, o programa ProLibras encerrou o prazo estipulado no dia 22 de dezembro do ano 2015 (Brasil, 2010).

Com o final do prazo estipulado pela União, o exame do ProLibras passa a ser de responsabilidade das instituições de Ensino Superior, ofertando o curso superior de Letras Libras e de Tradutor Intérprete de Libras (TILS). No artigo 6º encontramos as competências dos (TILS) no contexto educacional, quais sejam:

Art. 6º são atribuições do tradutor intérprete, no exercício de suas competências: [...] II - interpretar, em Língua Brasileira de Sinais - Língua Portuguesa, as atividades didático-pedagógicas e culturais desenvolvidas nas instituições de ensino nos níveis fundamental, médio e superior, de forma a viabilizar o acesso aos conteúdos curriculares (Brasil, 2010).

Todas essas atribuições são ferramentas que facilitaram no processo de ensino dos educandos surdos. Outras possibilidades de atuação do intérprete de Libras, encontrado ainda no artigo 6º, é sobre a possibilidade de atuar “[...] no apoio à acessibilidade aos serviços e às atividades-fim das instituições de ensino e repartições públicas” (Brasil, 2010).

Todo trabalhador ao longo de sua vida como profissional de qualquer área, precisa de garantias e a regulamentação de sua profissão perante os órgãos responsáveis. Os tradutores e intérpretes de Libras não são exceção, necessitam trabalhar dentro da lei e com todas as garantias, direitos e deveres em relação a sua profissão, para garantia de uma aposentadoria justa e fundamentada na lei.

Menciona-se, nesse contexto, a Lei nº 12.319/2010, a qual regulamenta a profissão e a formação do tradutor e intérprete de Libras. O documento dispõe sobre a competência do Tradutor e do Intérprete “para realizar interpretação das 2 (duas) línguas de maneira simultânea ou consecutiva e proficiência em tradução e interpretação da Libras e da Língua Portuguesa” (Brasil, 2010). O artigo 4º deste mesmo diploma legal dispõe sobre a prática formativa desses profissionais e expõe que esta deve se realizar em:

I - Cursos de educação profissional reconhecidos pelo Sistema que os credenciou;
II - Cursos de extensão universitária;
III - Cursos de formação continuada promovidos por instituições de ensino superior e instituições credenciadas por Secretárias de Educação (Brasil, 2010).

Segundo o dispositivo apresentado, o processo de formação e cursos a serem realizados pelo tradutor e pelo intérprete de Libras, seriam mais uma ferramenta na capacitação e aperfeiçoamento com intuito de melhorar sua desenvoltura no momento da interpretação. A validação dos cursos só terá sua confirmação pela Secretária de Educação e as instituições de ensino superior, que vem contribuindo nesse processo de ensino e aprendizagem.

2.2.3 Regulamentação e as questões éticas da tradução e interpretação da Libras

A necessidade do ordenamento jurídico para a configuração de uma determinada profissão é um fato inquestionável. Por meio da legislação, da validação de diplomas e da fiscalização dos profissionais, o Estado estabelece “normas” e “diretrizes”, dentro das quais os profissionais devem se pautar. No entanto, seria incorreto pensar que o aparelho estatal é o único ator no processo de profissionalização. Em diferentes momentos da história, a sociedade civil se mobilizou para apresentar suas demandas ao poder público e organizou corporações que se ocuparam da regulamentação profissional. A obra de Edmundo Campos Coelho, intitulada “As Profissões Imperiais”, é um interessante exemplo de como os médicos, engenheiros e juristas se mobilizaram para defender os seus interesses profissionais (Coelho, 1999).

No caso da Educação de Surdos, importa reconhecermos que a FENEIS exerceu um papel ativo nas discussões e decisões que resultaram na regulamentação da atuação dos profissionais intérpretes e tradutores de Libras. A FENEIS, além de capacitar profissionais da área, elaborou um manual com regimento interno de código de ética para os tradutores e intérpretes de Libras, cujo objetivo era dispor as informações para as ações profissionais voltadas à comunidade surda.

Além das já citadas instituições, cabe aqui uma menção a Febrapils - entidade profissional autônoma, sem fins lucrativos ou econômicos, fundada em 22 de setembro de 2008. Essa entidade tem a função de orientar, apoiar e consolidar as Associações de Tradutores, Intérpretes e Guia-intérpretes de Língua de Sinais (APILS), buscando realizar um trabalho de parceria em defesa dos interesses da categoria de tradutores, intérpretes e guia-intérpretes de língua de sinais (TILS). O Quadro 1 traz a indicação de precificação e faz referência a um ramo de suas atividades.

Quadro 1 – Tabela de honorários para interpretação educacional.

SEÇÃO 3: INTERPRETAÇÃO EDUCACIONAL		
1. Atuação de, no mínimo, dois intérpretes;		
2. A carga horária deve considerar, no mínimo, 25% do tempo para estudo e preparação dos intérpretes.		
SERVIÇO	VALOR	OBSERVAÇÃO
Educação Básica e Técnica	R\$ 2.016,00	20 horas semanais
Superior, Tecnológica e Especialização	R\$ 2.630,40	20 horas semanais
Mestrado e Doutorado	R\$ 3.360,00	20 horas semanais

Fonte: Federação Brasileira das Associações dos Profissionais Tradutores e Intérpretes e Guia-Intérpretes de Língua de Sinais, 2022.

Objetivando a valorização desta categoria profissional, a Febrapils elaborou uma lista de referência que apresenta sugestões de valores para a prática da Tradução, Interpretação e Guia-Interpretação de/e para Língua Brasileira de Sinais. Assevera-se que a última atualização da lista de referência se deu em outubro de 2020, na assembleia da Federação com suas filiadas. As diversas situações apresentadas na lista possibilitam entender o complexo trabalho oferecido pelos profissionais e a necessidade de atuarem em equipe em algumas demandas.

Entre as temáticas de atuação abarcadas pela lista, pode-se observar a presença de algumas seções que se subdividem nos serviços prestados por esses profissionais. Os eixos temáticos gerais estão associados à interpretação simultânea, interpretação/tradução audiovisual, interpretação simultânea remota e interpretação educacional (conforme tabela exemplificada no Quadro 1), entre outros. No próximo tópico será abordado o Código de Ética do Intérprete de Libras.

2.2.4 A bússola ética do intérprete de Libras

O código de ética desenvolvido pela FENEIS, direciona o profissional a seguir parâmetros considerados adequados. Quando se inicia uma carreira profissional é extremamente importante trabalhar baseado em regras e normas, principalmente tendo o Código de Ética que irá orientar sua atuação. A função do intérprete é fazer a intermediação na conversação entre o ouvinte e o surdo, com isso é necessário, que o intérprete mantenha a veracidade das informações. Portanto, trabalhar fundamentado na ética deve estar na essência desse profissional. Nas palavras de Rodrigues e Valente (2011, p. 22): “Nessas interações, o intérprete tem a responsabilidade pela veracidade e fidelidade das informações”.

Quadros, também escreveu a respeito da ética no trabalho dos TILS. Segundo a autora, o trabalho do intérprete de Libras deve ser pautado na:

Confiabilidade (sigilo profissional); Imparcialidade (o intérprete deve ser neutro não interferir com opiniões próprias); Discrição (o intérprete deve estabelecer limites no seu envolvimento durante a atuação); distancia profissional (o profissional intérprete e sua vida pessoal são separados); fidelidade (a interpretação deve ser fiel, o intérprete não pode alterar a informação por querer ajudar ou ter opinião a respeito de algum assunto, o objetivo da interação é passar o que realmente foi dito) (Quadros, 2004, p. 28).

Nessa mesma linha de raciocínio, a FENEIS complementa que existem outros princípios que devem orientar a atuação do TILS, a saber: as relações com o contratante do serviço; a responsabilidade profissional; as relações com os colegas, entre outras sugestões. Isso não determina que as associações de outros estados sigam ou não o regulamento desenvolvido pela FENEIS, podendo até elaborar seu próprio regimento interno referente.

2.2.5 As habilidades que um intérprete necessita para exercer sua profissão

A complexidade dessa profissão fez com que muitos pesquisadores, por entenderem o quanto é necessário ter alguns ajustes que venham a contribuir para que os tradutores e intérpretes de Libras, desenvolvam em seu ambiente de trabalho um bom desempenho, com uma postura adequada e melhor habilidade. Utilizando a proposta dos autores Pereira e Russo (2008, p. 19), eles nomearam as onze habilidades direcionadas à atuação desses profissionais, no entanto, a autora Machado (2017, p. 61-62) realizou as definições apresentadas a seguir:

Posicionamento – o local, a posição e a postura que o TILS assume no ato interpretativo; **Deslocamento – localização espacial** – o TILS topicaliza os sujeitos do discurso em ação no ato interpretativo; **Memória de curto prazo** – a capacidade de armazenamento informações em curto prazo durante a mensagem do destinatário no ato interpretativo; **Expressão facial e corporal** – a capacidade de incorporar a ação do sujeito no ato interpretativo; **Raciocínio rápido e agilidade mental** – a capacidade de resgatar pista metalinguísticas durante o processo de escolhas lexicográficas durante a interpretação simultânea; **Improvisação** – a capacidade de domínio e autocontrole linguístico em situações que o TILS não possui conhecimentos prévios de contexto, discursos e posicionamento (cenário) em uma situação de interpretação simultânea; **Trabalho em equipe** – a capacidade de trabalhar em parceria com um ou mais colegas de atuação, ou seja, trabalhar com interpretação de apoio e de revezamento; **Atenção e concentração** – a capacidade de manter-se alinhado ao discurso e o contexto de atuação; **Percepção, visual e auditiva** – a capacidade de transmitir e incorporar ‘todas’ as informações que se apresenta em um ‘ato de fala’ sendo estas no sentido positivo ou negativo; **Motricidade fins e percepção cinestésica** – a capacidade de competência linguística, no que tange os aspectos da construção do lexema manual e gramatical da LS; **Conhecimento linguístico** – a capacidade de tradução e interpretação da língua fonte para língua alvo e vice-versa (grifos nossos).

A proposta desenvolvida pelos autores é de extrema importância, por ter o objetivo de contribuir e elevar a categoria dos intérpretes. Esse manual pode ser referência e usado como parâmetro nas associações dos intérpretes de Libras existentes em todos os estados, usando as onze habilidades para aperfeiçoar sua formação profissional. É importante refletir que a busca constante pelo aperfeiçoamento da prática profissional é relevante e necessária para garantir um profissional capacitado para trabalhar com os surdos em qualquer esfera.

O campo de atuação deste profissional vai para além de simplesmente conhecer a língua brasileira de sinais e saber se comunicar. Para quem não compreende os ramos de atuação dos TILS, importa esclarecer que o ato de interpretar, de forma simplificada, pode ser entendida como o ato de receber uma mensagem em uma língua e convertê-la em outra, é estabelecer essa ponte comunicacional que garante o entendimento entre diferentes manifestações linguísticas. Interpretar “é tomar decisões, e a boa decisão depende não do volume de informações

disponíveis, mas de nossa capacidade de extrair o máximo de significado, mesmo da menor fatia de realidade”, conforme o entendimento de Magalhães (2007, p.188).

Esse entendimento pode ser complementado com os conceitos apresentados por Quadros (2004), a qual abordou o que seria “língua fonte” e “língua alvo” nos seus estudos. A primeira pode ser entendida como a língua que o intérprete ouve ou vê para que, a partir dela, possa fazer a tradução e a interpretação para outra língua. Desta feita, entramos no conceito de língua alvo, que é a língua na qual o intérprete incidirá o resultado da tradução ou a interpretação, estabelecendo a comunicação entre as duas línguas.

Acrescentando luz ao entendimento, Pereira e Russo (2008, p 12) aduzem que o tradutor e intérprete:

[...] precisa ter seu espaço próprio, que suas funções não sejam mescladas e confundidas com as dos professores, monitores, auxiliares ou qualquer outra função. Nossa tarefa é de sermos mediadores linguístico e culturais em diversas instâncias, atuando como intérprete de conferências em palestras, seminários, congressos e congêneres; intérpretes acompanhantes em entrevistas, trâmites burocráticos, consultas médicas e jurídicas, tradutores quando os Surdos sinalizam e temos que colocar na língua escrita e também como intérpretes educacionais nas instituições de ensino.

As questões levantadas por Pereira e Russo (2008), nos leva a uma realidade controversa deste profissional no Brasil, principalmente por não respeitarem os limites de sua atuação. Apesar de ser uma atuação bastante abrangente, mostra-se bastante comum observar esses profissionais exercendo funções diferentes e que não lhe cabem, como exposto por Santa Catarina (2013 p. 33): “copiar a matéria para o aluno surdo, cuidar dos alunos da turma na ausência do professor, ajudar na limpeza da escola, anotar os alunos que bagunçam e repassar para o professor regente”, entre outras atividades. Essas atividades não são suas atribuições, apesar de não qualificarem ou desqualificarem sua atuação, pois o intérprete é contratado para a função de interpretação, o que não é pouco, mas é complexo.

Uma fonte oficial de informação que pode servir como base para compreendermos a abrangência de atuação deste profissional é a tabela de honorários elaborada pela FEBRAPILS. Esta instituição possui relação com associações em todas as regiões do país, sendo o estado de Roraima o único a não apresentar um representante filiado.

Essa tabela de honorários elaborada pela Febrapils, mostra o quanto é extenso o campo de atuação dos tradutores e intérpretes de Libras, e apresenta uma organização dividida entre seções com os seguintes eixos de atuação: atividades de interpretação simultânea com atendimento em eventos e órgãos públicos; atividades de interpretação simultânea com atendimento no contexto da saúde e órgãos públicos; atividades de interpretação/tradução

audiovisual; atividades referentes à interpretação educacional com dois intérpretes; e atividades referentes à tradução na escrita.

Com relação às atividades de interpretação simultânea, tanto em eventos quanto no atendimento no contexto da saúde e em órgãos públicos, o profissional TILS pode exercer sua função em aplicação de provas, em momento cultural, em atendimentos jurídicos, em audiências jurídicas, em conferências e etc. Além de atuar no contexto da saúde em ambiente cirúrgico, em serviços públicos e sociais, em contextos empresariais, em eventos sociais, na preparação para contextos culturais, no acompanhamento em atividade pedagógica avulsa, entre outros.

Sobre as demais categorias de atuação do intérprete, a tabela também traz as demais especificações, informando que referente à interpretação e tradução audiovisual, esse profissional pode atuar na propaganda de marcas e similares, em programas políticos, em debate político, na tradução de filmes, na tradução e dublagem de forma geral, na interpretação recorrente em programa de TV e na tradução de vídeo institucional.

Sobre a interpretação educacional a tabela informa que o profissional pode exercer atividades na educação básica e técnica, no ensino superior, tecnológica e especialização, e no mestrado e doutorado. Referente a tradução na escrita, pode atuar em ambiente técnico, literário, em provas, em escrituras que estejam no idioma estrangeiro, de Libras para português escrito, de português para Libras, e na tradução Libras para português falado.

2.2.6 Terminologias usadas para definir o papel do intérprete de línguas de sinais no contexto educacional

Nas literaturas acadêmicas, é de costume encontramos terminologias usadas que identificam os profissionais que trabalham com o público surdo. O Decreto 5.626/05, apresenta alguns termos como “professor bilíngue”; “professor intérprete”; “instrutor de Libras”, “professor guia-intérprete” e “tradutor e intérprete de Libras”. Para uma melhor compreensão, abordaremos as definições que retratem o significado de cada termo citado anteriormente.

Apesar de possuírem conceitos semelhantes os termos acima citados têm usabilidade diferenciada, a começar com o conceito de professor bilíngue a qual se diz ser o professor ouvinte ou surdo regente de turmas bilíngues (Libras/Português), com formação de nível superior no âmbito da educação e fluência comprovada por meio de exame de proficiência. Por outro lado, o professor intérprete pode ser compreendido como aquele capacitado para realizar tradução e interpretação (Libras/Português/Libras), além disso, também pode ser reconhecido

como intérprete educacional e fica responsável pela interpretação de todas as atividades e eventos de caráter educacional (Santa Catarina, 2013).

O instrutor de Libras, por sua vez, é o professor ouvinte ou surdo que atua com o ensino de Libras e apresenta como principal função possibilitar que a comunidade escolar adquira aprendizagem da Libras. Já o professor guia-intérprete é aquele habilitado em educação especial, com domínio em Libras, sistema Braille e outros sistemas de comunicação, visando atender as necessidades dos alunos com surdo-cegueira (Santa Catarina, 2013). Cabe ressaltar que estes conceitos podem apresentar variações de empregabilidade dependendo da região do país.

A priori, não se pode desconsiderar que, no contexto educacional, o TILS possui um histórico recente, contando que foi regulamentada há pouco tempo. Logo, o uso da terminologia ainda é ajustado e discutido nas esferas acadêmicas. Questionamentos ainda são feitos, não somente em relação à terminologia, mas sobre qual seria a função desse profissional, pois em sala de aula assume funções do professor, as quais não correspondem à atuação do intérprete de Libras. Assim descreve Quadros (2007, p. 59):

Os alunos dirigem questões diretamente ao intérprete, comentam e travam discussões em relações aos tópicos abordados com o intérprete, e não com o professor. O próprio professor delega ao intérprete a responsabilidade de assumir o ensino dos conteúdos desenvolvidos em aula ao intérprete. Muitas vezes, o professor consulta o intérprete a respeito do desenvolvimento do aluno surdo, como sendo ele a pessoa mais indicada a dar um parecer a respeito. O intérprete, por sua vez, se assumir todos os papéis delegados por parte dos professores e alunos, acaba sendo sobrecarregado e, também, acaba por confundir o seu papel dentro do processo educacional, um papel que está sendo constituído.

A responsabilidade transferida para o intérprete tem um peso que sobrecarrega esse profissional. Além de não ser competência dele, poderá confundir o aluno, por subentender que sua aprendizagem dependerá do tradutor e intérprete de Libras. Em sala de aula, quando existe mais de um profissional da educação, é necessário especificar a função de cada pessoa. A função do TILS em sala de aula é intermediar a comunicação entre o professor e os demais alunos. Assim, esclarecendo as funções de cada um, fica mais claro e específico a quem o aluno surdo deve pergunta ou tirar dúvidas em relação ao conteúdo escolar.

Retornando ao assunto relacionado à terminologia, em 2007, o Ministério da Educação e Cultura afirmou que o termo mais usado para definir esse profissional é o de Intérprete da Língua de Sinais ou Tradutor/Intérprete da Língua de Sinais (TILS). Em outras palavras:

É o profissional que domina a língua de sinais e a língua falada do país e que é qualificado para desempenhar a função de intérprete. No Brasil, o intérprete deve dominar a língua brasileira de sinais e língua portuguesa. Ele também

pode dominar outras línguas, como o inglês, o espanhol, a língua de sinais americana e fazer a interpretação para a língua brasileira de sinais ou vice-versa (por exemplo, conferências internacionais). Além do domínio das línguas envolvidas no processo de tradução e interpretação, o profissional precisa ter qualificação específica para atuar como tal. Isso significa ter domínio dos processos, dos modelos, das estratégias e técnicas de tradução e interpretação. O profissional intérprete também deve ter formação específica na área de sua atuação (por exemplo, a área da educação) (Brasil, 2007, p. 27-28).

Dentro do escopo desta definição, os tradutores e intérpretes de Libras, atuam como peça fundamental na comunicação. No contexto específico do ambiente escolar: “O intérprete especialista para atuar na área da educação deverá ter um perfil para intermediar as relações entre os professores e os alunos, bem como, entre os colegas surdos e os colegas ouvintes” (Quadros, 2007, p. 60).

A responsabilidade, a ética e a habilidade são pontos importantes que o TILS deve ter, pois existe um elo de comunicação, entre o professor e os alunos, sem deixar de lado a confiança e o desenvolvimento de um bom trabalho. Outra terminologia utilizada pela autora Quadros (2007) é a de professor intérprete. A autora criou esse termo com o objetivo de esclarecer a proposta desenvolvido pelo MEC, a qual diz:

O próprio MEC está procurando formar professores enquanto intérpretes. Isso acontece, pois alguns professores acabam assumindo a função de intérprete por terem um bom domínio da língua de sinais. Nesse caso, esse profissional tem duas profissões: a de professor e a de intérprete de língua de sinais. A proposta do MEC em formar intérpretes selecionando professores da rede regular de ensino objetiva abrir este campo de atuação dentro das escolas. Assim, o "professor-intérprete" deve ser o profissional cuja carreira é a do magistério (Brasil, 2007).

A terminologia apresentada pelo MEC em 2007 apresenta similaridade com a interpretação de Quadros (2007) a respeito do trabalho exercido pelo TILS. Segundo a autora, este profissional pode ser considerado um “professor intérprete” que é detentor de curso de licenciatura (curso que dá o direito de exercer o magistério no ensino fundamental e médio). Com essa formação o intérprete fica incluído dentro do contexto educacional, e se relacionarmos os cursos e as especializações que envolvem e o capacitam na Libras, esse profissional está bem qualificado para o uso dessa terminologia.

Para contribuir com essa discussão a respeito da terminologia a autora, Lacerda (2006), usa o termo Intérprete Educacional e a função desse profissional é bem próxima daquela defendida pela autora Quadros (2007), porém a função é bem mais direcionada ao ensino e prática da língua brasileira de sinais interligando a tradução e interpretação no contexto educacional, segundo a autora:

[...] o objetivo último do trabalho escolar é a aprendizagem do aluno surdo e seu desenvolvimento em conteúdos acadêmicos, de linguagem, sociais, entre outros. A questão central não é traduzir conteúdos, mas torná-los compreensíveis, com sentido para o aluno. Deste modo, alguém que trabalhe em sala de aula, com alunos, tendo com eles uma relação estreita, cotidiana, não pode fazer sinais – interpretando – sem se importar se está sendo compreendido, ou se o aluno está aprendendo. Nessa experiência, o interpretar e o aprender estão indissolivelmente unidos e o intérprete educacional assume, inerentemente ao seu papel, a função de também educar o aluno (Lacerda, 2006, n. p.).

Em relação ao intérprete educacional, a autora nos mostra questionamentos ainda mais complexos sobre sua prática. Esse profissional assume o papel de educador, mas não assume a função de professor, ou seja, desenvolve o trabalho no formato colaborativo em prol da educação.

O trabalho seria pautado nas principais atribuições que podem ser exercidas pelos IE, a Secretaria de Estado da Educação de Santa Catarina (2013), desenvolveu um manual de orientação na prática profissional do IE, na qual aponta quais seriam umas das prováveis funções, quais sejam:

- Estabelecer comunicação necessária à participação efetiva do aluno;
- Trocar informações com o professor, relativas às dúvidas e necessidade do aluno, possibilitando ao professor regente a escolha de estratégias de ensino e aprendizagem;
- Estudar o conteúdo a ser trabalhado pelo professor regente, para facilitar a tradução da Libras no momento das aulas e atividades escolares;
- Participar da elaboração e avaliação do Projeto Político Pedagógico;
- Participar de estudo e pesquisas na sua área de atuação, mediante projeto previamente aprovado pelo SED (Santa Catarina, 2013. p. 20-21).

A parceria entre o IE e o professor regente é de fundamental importância na construção de um trabalho que venha a atender as principais necessidades que envolvem a clientela da educação especial. Fazendo o paralelo com o que a autora Lacerda (2006) e Santa Catarina (2013) articularam, ambos descrevem papéis assumidos pelos IE que devem atuar, tanto no processo de ensino e aprendizado, no planejamento de projetos e aulas, em reuniões quanto no desenvolvimento e adaptação de atividades que possam ser usadas em sala de aula com alunos surdos.

As terminologias apresentadas, apesar de distintas, evidenciam a complexidade e a importância do trabalho desenvolvido pelos profissionais que atuam na interpretação da Libras, dentro de instituições de ensino escolar. Elas também nos permitem enfatizar um aspecto relevante para a pesquisa: as representações sociais produzidas sobre os tradutores e intérpretes de Libras são constructos inacabados. No próximo capítulo da Dissertação, vamos explorar

estas representações a partir da revisão de Dissertações e Teses que abordam a Educação de Surdos e os TILS.

3 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

3.1 Panorama das Teses e Dissertações sobre a atuação do Tradutor e Intérprete de Libras na educação básica (2017-2021)

As informações e dados apresentados neste capítulo fazem parte de um estudo complementar ao tema central desta dissertação, na perspectiva de entender o panorama das publicações envolvendo a temática. A pesquisa apresentada neste capítulo foi realizada por Rückert e Fonteles (2023) e publicado na *Perspectivas em Diálogo - Revista de Educação e Sociedade* sob o título “As pesquisas sobre tradutores e intérpretes de Libras: O perfil dos autores e os temas recorrentes.”

Na seara de avanços, formulações e mudanças nas políticas educacionais é que urge um grande potencial para o desenvolvimento de pesquisas no tocante ao universo surdo e, dentro desta temática, a atuação e a formação do tradutor e intérprete de Libras. Este modelo, a qual pesquisa o andamento das produções acadêmicas, já vem sendo realizado de forma mais abrangente, onde Ramos e Hayashi (2019), realizaram um balanço das dissertações e teses sobre o tema da educação de surdos no período de 2010 a 2014, na qual buscaram analisar o estado do conhecimento sobre a educação de surdos. Neste artigo, as autoras também comentaram sobre balanços realizados anteriormente, de 1992 a 2013, em que ficou evidente a crescente busca pelos pesquisadores em investigar a produção científica sobre esse assunto.

Desta forma, este capítulo apresenta um balanço dos trabalhos acadêmicos de mestrado e doutorado sobre a atuação do TILS no Brasil, entre os anos 2017 a 2021. Para nortear o levantamento de dados e a análise, levou-se em consideração as seguintes perguntas: qual o panorama de publicações e produções de trabalhos acadêmicos sobre a atuação do profissional intérprete de libras no Brasil? Onde está concentrado o maior quantitativo de publicações nos últimos 5 anos (2017 a 2021)? Qual é o perfil profissional dos autores que realizaram as pesquisas envolvendo os tradutores e intérpretes na educação básica? Quais são os temas mais abordados nestes trabalhos?

Com isso, procurou-se mapear geograficamente os estados e as regiões onde estão sendo produzidos os trabalhos acadêmicos sobre o tema, fez-se uma análise do perfil dos autores, dando foco na formação de ensino superior que cada um obteve, apontou-se a área de atuação dos profissionais que trabalham como tradutores e intérpretes de libras (infantil, fundamental e médio) e, por fim, buscou-se apresentar uma síntese dos temas mais frequentes que foram abordados nas teses e dissertações analisadas, as quais merecem atenção da comunidade

científica que se debruça nas pesquisas relacionadas à área da educação de alunos surdos com vistas à inclusão na educação básica.

3.1.1 Método utilizado para levantamento de dados

A técnica utilizada neste capítulo se deu por uma pesquisa bibliográfica, que é aquela onde se mantém estrita relação com a leitura, análise e interpretação de produções escritas. Está é uma técnica que se utiliza de um caminho teórico e documental que já foi debruçado por outros pesquisadores, ela deve seguir os procedimentos de levantamento bibliográfico preliminar, busca das fontes, leitura do material e redação textual (Pereira *et al.*, 2018).

Desse modo, a fase da coleta de dados se deu por meio da utilização de trabalhos acadêmicos de pós-graduação (*stricto sensu*) fornecidos pela Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) e pelo Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). As informações sobre os autores foram coletadas e analisadas a partir de dados encontrados na Plataforma *Lattes* que consiste num sistema de currículos virtual criado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.

A coleta de dados para a realização deste estudo utilizou descritores relacionados ao tema, que fazem parte de vocabulário para a indexação de artigos científicos e outros documentos. Os descritores foram usados em associação com os operadores booleanos, que são usados para combinar palavras-chave por ocasião na busca em bases de dados eletrônicos, o que permite tornar a busca mais focada, produzindo resultados mais precisos, os operadores são: *AND* (e), *OR* (ou) e *NOT* (não) (Saks, 2005).

Foram utilizados os seguintes descritores cruzados em dupla com o operador booleano “*AND*”: “Intérprete de Libras” e “Educação Básica”. Em momento anterior a coleta efetiva dos dados, também foram pesquisados os descritores “Formação” e “Atuação”, mas os resultados apontavam muitas produções relacionadas com o Ensino Superior ou sobre a atuação do TILS em ambientes fora da área educacional, o que levou à utilização somente dos descritores acima mencionados.

A seleção de dados, para o estudo e análise, foi realizada dispondo do seguinte critério de inclusão: teses e dissertações que expliquem sobre a temática de atuação e formação do tradutor e intérprete da língua brasileira de sinais que atuem como intérpretes educacionais na Educação Básica.

A análise se deu por meio das produções de teses e dissertações produzidos no Brasil, resultantes dos descritores estabelecidos, no período de 2017 a 2021. Foram excluídos da pesquisa trabalhos acadêmicos incompletos e que não possuam informações referentes ao tema (muitos versavam sobre a atuação dos professores em sala de aula e não estabeleciam relação com o TILS), também aqueles que estavam fora do período de tempo estabelecido e os que não estavam disponíveis para visualização nos bancos de dados.

Inicialmente, foi feita a organização das teses e dissertações a serem analisadas com vistas a torná-las operacionais, sistematizando as ideias iniciais, que se deu em forma de tabela. Posteriormente, realizou-se a codificação do material e na definição de categorias de análise e a identificação das unidades de registro e das unidades de contexto nos documentos, se apresentando como uma etapa de suma importância, foram utilizadas as seguintes categorias: portal (BDTD ou CAPES), nível (mestrado ou doutorado), Unidade Federativa, região e instituição em que foi produzido o trabalho acadêmico, título e autor, dados sobre o autor (formação e atuação profissional), ano da publicação do trabalho, a área da educação básica que era focada no trabalho (ensino infantil, fundamental, médio ou educação de jovens e adultos - EJA) e temas abordados. Por último, ocorreu a condensação e o destaque das informações para análise, culminando nas interpretações inferenciais embasadas pela intuição, pela análise reflexiva e pela crítica.

Os dados coletados geraram um arsenal de conteúdos para serem analisados. Desta feita, buscou-se realizar uma síntese sobre as principais tendências constatadas nas teses e dissertações que versaram sobre a formação e atuação dos TILS na Educação Básica.

3.1.2 Mapeamento dos estudos produzidos

Apresentam-se, neste tópico, os dados relacionados com o quantitativo de produções acadêmicas de pós-graduação, *stricto sensu*, de forma a estabelecer uma relação com a localização estadual e regional dessas produções e levando em consideração o período estabelecido. Os dados foram coletados dos portais da BDTD e da CAPES, e permitiu verificar em quais instituições foram elaborados os trabalhos.

Não se pode deixar de observar que parte dessas teses e dissertações foram produzidas, finalizadas e defendidas em meio a pandemia de Covid-19, que instaurou, no Brasil e no mundo, por meio das agências nacionais e internacionais de saúde, o distanciamento social como a principal medida sanitária e a melhor forma de prevenção desta doença (Assunção-Luiz *et al.*, 2021).

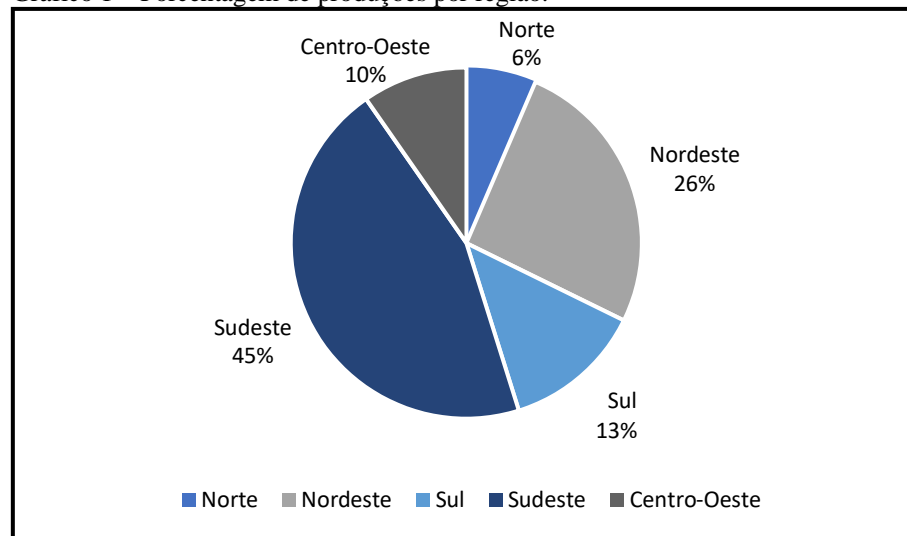
Os descritores utilizados na pesquisa (“intérprete de libras” e “educação básica”), demonstraram, no total, 15 trabalhos no portal da BDTD e 64 no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES. Após análise inicial, os trabalhos que mantiveram relação com o tema proposto na pesquisa demonstraram um quantitativo de 7 produções na BDTD (sendo 1 tese e 6 dissertações), 22 no catálogo da CAPES (sendo 1 tese e 21 dissertações) e outras 2 dissertações estavam presentes nos dois portais, totalizando um contingente de 27 dissertações e 2 teses que foram analisadas. As demais produções foram removidas do escopo de análise, pois, apesar de estarem relacionadas com a atuação de intérprete de Libras, abordavam questões acadêmicas envolvendo a formação deste profissional ou versava sobre sua atuação no ensino superior.

Ao estabelecermos um paralelo com a produção de trabalhos sobre a educação de surdos, tema intimamente ligado ao intérprete de Libras, as Instituições de Ensino Superior (IES) que se destacaram em trabalhos anteriores foram a UnB e a UFSC, uma vez que apresentaram percentuais expressivos de produções sobre a educação de surdos e por serem referência no cenário nacional com a oferta do curso de Graduação em Letras Libras, licenciatura e bacharelado, nas modalidades presencial e a distância, bem como conta com a presença, em seu corpo docente, de importantes pesquisadores surdos (Ramos; Hayashi, 2019).

Em contrapartida, apesar dessas instituições estarem no limiar produtivo analisado, não foram as que deram maior atenção para a atuação do TILS na educação básica. No geral, embora haja pouca produção por IES, notou-se que a discussão se desdobra por todas as regiões do país e, conseqüentemente, demonstra mais um avanço no que tange à educação de surdos.

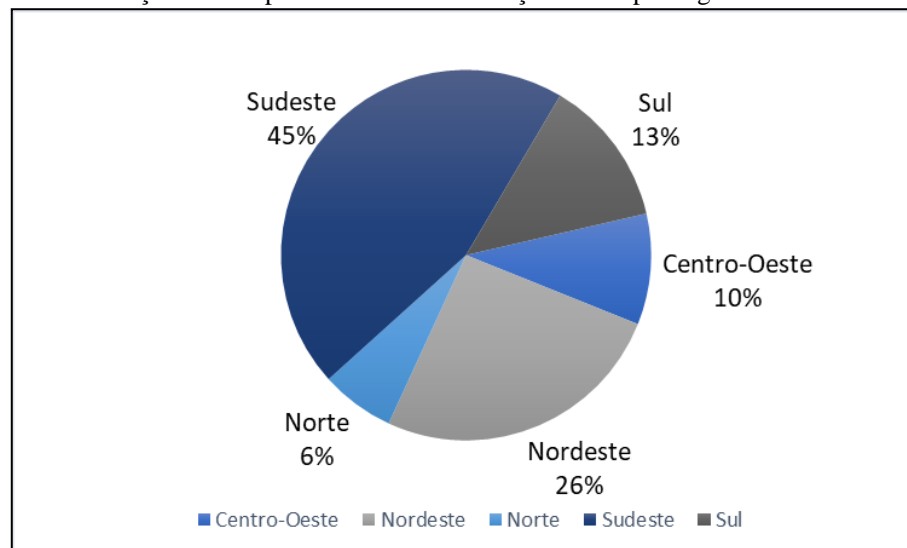
As regiões que se destacaram quanto ao número de produções foi o Sudeste (n=14) e o Nordeste (n=8), as demais apresentaram uma quantidade inferior, os quais, em ordem decrescente de trabalhos, temos o Sul (n=4), Centro-Oeste (n=3) e Norte (n=2). Sobre os entes federados por região onde se achou teses ou dissertação na pesquisa, constata-se: no Centro-Oeste, o Distrito Federal (n=1) e Goiás (n=2); no Nordeste, a Bahia (n=1), Ceará (n=1), Paraíba (n=3), Pernambuco (n=1) e Rio Grande do Norte (n=2); no Norte, o Pará (n=1) e Roraima (n=1); no Sudeste, Minas Gerais (n=1), Rio de Janeiro (n=1) e São Paulo (n=12); e no Sul, o Paraná (n=1), Rio Grande do Sul (n=1) e Santa Catarina (n=2). A distribuição pode ser melhor observada no Gráfico 1.

Gráfico 1 – Porcentagem de produções por região.



Fonte: Elaborado pelo autor.

Análogo a esses resultados encontrados, os estudos publicados por Guimarães *et al.* (2015) demonstram uma concentração maior de produções acadêmicas de pós-graduação com a o tema “educação”, nas Regiões Sul e Sudeste, respectivamente. O que nos revela uma novidade, pois, o Nordeste figura como o segundo mais produtivo nesta pesquisa, precedido pela região Sudeste com o melhor desempenho. Os dados possibilitaram a confecção do Gráfico 2, demonstrando a porcentagem de produção por região.

Gráfico 2 – Percentual da produção de trabalhos de pós-graduação (*stricto sensu*) sobre a atuação do intérprete de libras na educação básica por região.

Fonte: Elaborado pelo autor.

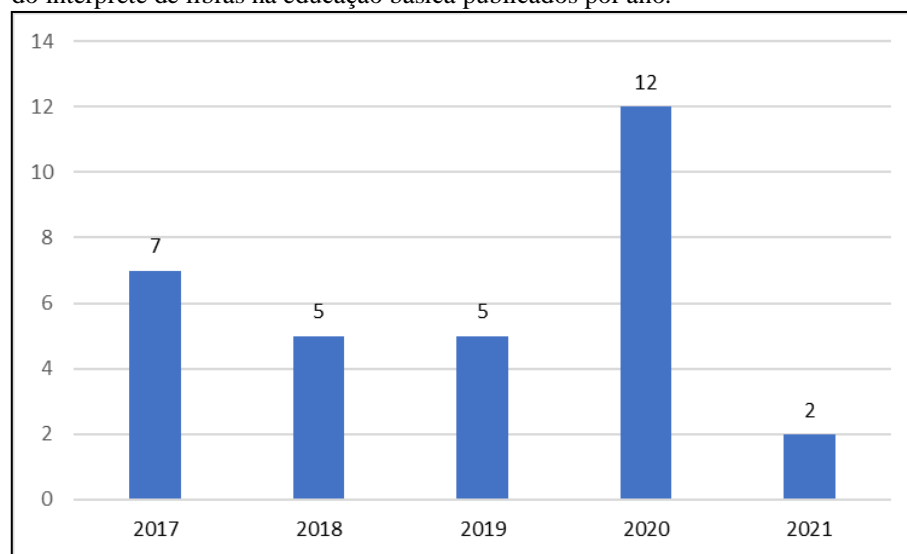
Com relação à dependência administrativa, os dados sobre as 26 IES apontam para 5 tipos, que podem ser divididos em duas esferas: a públicas federal (n=13), estadual (n=7) e municipal (n=2) e as privadas sendo particular (n=1) ou comunitária (n=3). Ou seja, as

produções se concentram na esfera de ensino público, o que corrobora com os resultados apresentados na pesquisa de Ramos e Hayashi (2019), as quais reconheceram uma hegemonia do setor público com relação a distribuição dos programas de Pós-Graduação *stricto sensu* e na produção acadêmica.

Quanto à incidência da pesquisa na educação básica, os dados nos levaram a concluir que os pesquisadores têm se preocupado com mais afinco em estudar a atuação do intérprete de libras no ensino fundamental, pois foi onde se deu a maior ocorrência, 16 no total. A ordem decrescente dos demais ficou em: ensino médio (n=5), ensino fundamental e médio (n=6), educação básica em geral (n=3) e educação de jovens e adultos (n=1).

A evolução quantitativa por ano, pode ser melhor observado no Gráfico 3, onde se verifica certa progressão no curto espaço de tempo analisado e uma queda brusca no último ano. O que traz certa estranheza com a dinamicidade e nos permite inferir que essa diminuição acentuada pode estar relacionada com o período pandêmico enfrentado pelo país a partir do início de 2020.

Gráfico 3 – Quantidade de trabalhos de pós-graduação (*stricto sensu*) sobre a atuação do intérprete de libras na educação básica publicados por ano.



Fonte: Elaborado pelo autor.

O advento da pandemia de Covid-19 impôs uma nova realidade no ambiente educacional e no nível de pós-graduação não foi diferente. Esse momento inédito e histórico vivido por todos, levou as IES a tomarem medidas emergenciais para a implantação do ensino a distância para que as atividades acadêmicas e de desenvolvimento das pesquisas não ficassem estagnadas, diante da imposição do distanciamento social recomendado pelas agências de saúde (Assunção-Luiz *et al.*, 2021).

Complementando a afirmativa acima, uma pesquisa realizada pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (FDUSP), demonstrou que esse período foi marcado por adversidades e levou muitos acadêmicos a trancarem ou desligarem de seus cursos (Gomes *et al.*, 2020). O que pode ser um indicativo para que no ano de 2020, com as defesas e produções acadêmicas estarem ocorrendo de forma virtual, terem um aumento nas publicações de teses e dissertações e no ano seguinte, 2021, a baixa publicação pode ser reflexo das adversidades mencionadas.

Dessa forma, o mapeamento geográfico demonstrou a evidente concentração das publicações na região sudeste como já vinha ocorrendo em anos anteriores, em concordância com pesquisas publicadas por outros autores. Nesta perspectiva, o estado de São Paulo foi o maior produtor acadêmico acerca da atuação do intérprete de libras na educação básica, o ano mais produtivo foi o de 2020 com um total de 12 trabalhos encontrados e nesse recorte temporal de cinco anos os pesquisadores se voltaram mais para a pesquisa no ambiente de ensino fundamental.

3.1.3 Perfil dos autores

No decorrer da coleta de dados foi verificado o perfil dos autores, dando destaque para o gênero do nome, sua formação a nível de graduação e sua atuação conforme pode ser coletado de sua última atualização na plataforma de currículo *Lattes*. Como a pesquisa não teve contato direto com os autores para serem avaliados com maior precisão, a inferência do gênero (masculino ou feminino), foi feita de forma intuitiva, possibilitando verificar este quantitativo sem considerar os aspectos de diversidade sexual individual comumente notados na sociedade. Logo, parte-se de uma análise apenas quantitativa de cunho rudimentar e historicamente tradicional.

A Plataforma *Lattes* representa a experiência do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq na integração de bases de dados de currículos, de grupos de pesquisa e de instituições em um único sistema de informações. O currículo dos pesquisadores, apresentam informações que são preenchidos pessoalmente por cada um e hoje, conforme apresentado em seu sítio eletrônico, apresenta riqueza de informações e crescente confiabilidade e abrangência.

Ao entrar no “Lattes” de cada autor cujo trabalho fora analisado, foi realizada uma conferência com os termos pessoas adicionados, como “professor ou professora”, “diretor ou diretora”, “tradutor ou tradutora”, “mestrando ou mestranda”, o que permitiu, com bases no

gênero, inferir se a pessoa se identifica com termos empregados no feminino ou masculino. Assim, constatou-se que dos 31 trabalhos, os autores ao se definirem: 23 faziam menção a termos femininos, 5 a masculinos e 3 não foi possível analisar por faltar os termos de diferenciação de gênero.

Já que estamos na seara da educação inclusiva, a priori, esperava-se que a maioria dos autores possuísem graduação em Letras/Libras ou pedagogia, o que não ocorreu de forma diferente com o resultado da pesquisa. Apesar de a maioria ter graduação em Letras (n=4), Letras/Libras (n=4) ou Pedagogia (n=12), foi possível constatar que a temática da educação inclusiva e o papel do intérprete educacional de Libras tem sido objeto de pesquisadores com variadas formações.

Além dos já mencionados, tivemos trabalhos cujos pesquisadores possuíam graduação em: Matemática (n=4), Ciências Biológicas (n=1), Ciências Naturais (n=1), Ciências Sociais (n=1), História (n=1), Psicologia (n=1), Química (n=1), e Serviço Social (n=1). Destaca-se, ainda, que alguns autores apresentaram ter mais de uma graduação e acabaram cumulando cursos como: Letras/Libras com Pedagogia (n=3), Letras Português/Inglês e Respektivas Literaturas (n=3), Letras/Libras com Tradução e Interpretação (n=1) e Matemática com Engenharia Química mais Pedagogia (n=1), sendo o único autor a ter 3 graduações.

Outro ponto analisado se deu com relação a atuação profissional dos autores. Este eixo visava observar qual era o principal perfil dos pesquisadores que se debruçavam na produção acadêmico-científica acerca da atividade do intérprete de Libras na educação básica. Foi possível observar que vários autores tinham acúmulos de atividades, então, os dados foram analisados levando em consideração o número de profissionais atuante em cada atividade e não o número total de autores (n=31).

O exercício profissional que apresentou destaque foi a de professor (n=23) nas suas mais diversas atribuições como ministrador de ensino em matemática, química, história, língua inglesa ou atuantes em diferentes níveis de ensino como no fundamental, médio, EJA e até no ensino superior atuando na formação de professores e intérpretes, outros com desempenho mais voltados para a área de inclusão, educação de surdos, educação especial e AEE – Apoio Educacional Especializado. Outras atividades profissionais desempenhadas pelos autores puderam ser identificadas, como: Intérprete de Libras (n=7), Coordenador (n=2), Supervisor (n=2), Orientador educacional (n=1), Assistente Social (n=1), Assistente de Diretor (n=1), Psicóloga (n=1) e houve aqueles que não descreveram suas ocupações profissionais (n=2).

Portanto, constatou-se que, ao analisar o perfil dos autores com base no currículo disponibilizado na Plataforma *Lattes*, a maioria se identificava com termos no feminino, com

relação a sua formação de graduação a maior parte possui formação em Pedagogia e em Letras (língua portuguesa, inglesa ou libras) e relacionado a suas atividades profissionais o índice apresentou mais frequência de atuação como professores. Contudo, não se deve deixar de observar a amplitude de profissionais com distintas formações que buscam pesquisar sobre a temática, como o exemplo dos autores que atuam na área de psicologia e assistência social.

3.1.4 Temáticas mais incidentes

Adentrando nas teses e dissertações, pode-se notar os assuntos mais recorrentes que foram utilizados como base teórica de suas pesquisas e, no que tange às discussões e resultados também mostraram similitude em algumas questões. Dentre os mais variados temas acerca da educação de surdos e da atuação do intérprete de Libras, os que tiveram maior incidência foram: as políticas públicas e a realidade educacional ao olhos da inclusão; AEE – Atendimento Educacional Especializado, Escola Bilíngue e inserção do aluno surdo no sistema de ensino regular; história e conceitos relacionados à surdez e deficiência auditiva; história da acessibilidade, da educação especial e inclusiva; legislação, histórico, discussões e avanços; formação do tradutor e intérprete de Libras; e a atuação do intérprete de libras na educação básica, as dificuldades e desafios apresentados em algumas disciplinas.

Sobre as políticas de inclusão e a realidade escolar, os autores que trabalharam essa temática, abordaram o quanto essa questão é recente na prática educacional brasileira e, sobretudo, qual foi a importância das lutas e discussões nos ambientes governamentais e acadêmicos para que aos poucos pudessem ser notados os avanços. Muitos comentaram sobre o histórico de incertezas que passou a educação de surdos, a qual passou pela inclusão dos alunos no sistema de ensino regular, falaram da movimentação internacional pela educação inclusiva e, nacionalmente, comentaram sobre as discussões em relação a necessidade de salas especializadas e escolas bilíngues.

Entre os resultados das pesquisas, apesar de se observar avanços, a realidade escolar para esse público ainda está precária, seja pela falta de infraestrutura escolar, seja pela falta de TILS para atender as demandas nas escolas, que resvala nas IES e no papel do Estado que deveria formar, capacitar os já atuantes na educação e contratar mais profissionais qualificados. Outro tema presente nos trabalhos se deu acerca do AEE e sobre as discussões relacionadas a implementação de escolas bilíngues. Sabe-se que o AEE atrelado à educação especial tem por objetivo complementar o processo educacional do aluno, por meio da disponibilização de serviços, recursos de acessibilidade e estratégias que eliminem as barreiras para sua plena

participação na sociedade e desenvolvimento de sua aprendizagem.

Os estudos demonstraram que falta estrutura tecnológica para realizar o AEE e o professor que deveria atuar em conjunto com o intérprete educacional, em muitas situações, por falta de qualificação, não sabe como agir diante de alunos com necessidade de atendimento especializado e deixam ao encargo do intérprete a responsabilidade pela aprendizagem.

Ao contrário do AEE que parte da inclusão dos alunos surdos no ambiente escolar regular dos ouvintes, temos a escola bilíngue a qual defende uma educação para alunos surdos respeitando seu universo linguístico, sua cultura e particularidades em uma abordagem educacional que visa a utilização da Língua de Sinais como primeira língua e a Língua Portuguesa escrita, como segunda língua. Esta modalidade de ensino ganhou força nos últimos anos devido as intercorrências acontecidas no ensino regular voltado aos ouvintes. Contudo, os autores perceberam que apesar de ser a que traz melhores resultados de aprendizagem aos alunos surdos, estes se deparam com a dificuldade de socialização, uma vez que no ambiente escolar é exigido que todos sejam fluentes em Língua de Sinais e do lado de fora da escola há uma sociedade que presa pela cultura dos ouvintes.

A história e conceitos sobre a surdez, a história da acessibilidade e da educação inclusiva e a legislação envolvendo a educação de surdos também foram assuntos bastante abordados nos trabalhos analisado. Alguns autores trataram desses assuntos de forma mais sintética, apenas mencionando os pontos mais importantes e outros pesquisadores dedicaram capítulos inteiros de seus trabalhos acadêmicos para detalhá-los. Por se tratar de temas teóricos ou normativos, estas questões figuraram no referencial teórico da maioria dos trabalhos e não apresentam grandes divergências com as informações apresentadas na introdução deste artigo. Por isso, com o intuito de não se tornar repetitivo, mostra-se justa a não interposição dos temas neste capítulo.

O ponto central que esteve presente em todos os trabalhos, alguns de forma mais resumida e outros com imersão total no assunto, foi sobre a formação do tradutor e intérprete de libras que atua na educação. Aqui as pesquisas se dividem basicamente entre dois aspectos: a primeira relacionada com a formação dos intérpretes que já trabalham no ambiente educacional e, a segunda, que buscou abordar a parte mais acadêmica, da estrutura curricular e de formação profissional nas IES.

Sob o olhar do primeiro aspecto, os resultados dos trabalhos demonstraram que os intérpretes educacionais possuem diversidade de formação, no sentido de ter profissionais com formação apenas do ensino médio, outros com ensino superior incompleto e aqueles com

formação superior na área. Ainda sobre esse aspecto, a maioria dos profissionais não apresentavam curso de proficiência em Libras.

Por outro lado, sob o prisma do segundo aspecto, os trabalhos sobre a formação acadêmica dos TILS versaram acerca de uma variedade de questões que se mostraram imprescindíveis para que haja um impacto positivo na atuação desses profissionais e diminuição dos prejuízos presentes no processo de aprendizagem dos educandos surdos. A maioria dos trabalhos compreendem que a formação do intérprete educacional deve acontecer de forma continuada.

Outros autores entenderam que para a atuação na educação o TILS precisa de uma formação de bacharelado e não de licenciatura, pois sua atividade estaria mais interligada à complementação do professor em sala de aula e não como interlocutor principal da aprendizagem. Além disso, frisaram a necessidade de maior valorização da categoria por meio de abertura de vagas em concursos públicos e, com isso, criar uma rede maior de atenção à educação inclusiva nos mais diversos espaços educacionais, atendendo não só a educação básica, mas também, a de nível superior.

Tão relevante quanto os temas anteriores, a questão da atuação do intérprete educacional permeou todas as teses e dissertações analisadas, demonstrando desafios e dificuldades que se sobrepunham às atividades desses profissionais. Como não é o objetivo da pesquisa exaurir a totalidade das informações constantes nos trabalhos analisados, dá-se uma atenção maior a três frentes que coexistem e se relacionam. A primeira sobre a falta de conhecimento por parte dos intérpretes quanto aos conteúdos abordados em sala de aula, principalmente nos casos das disciplinas que envolvam signos linguísticos que não são comumente utilizados na língua portuguesa escrita, como a matemática, química, física e ciências naturais em geral, as quais possuem termos próprios.

A segunda, tem relação com a falta de conhecimento da Língua de Sinais pelos alunos surdos e a terceira é o desafio quanto à questão de fluência em Libras, pois é comum na educação básica (especialmente no ensino infantil e no fundamental I) os estudantes surdos não terem fluência em Libras, o que faz despender maior atenção dos intérpretes educacionais para ensinar primeiro Libras, para conseguir estabelecer uma comunicação, e posteriormente, dar seguimento ao processo de aprendizagem.

O Decreto nº 5.626/2000, orienta que na Educação Infantil e nas séries iniciais deve ser ministrada por professores bilíngues ou instrutores surdos, com intuito de efetivar o ensino da Libras. Quanto à dificuldade, a principal foi estabelecida com base em respostas dadas pelos próprios profissionais, que indicaram ser a falta de uma educação continuada, seja pela falta de

disponibilização de cursos de capacitação em Libras, seja pela falta de tempo diante das suas atividades pessoais e profissionais.

Á face do exposto, as teses e dissertações apresentaram uma variedade de assuntos presentes expressamente na maioria dos 31 trabalhos analisados. O cuidado que os pesquisadores tiveram em fundamentar seus trabalhos ficou evidente na perspectiva histórica, normativa e conceitual. O escopo de cada pesquisa se preocupou em observar e analisar diferentes óticas do ser humano, levando em consideração a visão do alunado surdo, dos professores e, essencialmente, do intérprete educacional. Isso permitiu uma síntese observacional sobre cada questão envolvendo a educação inclusiva voltada para a comunidade surda e que demonstra a contínua evolução das discussões no campo acadêmico de pós-graduação e, sobretudo, no ensino superior.

3.1.5 Síntese dos resultados

Este capítulo é o resultado de uma análise panorâmica das teses e dissertações publicadas entre os anos de 2017 a 2021, nas plataformas da BDTD e da CAPES. Teve como objetivo macro, analisar o panorama de publicações e produções de trabalhos acadêmicos de Pós-graduação, *stricto sensu*, sobre a atuação do intérprete educacional de Libras no Brasil.

Com base nos resultados apontados, a execução se deu de maneira positiva, uma vez que conseguiu detalhar o mapeamento dos trabalhos por ente federativo, região, entidade administradora das IES e quais produziram, além de fazer um paralelo quantitativo de publicações por ano. Conseguiu realizar uma análise do perfil dos autores por meio da análise do currículo disponibilizado na Plataforma Lattes e fez uma síntese dos assuntos mais frequentes.

Acerca do mapeamento das produções, foram analisados 31 trabalhos, sendo duas teses e 29 dissertações. A maioria foi realizada em IES pública e conforme as tendências de outras pesquisas o Sudeste seguiu demonstrando maior destaque nas produções, sendo o Estado de São Paulo com o maior quantitativo de trabalhos. O ano mais produtivo foi o de 2020 com cerca de 39% dos trabalhos, o qual seguiu com uma queda brusca no ano seguinte e que nos fez ponderar sobre a influência do período de pandemia enfrentada pela sociedade brasileira.

Quanto ao perfil dos autores, por não estabelecer um contato direto com os pesquisadores, o que comumente acontece em pesquisas de campo, este trabalho conseguiu identificar que a maioria se identifica com termos pessoais empregados no gênero feminino.

Outro aspecto desta parte da análise mostrou que os autores, em sua maioria, possuem graduação em Letras (língua portuguesa, inglesa ou libras) e atuam profissionalmente como professores. Entretanto, os resultados também mostraram profissionais de outras áreas com interesse em pesquisar a atuação do intérprete educacional.

Sobre a gama de assuntos que constam nas teses e dissertações, como as políticas públicas e a realidade educacional, a AEE, Escola Bilíngue, história e conceitos relacionados à surdez, entre outros, aqui merece ênfase a temática que versou sobre a formação e a atuação do intérprete na educação básica. Os dados demonstraram que as dificuldades e desafios apresentados mantêm estreita relação com a falta de conhecimento por parte dos intérpretes em sala de aula, com a falta de conhecimento da Língua de Sinais pelos alunos surdos e quanto à questão de fluência em Libras.

4 ANÁLISES E RESULTADOS

4.1 Procedimentos e análise do questionário aplicado

No intuito de conhecer as percepções que os TILS possuem a respeito da sua formação e atuação profissional e interessados nas interpretações que estes sujeitos formulam sobre a Educação de Surdos, elaboramos um questionário na Plataforma *Google Forms*, e por meio deste instrumento, coletamos as informações que serão analisadas neste capítulo.

O questionário foi composto por 13 perguntas e direcionado para profissionais que atuam com a Educação de Surdos no âmbito da Educação Básica. Consideramos importante priorizar na pesquisa os TILS que atuam na Educação Básica por três motivos, são eles: (1) entendemos que a Educação de Surdos, no âmbito das Universidades e Institutos Federais, apresenta particularidades que excedem os objetivos da pesquisa¹; (2) a maior parte dos TILS atuam na Educação Básica; (3) apesar da existência de um quadro jurídico nacional e de diretrizes nacionais para a Educação de Surdos, sabemos que, na prática, existem diferenças entre o atendimento aos surdos dentro da rede de escolas públicas da Educação Básica.

No intuito de fazer contatos com TILS que atuam na Educação Básica, redigimos um e-mail informando os objetivos da pesquisa solicitamos a colaboração de universidades e associações de tradutores e intérpretes de Libras na distribuição do questionário, via *e-mail*. A iniciativa resultou na adesão voluntária de 35 participantes.² O questionário foi desenvolvido utilizando três modalidades de perguntas: “perguntas fechadas”, com a indicação das alternativas de resposta; “perguntas abertas”, nas quais o participante pode expor sua resposta textualmente; e “perguntas relacionadas”, assim denominadas porque possuem uma relação com questões tratadas anteriormente (Gil, 2008). Considerando os objetivos gerais da pesquisa e os assuntos contemplados no questionário, optamos por agrupar os resultados em sete conjuntos de questões.

No primeiro conjunto, reunimos às três primeiras perguntas do questionário, e iniciamos com perguntas referente a formação profissional dos participantes. No segundo conjunto, trabalhamos a quarta e quinta pergunta, em que procuramos identificar onde se iniciou o primeiro contato dos participantes com a Libras e o que os motivou a trabalhar com a comunidade surda.

¹ Citamos, como exemplos de particularidades, no âmbito do Ensino Superior: (1) a discussão sobre o ensino de Libras nos cursos de Licenciatura; (2) a produção de pesquisas e atividades de extensão voltadas para a Educação de Surdos; (3) e as iniciativas institucionais para composição e/ou qualificação dos quadros técnicos voltados especificamente para o atendimento aos surdos.

² Dos 35 participantes da pesquisa, apenas um informou estar atuando no Ensino Superior. Contudo, ele também informou que possui experiência como TIL na Educação Básica. Considerando sua trajetória profissional, optamos por incluir suas respostas no conjunto da pesquisa.

No terceiro, usamos as perguntas de número seis e sete, para identificarmos o tempo de experiência dos participantes, e os tipos de curso necessários para atuar como tradutores e Intérpretes de Libras, no contexto educacional. No quarto conjunto, agrupamos as questões oito e nove, e, por meio das respostas, buscamos identificar a modalidade de ensino, em qual instituição e o local atual de trabalho no momento de participação da pesquisa.

No quinto conjunto, trabalhamos as perguntas de número dez e onze. Ambas dizem respeito a valorização dos profissionais e aos principais problemas enfrentados pelos TILS. No conjunto seis, destacamos a pergunta de número doze que oferece respostas sobre como os participantes percebem o ambiente de trabalho, nos seus aspectos positivos e negativos. Finalizamos a análise do material coletado com a pergunta de número treze. Esta questão trata das interações estabelecidas entre os TILS e os pais dos alunos surdos – assunto que consideramos relevantes, dentro do escopo mais amplo da pesquisa.

4.1.1 Trilhando pelo caminho do conhecimento: formação e qualidade de ensino

Na bibliografia especializada diversos autores ressaltam a importância da formação docente para que a escola desenvolva com êxito os desafios do processo de ensino/aprendizagem. Carvalho (2005) defende que a educação é fator decisivo na construção de pessoas conscientes do meio social em que vivem. O autor entende que existe uma relação entre a formação docente e a qualidade do ensino e assim observa que:

Entre o dito e o não dito, a conclusão é óbvia: a formação de professores será sempre importante para qualquer mudança educacional, sobretudo para a melhoria da qualidade do ensino. E pensar a qualidade da educação no contexto da formação de professores significa colocar-se a disposição da construção de um projeto de educação cidadã que propicia condições para a formação de sujeitos históricos capazes de, conscientemente, produzir e transformar sua existência (Carvalho, 2007, p. 06).

Paulo Freire, também compartilha deste entendimento ao afirmar que a busca pela capacitação e do aprendizado é constante e fundamental para o desenvolvimento intelectual do ser humano, seja no campo profissional ou para o seu próprio interesse particular. Nas palavras dele temos que:

A educação é permanente não porque certa linha ideológica ou certa posição política ou certo interesse econômico o exijam. A educação é permanente na razão, de um lado, da finitude do ser humano, de outro, da consciência que ele tem de sua finitude. Mais ainda, pelo fato de, ao longo da história, ter incorporado à sua natureza não apenas saber que vivia, mas saber que sabia e, assim, saber que podia saber mais. A educação e a formação permanente se fundam aí (Freire, 1997, p. 20).

Segundo Carvalho (2005) e Freire (1997), a formação docente é permanente e imprescindível na busca por conhecimento de qualidade, fortalecendo assim o processo de ensino e aprendizado. O profissional mais preparado irá ofertar aulas diferenciadas, irá usar metodologias, materiais e conteúdos adaptados, e, acima de tudo, irá contribuir para fazer do ambiente escolar um local propício para troca de conhecimento e experiência entre o professor e o aluno.

No caso específico dos intérpretes de Libras, a necessidade de formação permanente tende a ser mais acentuada, sobretudo porque a Educação Especial apresenta particularidades que, geralmente, são tratadas de forma superficial nos cursos de licenciatura. Dentro deste contexto, os intérpretes de Libras – assim como outros profissionais que atendem no âmbito da Educação Especial – tendem a realizar estudos complementares à graduação inicial. Segundo Quadros (2004, p. 51).

Há vários níveis de formação de intérpretes para surdos no mundo. Desde o nível secundário ao nível de mestrado, podemos encontrar pessoas especializando-se para se tornarem profissionais mais qualificados. Essa variação em níveis de qualificação reflete um desenvolvimento sociocultural da comunidade surda. A preocupação em formar intérpretes surge a partir da participação ativa da comunidade surda na comunidade em que está inserida.

A autora reforça sobre a importância da qualificação dos intérpretes, para acompanhar todo o desenvolvimento que está ocorrendo dentro da comunidade surda. Para um ensino da Libras, faz-se necessário, além da competência para o uso do código linguístico de sinais, a disposição para a capacitação continuada e o conhecimento das dificuldades e demandas apresentadas pelos surdos que frequentam o sistema de ensino (Costa, 1996).

A tendência de o profissional intérprete de Libras buscar uma formação complementar (via Curso de Especialização, Curso de Mestrado ou por meio de uma segunda Graduação) pode ser observada no Quadro 2. O respectivo Quadro é composto pelas perguntas (1), (2) e (3) do questionário.

Quadro 2 – Dados sobre a formação profissional dos participantes da pesquisa.

Participante	Qual a sua formação inicial no Ensino Superior?			Possui Pós-graduação?	Qual a sua formação na Pós-graduação?
	Curso	Instituição de Ensino Superior	Ano de formação		
P01	Letras/Português	UFAM	2012	Mestrado	Libras
P02	Letras	UNIUBE	2013	Especialização	Libras
P03	Letras/Libras	-----	-----	Mestrado	Educação
P04	Pedagogia	UNINTER	2017	Especialização	Libras e AEE

P05	Pedagogia	FSST	----	Especialização	EEI
P06	Psicologia	----	----	Especialização	Tradução
P07	Pedagogia	UVA – Sobral	2004	Especialização	Libras
P08	Letras/Libras	UFSC	2018	Especialização	Libras
P09	Letras/Libras	UFSC	2016	Especialização	Libras
P10	Pedagogia	----	----	Especialização	Libras
P11	Pedagogia	Faculdade Anhanguera	2017	Especialização	EEI
P12	Pedagogia	UNIP	2018	Especialização	Libras e Educação Especial
P13	Pedagogia	----	----	Especialização	Tradução, interpretação e docência em Libras
P14	Letras/Libras	UEPA	2018	Especialização	Educação Especial
P15	Pedagogia	----	----	Não	Não possui
P16	Letras/Libras	----	----	Especialização	EEI
P17	Letras/Libras	UEPA	2016	Especialização	EEI
P18	Letras/Libras	UEPA	2015	Especialização	EEI
P19	Pedagogia	UEPA	2015	Especialização	AEE
	Libras	Faculdade Ipiranga	2018		
P20	Pedagogia e Libras	----	----	Especialização	AEE
P21	Pedagogia	UVA – Sobral	2005	Especialização	EEI
	Matemática		2009		
P22	Letras/Libras	UFSC	----	Especialização	AEE
	Pedagogia	Faculdade Intervale	----		
P23	Pedagogia	----	2008	Especialização	Intérprete de Libras
P24	Pedagogia	UFMS	2014	Especialização	Libras; Neuropsicopedagogia, EEI; Educação, Pobreza e Desigualdade Social
	Letras/Inglês		2021		
P25	Pedagogia	----	----	Especialização	Gestão escolar e Coordenação Pedagógica; Educação Especial
P26	Pedagogia	FAIARA	2019	Especialização	Letras e Libras
P27	Letras	----	----	Mestrado	Libras
P28	Letras	----	----	Especialização	Educação Especial

P29	Letras/Libras	UEPA	2019	Especialização	Libras
P30	Pedagogia	-----	-----	Especialização	Libras e EEI
P31	Pedagogia	UVA – Sobral	2010	Especialização	TIL
P32	Teatro	UFPA	2017	Especialização	TIL
P33	Pedagogia	UNIFACVEST	2019	Especialização	Libras e EEI
P34	Letras/Libras e Língua Portuguesa	UFPA	2020	Especialização	TIL e Ensino de Libras para a Ed. Infantil
P35	Geografia	IFPA	-----	Especialização	Intérprete de Libras/Português

Fonte: Elaborado pelo autor.

Os dados coletados, apesar de restritos a uma amostra quantitativamente pequena (35 participantes), oferecem pistas para uma reflexão sobre o tipo de formação que o TILS possui. Nas respostas apresentadas no Quadro 2 identificamos vários tipos de formação acadêmica, sendo a Pedagogia a que mais se destacou, com (n=19) respostas. O Curso de Letras Libras foi representado com (n=11) respostas e, Letras Português com (n=5). É interessante observarmos o registro de dois TILS que não cursaram Licenciatura na formação inicial. Trata-se do P6, graduado em Psicologia, e do P32, graduado em “Teatro”.

Alguns participantes da pesquisa realizaram mais de uma graduação. O participante P19 cursou três Licenciaturas (Pedagogia, Libras e Espanhol) e destoa do conjunto total representado no Quadro 2. Há um subgrupo de participantes que informou ter cursado duas graduações. Este é o caso do participante P20 com duas (graduado em Pedagogia e Letras), do P21 (graduado em Pedagogia e Matemática), do P22 (graduado em Letras/Libras e Pedagogia), e do P24 (graduado em Pedagogia e Letras/Inglês).

Observando o quantitativo das respostas apresentadas anteriormente, identificamos que há procura por capacitação, soma-se a isso a necessidade da formação adequada desse profissional, que é de suma importância. A capacitação corrobora e amplia na possibilidade de melhores vagas no mercado de trabalho, tornando-se profissionais na medida em que ele media o conhecimento e as relações interpessoais no contexto educacional. Com isso, a formação do intérprete educacional é algo que deve ser pensado, discutido e revisto, pois, há legislação direcionada na formação dos TILS (Decreto nº 5.626/2005 e Lei nº 12.319/2010). Contudo, identificamos nas respostas dos participantes, o investimento na formação específica de maneira gradual para atuar no campo educacional. Assim, entende-se que:

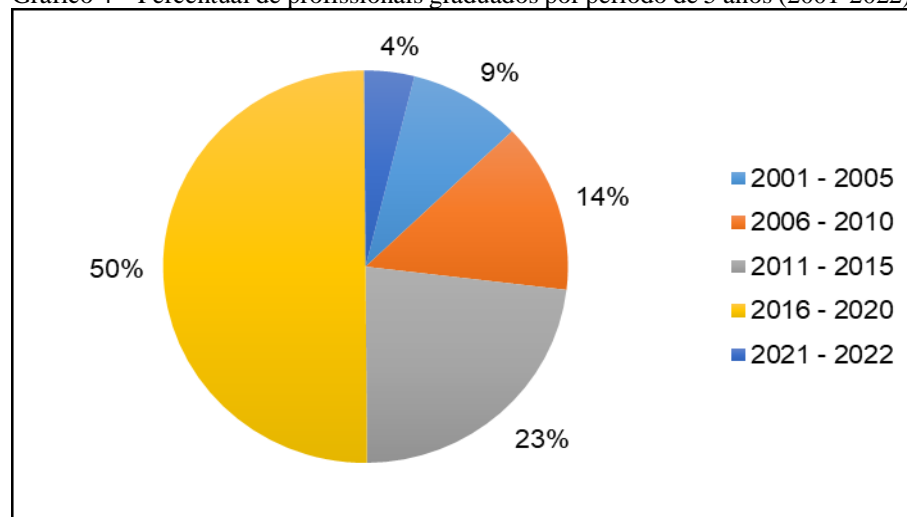
A formação de profissionais tradutores intérpretes exige grande investimento e se trata de um desafio onde o fundamento principal é o conhecimento amplo das línguas envolvidas, tanto a língua de partida, quanto a língua alvo, por isso o conhecimento das línguas envolvidas deve anteceder a formação,

somente o domínio linguístico não é suficiente, do mesmo modo o conhecimento teórico por si não o é; é preciso conhecimento amplo para buscar correlacionar sentidos em ambas as línguas (Schubert, 2012, p. 99).

A necessidade dos intérpretes pela busca por mais capacitação é quase inevitável, pois ao trabalhar com duas línguas faz-se necessário, até mesmo conhecermos as particularidades da língua que está em constante evolução. Isso cada vez mais mostra o quanto os TILS têm relevância no contexto educacional, pois, são profissionais que sempre estão buscando a melhoria da educação e do educando.

A informação referente ao ano do término do Curso de Graduação não foi inserida no Questionário por todos os participantes. Ainda assim, foi possível extrair dados interessantes sobre este assunto. No Gráfico 4 agrupamos as respostas referentes ao ano de Graduação em quinquênios.

Gráfico 4 – Percentual de profissionais graduados por período de 5 anos (2001-2022).



Fonte: Elaborado pelo autor.

O uso do gráfico e o agrupamento em quinquênios nos permite identificar que a maior parte dos participantes concluiu a graduação nos períodos entre 2011 – 2015 (23%) e 2016 – 2020 (50%). Estes anos correspondem a um período de expressiva expansão do acesso ao Ensino Superior no Brasil e correspondem, também, ao período da oferta das primeiras Licenciaturas em Letras/Libras. A baixa porcentagem de 4% de graduações concluídas no período 2021-2022, provavelmente, reflete o impacto da crise econômica e da pandemia de Covid-19 no fluxo de alunos no ensino superior.

O fato de que os dois tipos de graduação mais cursados pelos participantes são Pedagogia (n=19) e Letras/Libras (n=11) não é algo de pouca importância. Ao estabelecermos uma comparação com o ano de formação dos participantes, percebemos que a maior parte dos participantes que realizaram o curso de Pedagogia, finalizaram nos anos

de 2004, 2005, 2008, 2010. Já os participantes que realizaram o curso Letras/Libras concluíram nos anos 2015, 2016, 2018 até 2021.

O curso de Pedagogia obteve sua regulamentação anterior ao curso de Letras/Libras, portanto, compreende-se que o quantitativo elevado dos participantes que realizaram o curso de Pedagogia seja maior. A inclusão do curso de Pedagogia nas universidades ocorreu no ano de 1996. Conforme se extrai abaixo:

A Lei de nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, denominada Diretrizes e Bases da Educação Nacional estabeleceu diversas inovações muito positivas que tinham como objetivo aperfeiçoar a formação dos profissionais da educação. Uma das mais importantes consiste na criação de cursos específicos de nível superior destinados à formação de docentes para as Séries Iniciais do Ensino Fundamental (SIEF) e para a educação infantil (EI). O objetivo era o de que cursos viessem a substituir a formação em nível médio, como tradicionalmente vinha sendo feita no Brasil, no antigo Curso Normal. Por isso mesmo, os cursos foram denominados Normal Superior. Esta inovação decorre do Artigo 62 da referida Lei, assim como do § 4º do Artigo 87, das Disposições Transitória da mesma Lei. De fato, o caput do Artigo 62 estabelece: Art. 62. A formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de literatura, de graduação plena, em Universidade e Institutos Superiores de Educação, admita como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nas quatro primeiras séries do ensino fundamental, a oferecida em níveis médio, na modalidade normal (Brasil, 1996).

Como parte do processo de construção da política nacional de Educação de Surdos, o curso Letras/Libras foi recentemente implantado como curso de Ensino Superior, de início foi incluído como disciplina nos cursos de licenciatura voltado para os professores e no curso de Fonoaudiologia, e nos cursos de Educação Especial (Brasil, 2005). Para os professores e instrutores de Libras deve ser realizada a licenciatura plena em Letras/Libras e o Português como segunda língua. Como a ressalva no Parágrafo Único: “de que as pessoas surdas terão prioridade no curso de formação”.

A Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei no 10.098, de 19 de dezembro de 2000. No art. 11. O Ministério da Educação promoverá, a partir da publicação deste Decreto, programas específicos para a criação de cursos de graduação: I - para formação de professores surdos e ouvintes, para a educação infantil e anos iniciais do ensino fundamental, que viabilize a educação bilíngue: Libras - Língua Portuguesa como segunda língua; II - de licenciatura em Letras: Libras ou em Letras: Libras/Língua Portuguesa, como segunda língua para surdos; III - de formação em Tradução e Interpretação de Libras - Língua Portuguesa (Brasil, 2005).

Fazendo um paralelo com os dois cursos mais citados e levando em consideração o ano da efetivação do curso de Letras/Libras nas universidades, mediante a lei recente que foi

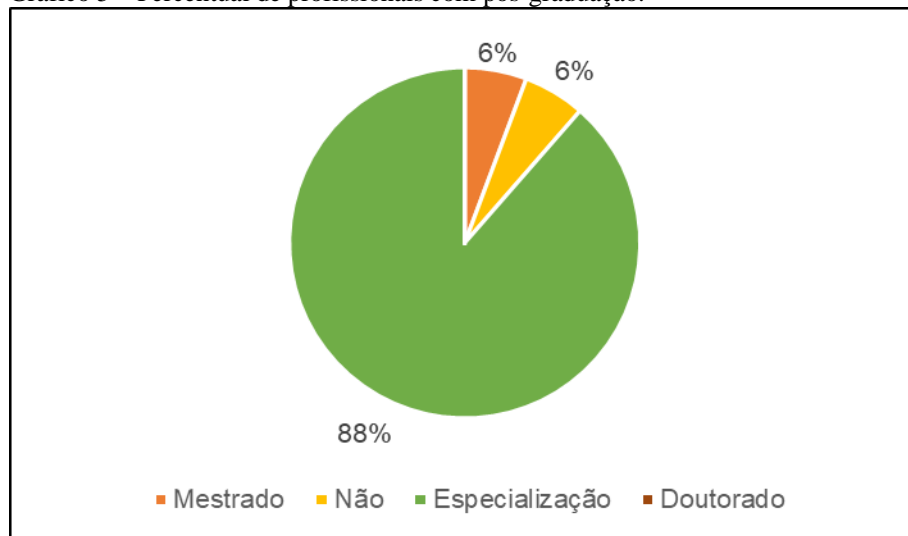
regularizada, podemos compreender perfeitamente que os outros cursos venham a se sobressair, quando relacionamos o ano em que o curso veio a ser ofertado nas universidades.

Prosseguindo com a análise das respostas dos participantes, identificamos que a forma de diplomação no âmbito acadêmico ocorreu principalmente em instituições particulares. O questionário registrou graduações cursadas em dez instituições privadas. São elas: FAEL, Intervale, UNIP, UNIUBE, UNINTER, Ipiranga, Faculdade Salesiana Santa Teresa, FAIARA, UNIFACVEST e Universidade Anhanguera. Na esfera estadual, registramos como a segunda instituição de ensino mais respondido, Universidade vale do Acaraú (UVA), Universidade do Estado do Pará (UEPA). No âmbito Federal seis pessoas responderam que estudaram em faculdade administrada pelo Governo Federal são essas; Universidade Federal do Amazonas (UFAM), Universidade Federal do Pará (UFPA), Universidade Federal do Ceará (UFC), Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Instituto Federal do Pará (IFPA) e Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS). E dez pessoas não registraram o nome da universidade na qual cursaram sua graduação, são estas P03, P06, P10, P13, P15, P16, P20, P23, P25, P27, P28 e P30, com o total de (n=12) pessoas.

Nossa análise não irá aprofundar a questão da tipologia das instituições de Ensino Superior cursadas pelos participantes porque entendemos que este não é o objetivo da pesquisa. No entanto, consideramos pertinente registrar que o predomínio de participantes da pesquisa graduados no setor privado indica que as universidades públicas não atendem toda a demanda por licenciaturas existente na sociedade, principalmente no caso do curso de Letras/Libras. No nosso entendimento, isto é grave, porque a responsabilidade pela formação dos TILS deveria ser uma prioridade do poder público.

No que diz respeito à segunda pergunta do questionário, nosso objetivo foi saber se os TILS possuíam ou não curso(s) de Pós-graduação. O participante poderia marcar de forma objetiva, uma das seguintes opções: “Especialização”, “Mestrado”, “Doutorado” ou “não (não possui)”. O gráfico demonstra o quantitativo dos profissionais que investem na sua própria qualificação, com intuito de adquirir mais conhecimento e novas possibilidades no mercado de trabalho.

Gráfico 5 – Percentual de profissionais com pós-graduação.



Fonte: Elaborado pelo autor.

De acordo com o Gráfico 5, apresentado acima, 88% dos entrevistados responderam que possuem especialização, equivalente a 31 pessoas. Outros 6% possuem mestrado, equivalente a 2 pessoas. A mesma proporção de 6% se aplica a pessoas que não possuem Pós-graduação. Nenhum dos questionados respondeu que possuía doutorado.

A maior porcentagem é das pessoas que realizaram o curso de especialização, um quantitativo bem expressivo e relevante para educação. Se somarmos os 88% das pessoas que são especialistas mais os 6% das pessoas que são mestres, iremos ter a soma de 94% dos participantes com Pós-graduação em *stricto sensu* e *lato sensu*. Reforçando a ideia de que a busca por mais conhecimento é crescente e corrobora para a educação. O autor Freire (2001) enfatiza a importância de os educadores estarem em constante processos de aprendizagem ao afirmar que:

[...] um dos programas prioritários em que estou profundamente empenhado é o de formação permanente dos educadores, por entender que os educadores necessitam de uma prática político-pedagógica séria e competente que responda à nova fisionomia da escola que se busca construir (Freire, 2001, p. 80).

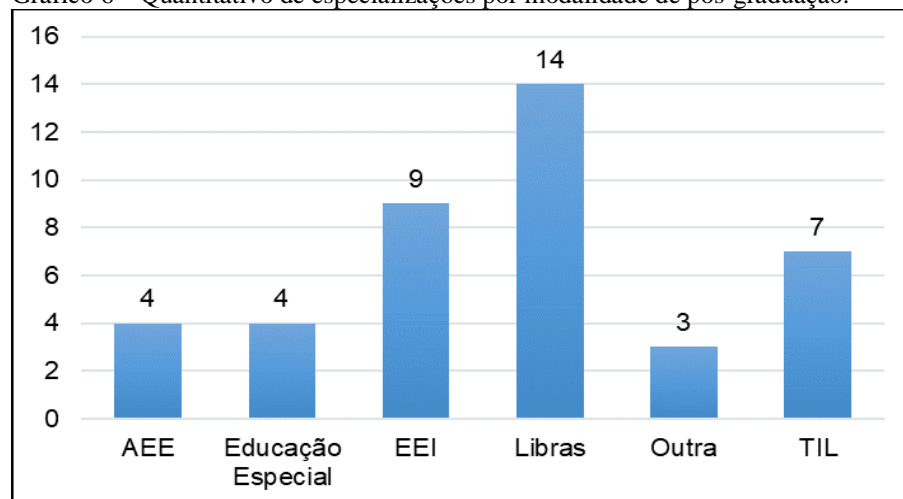
A ideia de “formação permanente” dos educadores, defendida por Paulo Freire e por outros expoentes da educação brasileira, não deve ser confundida com o termo técnico da “Formação Continuada”. Na concepção freiriana, com a qual concordamos, a “formação permanente” implica na constante reflexão dos docentes sobre as suas condições de trabalho e sobre as intencionalidades e resultados do ato educativo. A Formação Continuada, por sua vez, se caracteriza como uma ferramenta para a qualificação do sistema de ensino, é um direito assegurado aos docentes pela legislação e deve ser ofertada regularmente pelo poder público.

Nosso questionário, infelizmente, não contemplou a “Formação Continuada”. No entanto, ao inserirmos no questionário uma pergunta sobre qual a Pós-Graduação cursada pelos participantes, buscamos captar as iniciativas de “formação permanente” adotadas pelos TILS.

Para a pergunta: “Qual a sua formação na Pós-Graduação?”, recebemos as seguintes respostas: 16 cursaram Libras; 8 cursaram Educação Especial e Inclusiva; 5 cursaram Pós-Graduação em Tradução, Interpretação e Docência em Libras, 4 participantes responderam Atendimento Educacional Especializado (AEE); e outros 4 responderam Educação Especial. O restante dos outros cursos teve somente uma resposta, são esses cursos: Gestão Escolar; Educação, Pobreza e Desigualdade Social; Neuropsicologia; Surdo-cegueira, Libras; Educação Especial com ênfase em Libras e Mestrado em Educação. O participante P15 é o único que respondeu que não possui Pós-graduação.

Todos os participantes com exceção de quem não possui nem um curso de Pós-graduação, realizaram o curso voltado para área da Educação Especial, os números P12 Libras - Educação Especial, P24 Libras - Neuropsicopedagogia - Educação Especial Inclusiva - Educação, Pobreza e Desigualdade Social, P25 Gestão Escolar e Coordenação Pedagógica - Educação Especial (em andamento) e P30 Libras – Educação Inclusiva, fizeram mais de um curso de Pós-graduação e o participante de número P01 e o P03 realizaram o Mestrado em Educação.

Gráfico 6 – Quantitativo de especializações por modalidade de pós-graduação.



Fonte: Elaborado pelo autor.

O Gráfico 6 nos mostra o quantitativo de pessoas que realizaram suas especializações e informa que os principais cursos realizados são: Atendimento Educacional Especializado (AEE) e Educação Especial, ambos os cursos tem o mesmo quantitativo de 4 pessoas; Educação Especial Inclusiva (EEI), com 9 respostas; Libras, 14 pessoas responderam; outra, foi

denominado para as especializações que obtiveram somente uma resposta, são esses Neuropsicopedagogia; Educação, Pobreza e Desigualdade Social; Gestão Escolar; e Tradutor e Intérprete de Libras (TIL), com 7 afirmações.³

O curso que mais se destacou foi o de Libras, com (n=14) pessoas que realizaram suas especializações após a entrada em vigor da lei a pouco tempo implantada no Brasil. A crescente procura para se adequar as novas exigências de capacitação e de mercado é claramente observada no gráfico acima.

Considerando os dados referentes a formação na pós-graduação registrados no questionário, podemos inferir que a maior parte dos cursos de pós-graduação direcionaram os profissionais para os campos da Educação Especial e da Educação de Surdos. No nosso entendimento, estes campos são distintos, mas possuem similaridades, na medida em que ambos atendem alunos com necessidades especiais.

O conceito de “campo” nos remete a ideia de delimitação de espaços e de construções indenitárias que podem envolver aspectos culturais, sociais ou profissionais. Conforme demonstrou Bourdieu (1983; 1987) nas suas pesquisas sobre o sistema escolar francês, a formação dos intelectuais e a produção e consumo da arte, o “campo” é sempre um constructo social dinâmico, dentro do qual os agentes sociais disputam espaço, estabelecem hierarquias e distribuem bens materiais e simbólicos.

No caso da nossa pesquisa, a Educação de Surdos e a Educação Especial se configuram como “campos” dentro do espaço mais amplo da Educação Escolar. Para estar dentro de um “campo”, os sujeitos precisam atender requisitos e precisam compartilhar de determinados saberes. Por isso a “formação permanente”, quando direcionada para cursos de Pós-Graduação, pode ser interpretada como uma estratégia de construção do campo.

De acordo com Araújo, Alves e Cruz (2009), as estruturas do campo pressupõem a existência de regras a partir das quais os sujeitos organizam suas ações na intenção de demarcar espaços e obter o reconhecimento dos pares. Dentro desta lógica, a busca pela qualificação é necessária para se conquistar áreas que requerem conhecimento mais específico e que é mais exigido dos profissionais que estão dispostos a melhorar tanto no campo do conhecimento, como no campo da área de trabalho. Complementando este entendimento, temos que:

Todas as lutas internas ao campo envolvem a distribuição e posse de um capital específico. A luta ocorre entre aqueles que pretende assumir posições e aqueles que desejam mantê-las. Em geral, novatos disputam, dentro das regras estabelecidas, o lugar daqueles que ocupam posições dominantes. Para

³ Os dois participantes que realizaram Mestrado não foram incluídos no Gráfico 6, com objetivo de direcionarmos por cursos da Educação Especial, pois, sabemos que os participantes que têm o título de mestre realizaram suas pesquisas de forma mais abrangente.

que um novato seja admitido em um determinado campo, é preciso que ele tenha efetuado os investimentos necessários. Exemplificando: para que alguém possa participar da comunidade científica se faz necessário, a realização de concursos, a ocorrência de publicações, em outros termos, o acúmulo prévio de um certo capital que lhe permita ser reconhecido pelos seus pares como um integrante daquela comunidade. É como um jogo que pressupõe que se reconheçam as suas regras como legítimas e que fundamentalmente, existam pessoas dispostas a jogar (Araújo; Alves; Cruz, 2009, p. 36).

A procura pela qualificação passou a ser necessária, principalmente quando há essa exigência dentro do mercado de trabalho e a procura aumenta, cada vez mais, quando é almejado uma das posições de melhor prestígio na esfera onde trabalhamos.

4.1.2 Os primeiros passos no mundo da Libras: contato, motivação e necessidade de comunicar

Partindo da premissa de que os sujeitos que participaram da pesquisa, em determinado momento das suas vidas, escolheram a Educação de Surdos como área de atuação profissional, inserimos no questionário duas questões que tratam das motivações destes profissionais. Nosso intuito foi saber o que levou os participantes a escolher a profissão de Tradutor Intérprete de Libras.

O Quadro 3 nos traz as respostas dos 35 participantes sobre o segundo conjunto de perguntas da pesquisa, que corresponde as seguintes perguntas: “Como foi seu contato inicial com a Libras?” e “O que te motivou a estudar Libras?”.

Quadro 3 – Bloco de respostas sobre experiências pessoais com a Libras.

Participante	Como foi seu contato inicial com a Libras?	O que te motivou a estudar Libras?
P01	Curso Extra.	Demanda de Mercado.
P02	Curso Básico de Libras.	Uma amiga que trabalhava com surdos.
P03	Igreja.	O trabalho que desenvolvia com surdos na Igreja.
P04	Com aluno surdo dentro de sala de aula. Eu era a professora deles. No caso eram 2 surdos gêmeos e tinham intérprete nesse período.	Eles (os alunos surdos). Me senti impotente. Não sabia me comunicar com eles e nem eles comigo. Foi difícil para os dois lados. A intérprete precisou se ausentar, dessa forma eu tentei de tudo para ser entendida.
P05	Com colegas surdos do 2º ano do ensino médio.	Porque penso na comunidade surda, uma forma de ajudá-los e também por ter poucos intérpretes de Libras na minha cidade de Corumbá MS.
P06	Curso na igreja.	Ensinar a bíblia para os surdos.
P07	Na Igreja.	Ajudar os surdos.

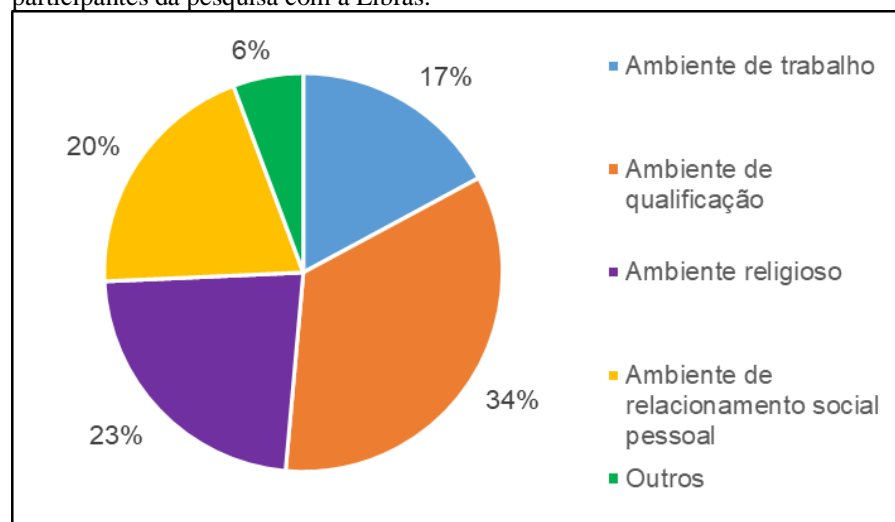
P08	Primeiro, na prática, fui me qualificar mais.	Tinha surdos na minha igreja.
P09	Na igreja.	A Igreja e depois o mercado.
P10	Na recepção da clínica onde trabalhava.	Tenho um amigo de infância que é surdo.
P11	Através de um curso básico em Libras.	Quando fui em CG fazer nivelamento e consegui estudar lá.
P12	Foi através de uma palestra que participei para complementar carga horária da faculdade. Tinha nesta palestra uma TIL, fiquei encantada e logo quis saber onde tinha curso de Libras para aprender.	Conhecer uma outra Língua e poder me comunicar com a comunidade Surda.
P13	Por motivo que tenho filho surdo, daí tive que aprender a libras para poder ensinar-lo.	Meu filho que é surdo.
P14	Na Igreja.	Motivo maior foi o amor.
P15	No contexto religioso.	Aprofundamento do meu conhecimento acerca do idioma e aperfeiçoamento da minha técnica e fluência.
P16	Amiga surda.	Interesse pela Língua.
P17	Foi através da minha mãe que estudava Libras básico em 2010. Como ela estudava pedagogia na época, me levou para o festival da cultura surda, foi ali que eu fui entender o que era a Libras. Tive muita resistência na época, achava exageradas as expressões faciais, não tinha interesse, porém respeitava a vontade da dela em aprender uma nova língua. Naquele mesmo ano estudei no 3º ano com uma moça surda, mas como ela não sinalizava com ninguém da turma, só oralizava, eu não fazia ideia que os surdos usavam a Libras para se comunicar. Quando a minha mãe me explicou com mais detalhes sobre esse universo da surdez, quis procurá-la, mas era tarde demais, pois ela já tinha saído da escola. Meu primeiro contato foi dessa forma, mas o aprendizado da língua foi na universidade quando passei no vestibular em 2012 no curso de Letras Libras.	Assim que eu passei no Letras Libras o que me motivou estudar Libras foi conhecer a história do surdo. Fiquei muito sentida com o sofrimento que os surdos passaram na época e a partir daí busquei aprender cada dia mais a língua.
P18	Na família, pois tenho uma prima surda.	A Língua em si, para mim sempre foi muito interessante.
P19	Na escola pública com alunos surdos quando ainda era classe especial, onde todos os alunos de todas as deficiências estudavam em um só sala. Não existia o AEE.	O contato com os alunos surdos me trouxe a necessidade de entendê-los.
P20	Com aluno.	Um aluno surdo que precisava de ajuda.
P21	A partir de alunos surdos.	A necessidade dos alunos.
P22	Na Igreja Católica, na Pastoral do Surdo.	Para acessibilizar em Libras as missas na Paróquia que participava.
P23	Foi através de vídeos.	Sempre quis estudar Libras.
P24	Na graduação quando cursei a disciplina de Libras.	A curiosidade de entender o que os surdos da cidade do Rio de Janeiro conversavam no transporte público -

		ônibus. Quando entravam no coletivo todos os dias lá no bairro laranjeiras.
P25	Tenho um primo que é surdo, então para eu poder me comunicar com ele, eu decidi aprender e hoje em dia eu amo a LIBRAS.	Foi pelo fato do meu primo ser surdo.
P26	Conheci a libras através de um amigo surdo.	Para que eu pudesse me comunicar com os surdos.
P27	Através de uma aluna no estágio	A vontade de entender um surdo e ser entendido por ele.
P28	Na igreja com pessoas surdas.	Porque tinha amigos que eram surdos e queria me comunicar com eles.
P29	Na faculdade.	Curiosidade de aprender essa língua.
P30	Estranho.	A busca em compreender o surdo.
P31	No contexto religioso	Ser útil às pessoas surdas com minhas mãos e voz.
P32	Vi dois surdos conversando em Libras no Ônibus quando eu era pré-adolescente. Com 19 anos fiz um curso de capacitação em LIBRAS pela SEMED de Ananindeua para Professores.	Falar em códigos, com expressão, um encanto pela língua LIBRAS e poder conhecer surdos, ultrapassar a barreira da comunicação.
P33	Em aula de dança de salão.	Uma nova língua para poder comunicar.
P34	Na universidade.	Curiosidade.
P35	Em Curso de Libras em 2006.	Um Professor comentou em cursinho Vestibular. Fiquei curiosa em conhecer a Língua e fui fazer o curso Básico. Desde então venho estudando para entender e aprender cada vez mais.

Fonte: Elaborado pelo autor.

As informações contidas nos dados da primeira pergunta deste bloco permitiram a elaboração de um gráfico que demonstra os ambientes em que os participantes tiveram seu primeiro contato com a Libras, conforme demonstrado abaixo (Gráfico 7), as quais ficaram divididas em cinco grupos.

Gráfico 7 – Percentual dos ambientes que proporcionaram o primeiro contato dos participantes da pesquisa com a Libras.



Fonte: Elaborado pelo autor.

A palavra “ambiente” tem origem etimológica no latim “*ambiens*” e no contexto deste tópico do trabalho foi utilizado para melhor alocar as respostas em agrupamentos de dados semelhantes. Segundo o Dicionário Michaelis *Online*⁴, o termo “ambiente” significa o “conjunto de condições psicológicas, socioculturais e morais que cercam uma pessoa e podem influenciar seu comportamento”, entre outros significados. Diante disso, o termo foi relacionado com outras palavras para a realização das divisões como o ambiente de trabalho, por exemplo.

Conforme observado no Gráfico 7, temos as seguintes divisões: ambiente de trabalho com 17% (n=6), ambiente de qualificação com 34% (n=12), ambiente religioso apresentando 23% (n=8), ambiente de relacionamento social pessoal com 20% (n=7) e outros ambientes ocupando 6% (n=2) das respostas. O ambiente que mais se destacou foi o de qualificação e compõe as respostas relativas ao primeiro contato com a Libras em cursos diversos, como disciplina em graduação ou cursos livres de capacitação. Como exemplos temos as respostas dos participantes P02 e P12, onde o primeiro relatou que teve seu contato inicial quando participou de um curso básico de Libras e o segundo foi através de uma palestra que participou para complementar a carga horária da faculdade, na ocasião havia um tradutor e intérprete e que ao vê-lo, sentiu-se motivado a buscar mais informações sobre a Libras.

O segundo ambiente que mais proporcionou o primeiro contato dos participantes com a Libras foi no contexto religioso (23% das respostas). Um número expressivo de participantes fez contato inicial com Libras frequentando igrejas, sendo as principais a católica e a evangélica. Como amostra temos a resposta do participante P22 que teve seu primeiro contato com a Libras na Pastoral do Surdo da Igreja Católica e buscou aprender sobre a língua para implementar maior acessibilidade às missas da Paróquia na qual participava. Outros, como é o caso dos participantes P03, P07, P09, P14 e P28, responderam apenas “na igreja”.

Outras respostas direcionaram ao grupo relacionado ao ambiente de trabalho, o que se mostrou interessante foi que houve respostas fora do contexto educacional, onde normalmente se verifica esse contato com a Libras. Este é o caso do participante P10 que relatou ter sido na recepção da clínica onde trabalhava que teve o primeiro contato com a língua de sinais. Envolvendo a esfera educacional, os Participante P04 e P27 relataram que tiveram seus primeiros contatos com alunos surdos na escola e no estágio onde trabalhavam, respectivamente. Outras duas respostas (6% do total) não se enquadraram em nenhum dos ambientes comentados, foi o caso dos participantes do P30 e P33. Suas respostas não ofereceram informações suficientes para classificá-las.

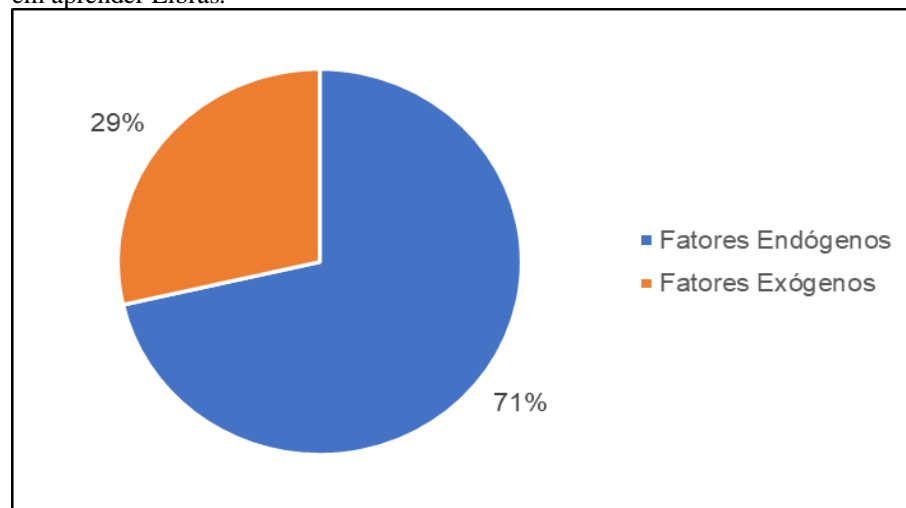
⁴ Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/ambiente/>. Acesso em: 28 mar. 2023.

A segunda fileira de respostas do quadro desta seção, indagou os participantes sobre o que motivou a estudarem Libras. As respostas foram subjetivas e com diferentes graus de detalhamento. Diante da diversidade de motivações coletadas pelo questionário, optamos por classificar as respostas em motivos endógenos e motivos exógenos.

Têm-se na psicologia que o comportamento do indivíduo, por ser racional, vivo e pensante, recebe influências de diversos fatores externos a ele. Dessa forma, pode-se dizer que fatores exógenos são aqueles ligados ao estímulo externo, como o ambiente e a cultura, por exemplo. Muitos pesquisadores firmam a tese de que os fatores sociais e ambientais são os mais influentes e determinantes no comportamento humano, ou seja, enxergam os indivíduos como um produto do meio em que se está inserido (Fiorelli; Malhadas Junior; Fiorelli, 2015).

Por outro lado, os fatores endógenos estão relacionados com os conteúdos físicos e psíquicos da pessoa, como os valores, os esquemas de pensamento, as características de personalidade, as habilidades e as competências do indivíduo, entre outros fatores internos, que advém no sentido de dentro para fora, incluindo-se inúmeros fenômenos relacionados as funções mentais (Fiorelli; Malhadas Junior; Fiorelli, 2015). Diante disso, vamos aos resultados da análise das respostas conforme dispostos no Gráfico 8.

Gráfico 8 – Percentual dos fatores que influenciaram na motivação dos participantes em aprender Libras.



Fonte: Elaborado pelo autor.

Apesar de conseguirmos identificar qual fator ficou mais evidente nas respostas dos participantes, vale ressaltar que o comportamento humano resulta de uma complexa combinação entres os fatores endógenos e exógenos. Entretanto, conforme o entendimento de Fiorelli, Malhadas Junior e Fiorelli (2015), não há como avaliá-los de forma exclusiva, mesmo que em determinadas situações algum fator possa prevalecer sobre os demais. Assim, o gráfico nos traz o seguinte resultado: os fatores endógenos presentes, com maior evidência,

em 71% das respostas (n=25) e fatores exógenos com uma incidência estimada em, aproximadamente, 29% dos casos (n=10).

Algumas respostas apontaram claramente para algum destes fatores, mas tiveram alguns participantes que registraram mais de um fator e, no meio destes todos, foi possível identificar qual fator mais se destacava. Exemplos de fatores exógenos podem ser vistos nos dados coletados dos participantes P01, P02, P03, P08, P09, P11 e do P19 ao P22. O P01 destacou que sua motivação para estudar Libras foi devido a demanda de mercado, alguns outros participantes informaram que sua busca se deu pela presença de surdos no ambiente em que estavam inseridos, seja no trabalho ou nas igrejas.

As demais respostas indicaram maior influência de fatores endógenos, internos, com motivações pessoais, morais e éticas. Interessante que esses dados contrapõem os dados informados pelos autores Fiorelli, Malhadas Junior e Fiorelli, pois ao contrário do que eles disseram em sua obra, esta pesquisa evidenciou maior influência dos fatores endógenos no comportamento dos indivíduos que participaram da pesquisa. Como exemplo claro de fator endógenos temos a resposta do participante P24 o qual afirmou que sua motivação para aprender Libras se deu pela curiosidade em entender o que os surdos conversavam no transporte coletivo que utilizava. Outras respostas tiveram motivações semelhantes, seja pela curiosidade, pelo desejo de estabelecer comunicação, para ajudar os surdos a se comunicarem, ou até mesmo para garantir maior acessibilidade no ambiente religioso.

Apesar da classificação, ressalta-se que existe um complexo de fatores presentes em cada comportamento estabelecido pelo indivíduo, desde os mais simplórios até os que apresentam maior sofisticação. Seja na Biologia, na Psicologia, ou em qualquer outra ciência, não há uma teoria consolidada capaz de contemplar todos os fatores (exógenos e endógenos). Pelo contrário: habitualmente, eles são divididos e agrupados para serem tratados como entidades isoladas, cabendo a quem está analisando a tarefa de refletir sobre as hipóteses para tirar possíveis conclusões, os quais dependem do contexto a que se inserem (Fiorelli; Malhadas Junior; Fiorelli, 2015).

Na tentativa de estabelecer uma relação entre as respostas das perguntas contidas no quadro acima, pode-se notar que 31,43% (n=11) tem relação direta entre si, 37,14% (n=13) não tem relação nenhuma e 31,43% (n=11) não foi possível identificar se havia ou não relação entre o primeiro contato com a língua e o que os motivaram a aprender a Libras. Sendo assim, entre as que apresentaram ligação direta, podem ser citadas as respostas dos participantes P04 e P13,

onde o primeiro falou que teve o primeiro contato com os alunos dentro da sala de aula e, por não saber se comunicar com eles, sentiu-se impotente e buscou aprender Libras para conseguir se comunicar, já o outro participante buscou aprender Libras porque teve seu contato inicial com seu filho surdo.

4.1.3 Profissionais capacitados e suas experiências na educação, eleva na qualidade do ensino

As respostas desse conjunto tiveram por objetivo identificar fatores relacionadas ao início das trajetórias profissionais dos TILS. Como ressaltamos em outro momento, muitos dos participantes da pesquisa ingressaram profissionalmente na área da Educação sem uma formação específica para atuar com a tradução e interpretação de Libras. Por isso entendemos ser pertinente questioná-los sobre como foi a inserção neste campo de trabalho. No Quadro 4, destacamos as respostas coletadas para as duas questões que tratam deste assunto.

Quadro 4 – Conjunto de respostas sobre profissionalização em Libras.

Participante	Qual o curso que você realizou para poder atuar como tradutor e intérprete?	Quanto tempo de experiência você possui na área da educação?
P01	Prolibras	12 anos
P02	Curso de formação para tradução e interpretação de Libras	14 anos
P03	Prolibras para interpretação e formação em tradução e interpretação em LIBRAS/Língua Portuguesa	13 anos
P04	Vários cursos de capacitação e uma Pós-graduação em tradução e interpretação em Libras	16 anos
P05	Curso oferecido pelo município e também pelo Estado de MS, que é pelo CAS	3 anos
P06	Especialização e Prolibras	mais de 20 anos
P07	Pós-graduação em Libras	18 anos
P08	Básico, intermediário, avançado. Prolibras. Graduação na área e a pós	10 anos
P09	Cursos de extensão e de graduação	18 anos
P10	Curso de tradução e interpretação do CAS/MS	8 anos
P11	Curso de Atendimento ao Surdo em Campo Grande MS com duração de 3 anos.	8 anos
P12	Libras Básico/Intermediário e Avançado e como aqui no MS exige a Avaliação Linguística eu tenho que a cada 2 anos realizar está avaliação para poder atuar na área. (Na Rede Estadual de Ensino).	8 anos
P13	Pós-graduação em Libras	17 anos
P14	Pedagogia	20 anos
P15	Prolibras do MEC	10 anos

P16	Capacitação	6 anos
P17	Curso de extensão universitária - EAD para Tradução e Interpretação de Libras	Voluntariamente tem uns 9 anos, mas profissionalmente vai fazer 6 anos.
P18	Aprofundamento técnico em Tradução e Interpretação e ensino da Libras.	8 anos
P19	Libras básico, médio, avançado e profissional.	20 anos
P20	Letras e Curso avançado de Libras	8 Anos na SRM ao todo 15 Anos
P21	Fiz apenas alguns cursos básicos e intermediário de libras	24 anos
P22	Formação de tradutores Intérpretes de Libras na COES	10 anos
P23	Muitos cursos livres como: básico, avançado e específico de interpretação e tradução até chegar na pós...	10 anos
P24	Curso de extensão no INES - RJ, cursos on-line e depois de certo domínio linguístico realizei uma pós-graduação em Libras.	8 anos
P25	Pedagogia	1 ano como professor regente. Mas como intérprete de Libras, tenho alguns meses.
P26	Tradução e interpretação em libras e português/libras	1 ano
P27	Libras, básico, intermediário e avançado	12 anos
P28	Fiz vários cursos de capacitação que envolvem a língua de sinais	8 anos
P29	Vários cursos de Libras, e curso de formação	8 anos
P30	Libras básico/master libras	7 anos
P31	Vários, Libras em contexto com carga horária de 304 HS, também, cursos de férias práticas para atuação profissional do intérprete de Libras, da Signa participação de seminários voltados para atuação da profissão de tradutor e intérprete de Libras.	13 anos
P32	Curso básico de LIBRAS, pós-graduação em interpretação e de aperfeiçoamento em 2 associações e outro curso com o professor Arlindo Gomes.	2 anos
P33	Letras libras licenciatura e curso técnico oferecido pelo CAS	12 anos
P34	Curso de formação de tradução e interpretação Libras português - CAS Seduc	3 anos
P35	Cursos de Libras Básico, intermediário, avançado, técnicas de interpretação, especialização, capacitação para tradutor e intérprete de Libras/Português.	6 anos

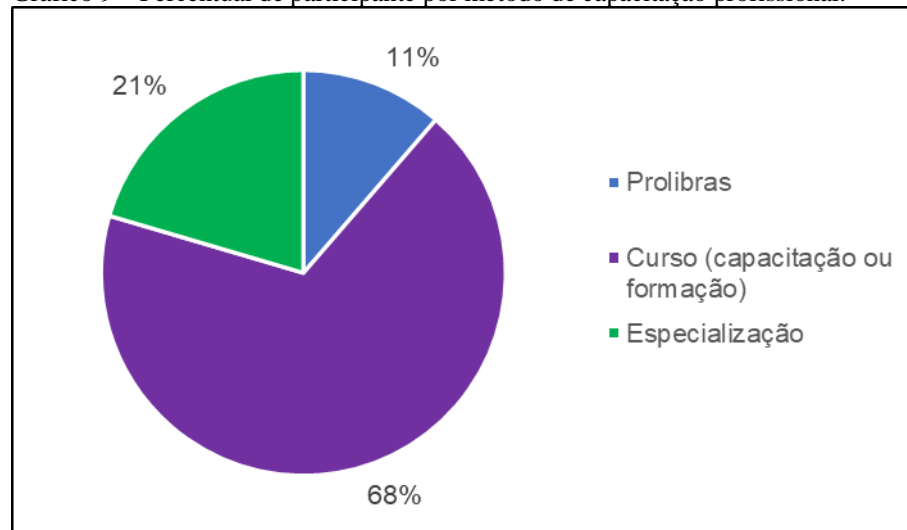
Fonte: Elaborado pelo autor.

As informações contidas no quadro acima compõem o terceiro conjunto de perguntas remetidas aos participantes. Neste foram realizadas as seguintes perguntas: “Qual o curso que você realizou para poder atuar como tradutor e intérprete?” e “Quanto tempo de experiência você possui na área da educação?”. Interessante notar a pluralidade de respostas à primeira

pergunta, o que possibilitou a elaboração de um gráfico para facilitar a visualização dos dados, conforme demonstrado no Gráfico 9.

Antes de apresentar os dados de forma ilustrada, alguns pontos carecem de explicações. Nessa análise, levou-se em consideração a espécie de qualificação realizada e não necessariamente a quantidade de participantes, justamente para conseguirmos visualizar quais meios foram utilizados para obter capacitação em tradução e interpretação da Libras. Então, considerou-se especificamente o Prolibras (o qual receberá devida atenção posteriormente), cursos no geral (tanto de capacitação quanto de formação) em um único agrupamento e a quantidade de pessoas que realizaram alguma especialização (*stricto sensu* ou *lato sensu*).

Gráfico 9 – Percentual de participante por método de capacitação profissional.



Fonte: Elaborado pelo autor.

Os dados do Gráfico 9 indicaram que 11% (n=5) dos participantes se capacitaram por meio do Prolibras, 21% (n=9) tinham alguma espécie de especialização e 68% (n=30) haviam realizado cursos de capacitação ou de formação. Sobre o Prolibras, destaca-se que era um exame nacional para certificação de proficiência no uso e no ensino de Libras e para certificação de proficiência na tradução e interpretação da libras-português-libras, de acordo com o disposto no site do Ministério da Educação. Os participantes P01, P03, P06, P08 e P15 realizaram esse exame para se habilitarem profissionalmente como TILS.

Traçando um breve comentário histórico para enriquecimento dos dados levantados, observa-se que após a Libras ser reconhecida em 2002 como meio legal de comunicação e expressão pela Lei nº 10.436/2002, somente em 2005 os legisladores pátrios sancionaram o Decreto nº 5.626/2005 que trouxe a regulamentação da profissão de intérprete e professor de Libras. Pelo grau de novidade, não havia profissionais suficientes (graduados ou habilitados)

para atender as demandas de mercado, tanto na educação quanto em ambientes sociais que necessitavam de acessibilidade às pessoas surdas (Brasil, 2002; 2005).

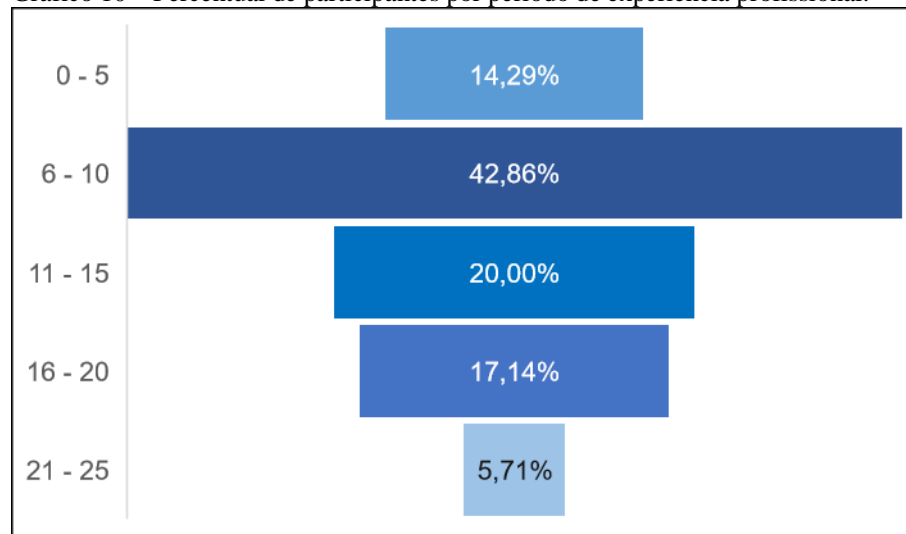
Nesta ceara de necessidade de profissionais qualificados que nasceu o Prolibras, o qual foi criado com o intuito de promover a acessibilidade da comunidade surda em relação à Libras, com assistência de profissionais qualificados e aptos a prestar seus serviços. Ele foi estabelecido para ser realizado em parceria entre o Ministério da Educação (MEC) e o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). A Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) foi a primeira instituição pública de ensino superior a ser credenciada pelo Inep para realizar o Prolibras. Complementando o contexto, o Art. 20. do Decreto 5.626, de 22 de dezembro de 2005, nos traz que:

Nos próximos dez anos, a partir da publicação deste Decreto, o Ministério da Educação ou instituições de ensino superior por ele credenciadas para essa finalidade promoverão, anualmente, exame nacional de proficiência em tradução e interpretação de Libras - Língua Portuguesa (Brasil, 2005).

Tal medida também é citada no Art. 1. da Portaria Normativa MEC 20/2010: "Os exames do Prolibras serão realizados, anualmente, nos Estados e no Distrito Federal, até 2015". Este período de dez anos, contados a partir de 22 de dezembro de 2005, foi necessário para que houvesse tempo para o funcionamento e popularização de cursos de graduação ou pós-graduação em Letras-Libras e, conseqüentemente, a formação de intérpretes e professores qualificados com nível de ensino superior (FENEIS). O período definido por lei para realização do Prolibras (2005-2015) já acabou, portanto, não há mais Prolibras. O que condiz com o resultado da pesquisa, pois os participantes que realizaram o exame têm no mínimo 10 anos de experiência na área.

Correlacionando novamente os dados de qualificação com o período de tempo de experiência, nota-se que a maioria dos participantes que realizaram cursos de formação e de capacitação, o fizeram depois que a profissão de tradutor e intérprete de libras foi regulamentada. Um fato curioso se mostrou evidente sobre a temporalidade de experiência, onde cinco participantes relataram ter 20 anos ou mais de exercício profissional na área da educação. Ou seja, já atuavam com educação antes da Libras se tronar língua oficialmente em 2002, trazendo a reflexão de que estes possam ter começado sua vida profissional extrínseca à comunidade surda. Contudo, os dados disponíveis não permitem termos maior clareza sobre essa gênese de atuação no mercado de trabalho.

Gráfico 10 – Percentual de participantes por período de experiência profissional.



Fonte: Elaborado pelo autor.

Sobre o tempo de experiência profissional de cada participante na área da educação, realizamos um agrupamento de dados consolidados em espaços de 5 anos cada grupo. Dessa forma os dados permitiram que a visualização constasse da maneira apresentada no gráfico acima. Constatamos que 14,29% (n=5) dos participantes relataram ter experiência entre 0 – 5 anos; 42,26% (n=15) apresentaram ter entre 6 – 10 anos de atuação, 20% (n=7) disseram possuir entre 11 – 15 anos de exercício, 17,14% (n=6) relataram ter entre 16 – 20 anos de experiência, a menor quantidade girou em torno de 5,71% (n=2) com um tempo de atuação que ficou entre 21 – 25 anos.

A maioria dos participantes tem um tempo razoável de experiência quando comparados aos demais, girando em torno de 6 a 15 anos de atuação na área da educação. Quando analisados em conjunto das respostas sobre a qualificação profissional, fica perceptível que estes são os que apresentam mais espécies de qualificações em seus currículos, com variados cursos, especializações e proficiência da língua. O que corrobora com esse entendimento, são os dados daqueles que possuem mais de 17 anos de atuação, onde relataram ter apenas um curso de formação, ou um curso de capacitação, ou até mesmo apenas uma especialização, raras exceções quando estes combinam duas espécies de qualificação.

4.1.4 O profissional intérprete de Libras dentro do campo educacional

No quadro abaixo abordar-se-á a atuação profissional dos participantes no momento de aplicação do questionário (primeiro semestre de 2022). Nossa intenção, neste ponto específico da pesquisa, consiste em saber como os TILS participantes da pesquisa estão distribuídos no âmbito da Educação Básica.

Quadro 5 – Dados sobre a distribuição dos participantes no âmbito da Educação Básica.

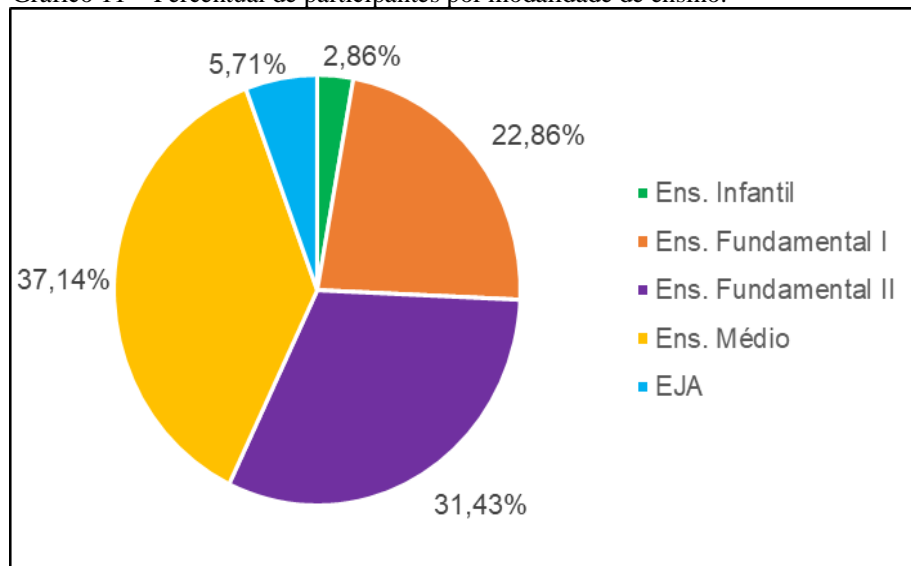
Participante	Em qual modalidade de ensino você trabalha como tradutor e intérprete?	Qual a esfera da sua instituição de trabalho?
P01	Ensino Médio	Estadual
P02	Ensino Fundamental I	Municipal
P03	Ensino Fundamental II	Municipal
P04	Ensino Fundamental I	Municipal
P05	Ensino Fundamental II	Municipal
P06	Ensino Médio	Privada
P07	Ensino Médio	Privada
P08	Ensino Médio	Privada
P09	Ensino Médio	Estadual
P10	Ensino Médio	Municipal
P11	Ensino Fundamental II	Municipal
P12	Ensino Médio	Estadual
P13	Ensino Fundamental I	Municipal
P14	Ensino Médio	Estadual
P15	EJA	Estadual
P16	Ensino Médio	Privada
P17	Ensino Fundamental I	Municipal
P18	Ensino Médio	Estadual
P19	Ensino Fundamental II	Municipal
P20	Ensino Fundamental I	Municipal
P21	Ensino Fundamental I	Municipal
P22	Ensino Fundamental II	Municipal
P23	Ensino Fundamental II	Municipal
P24	Ensino Fundamental II	Municipal
P25	Ensino Fundamental I	Privada
P26	Ensino Fundamental I	Privada
P27	Ensino Médio	Estadual
P28	Ensino Fundamental II	Municipal
P29	Ensino Fundamental II	Municipal
P30	EJA	Privada
P31	Ensino Médio	Estadual
P32	Ensino Infantil	Municipal
P33	Ensino Fundamental II	Municipal
P34	Ensino Fundamental II	Municipal
P35	Ensino Médio	Estadual

Fonte: Elaborado pelo autor.

O quarto conjunto de perguntas e respostas da pesquisa nos revela dados mais objetivos e de fácil compreensão. Os participantes não respondiam os questionamentos de modo pessoal, pois apenas indicavam qual alternativa melhor relacionaria as opções às perguntas. Esse bloco se fundou em dois questionamentos, o primeiro “Em qual modalidade de ensino você trabalha como tradutor e intérprete?” oferecia como opção de resposta quatro modalidades de ensino (Ensino Infantil, Ensino Fundamental I, Ensino Fundamental II, Ensino Médio e EJA), por outro lado a segunda pergunta “Qual a esfera da sua instituição de trabalho?”, disponibilizava três alternativas de múltipla escola de esferas de ensino como municipal, estadual e privada.

Com relação a primeira indagação, tivemos os dados analisados que possibilitou a elaboração do Gráfico 11, apresentado abaixo:

Gráfico 11 – Percentual de participantes por modalidade de ensino.



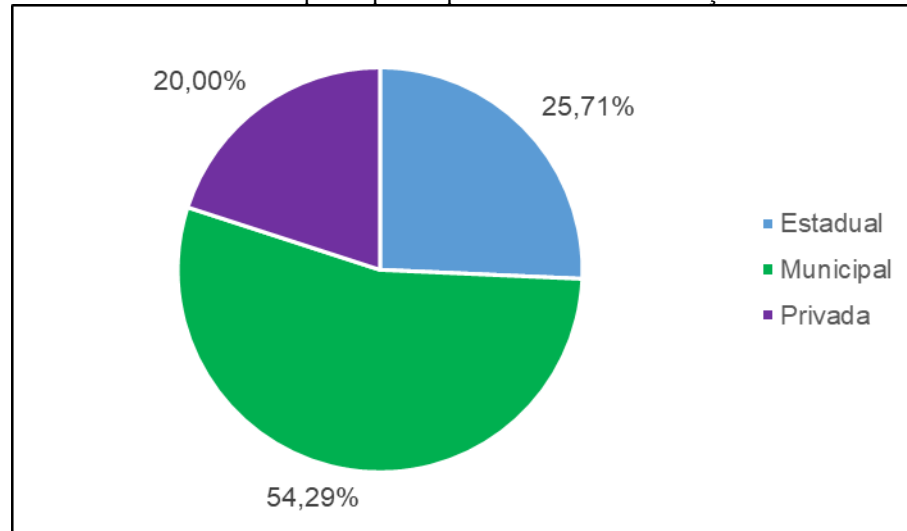
Fonte: Elaborado pelo autor.

A modalidade de ensino que mais se destacou na seara de atuação dos TILS participantes da pesquisa foi o Ensino Médio, chegando a compor um total de 37,14% (n=13) dos participantes. O segundo que mais apresentou destaque foi o exercício profissional do TILS no Ensino Fundamental II, obtendo um alcance de 31,43% (n=11) das respostas registradas. Por terceiro ficou a atuação no Ensino Fundamental I com 22,86% (n=8). Os demais tiveram pouquíssimas representações no gráfico, onde a modalidade EJA apresentou 5,71% (n=2) seguido do Ensino Infantil com apenas 2,86% (n=1) de frequência nas respostas registradas.

A segunda coluna de pergunta também propiciou a elaboração de um segundo gráfico para facilitar na visualização dos resultados. Ressaltasse a princípio que as respostas municipal e estadual são consideradas neste trabalho dentro do contexto das instituições públicas de ensino, assim como a esfera federal e/ou de ensino superior não foram empregadas como

possíveis respostas por não estarem no âmbito de investigação desta pesquisa. O gráfico referente pode ser visto abaixo:

Gráfico 12 – Percentual de participantes por esfera da sua instituição de trabalho.



Fonte: Elaborado pelo autor.

As respostas indicam o predomínio de TILS atuando no setor público da educação, ficando a amostra na ordem de 80% (n=28) do conjunto total de participantes. Dos que atuam na educação pública, 25,71% (n=9) estão vinculados às redes estaduais, e 54,29% (n=19) estão vinculados às redes municipais de ensino. Atuando num outro nicho de trabalho, 20% dos participantes (n=7) responderam que exerciam a função de TILS em escolas privadas de ensino.

As respostas indicam um número de TILS atuando em redes públicas municipais. No entanto, por ser uma pesquisa com poucos participantes, seria incorreto supervalorizar os dados coletados por meio do questionário.

Quando observamos a distribuição dos 35 participantes dentro das subdivisões do Ensino Fundamental, constatamos que há uma concentração de profissionais no Ensino Fundamental I e II (juntos, estes segmentos somam 19 TILS). Nosso questionário registrou um baixo número de TILS atuando na Educação Infantil (n=1) e na EJA (n=2). Considerando o fato de que estes dois nichos de trabalho demandam profissionais com uma formação diferenciada, cogitamos a possibilidade de que existem poucos profissionais aptos para alfabetizar crianças surdas ou aptos para atender os jovens e adultos da EJA.

4.1.5 Percepções sobre valorização profissional

Nesta seção do capítulo apresentamos e analisamos um conjunto de informações a respeito da valorização dos TILS, dos problemas que enfrentam no exercício da profissão e das relações que estabelecem com os professores envolvidos no atendimento escolar dos estudantes

surdos. Parte das informações está apresentada no Quadro abaixo que reuni as respostas de duas perguntas: a primeira diz a respeito à valorização dos intérpretes no contexto atual da política educacional de surdos; e a segunda é sobre os “principais problemas” que os TILS enfrentam no exercício da tradução.

Quadro 6 – Bloco de respostas sobre a valorização profissional e os principais problemas enfrentados.

Participante	Você observa sinais de valorização do intérprete na atual conjuntura política educacional?	Quais os principais problemas que você enfrenta no ensino da interpretação de Libras?
P01	“Não. Ainda há vários quesitos negativos no trabalho a serem atendidos. Libras como disciplina por exemplo.”	“Falta de empatia e adequação das aulas por parte de alguns professores.”
P02	“Ainda precisa ser valorizado, pois se tem o profissional como dever de trabalho voluntário.”	“Falta de conhecimento com relação a nossa atuação, saber que precisa de revezamento.”
P03	“Não, ainda precisam articular mais ações para valorização do profissional.”	“Carga horária de trabalho, desenvolvimento das funções escolares.”
P04	“Em algumas cidades sim no caso da cidade de Ladário especificamente. Quando vejo a realização de concurso e planos de carreira para os intérpretes. Isso não é a realidade de todas as cidades brasileiras deixando a desejar. deixando o surdo calado quando a conjuntura política não acontece.”	“O surdo que ainda não foi alfabetizado em Libras (L1) sua língua materna. As escolas esquecem que o surdo precisa da Libras o português (L2) é a sua segunda língua (modalidade escrita).”
P05	“Como sou nova na profissão vejo que quando nos chamam para interpretar fora do espaço escolar, não querem nos pagar, querem de graça. Como se fosse um trabalho de caridade. Não vejam a nossa profissão como algo sério que ninguém aprende Libras da noite para dia, pois estudamos a todo momento.”	“Quando falam com muita rapidez, quando não me passam o conteúdo antes para eu estudar.”
P06	“Sim. As medidas tem nos proporcionada visibilidade e com isso mais empregos.”	“Às vezes as instituições não querem pagar corretamente.”
P07	“Sim.”	“A falta de conhecimento dos surdos na sua própria língua.”
P08	“Com certeza não.”	“A falta de revezamento em sala. A falta de conhecimento por parte da instituição que ainda não conhece nosso trabalho.”
P09	“Já tivemos avanços. Mas, ainda tem muitos aspectos a serem ajustados principalmente no ensino superior.”	“Conhecimento do ser surdo e da sua língua.”
P10	“Sim.”	“Falta de capacitação em Libras no meu Município.”
P11	“Até o momento não, talvez agora como nova disciplina.”	“O descaso com o Intérprete em sala de aula, os professores por não terem conhecimento dificulta o trabalho do intérprete achando e sempre dizendo que não fazemos nada, então acho que todos deveriam capacitar-se na área.”
P12	“Valorização creio que ainda não, o que se tem é uma visibilidade maior da profissão. Fato que não se tinha antes, há muito progresso ainda para acontecer, para que de fato se tenha a valorização do TIL.”	“Creio que seja a sobrecarga de horas trabalhada, pois não tenho H/A Então ficamos cerca de 4 horas direto em sala de aula sem interrupção. Outra dificuldade também é com a qualificação, por ser do interior não temos muitas ofertas de cursos

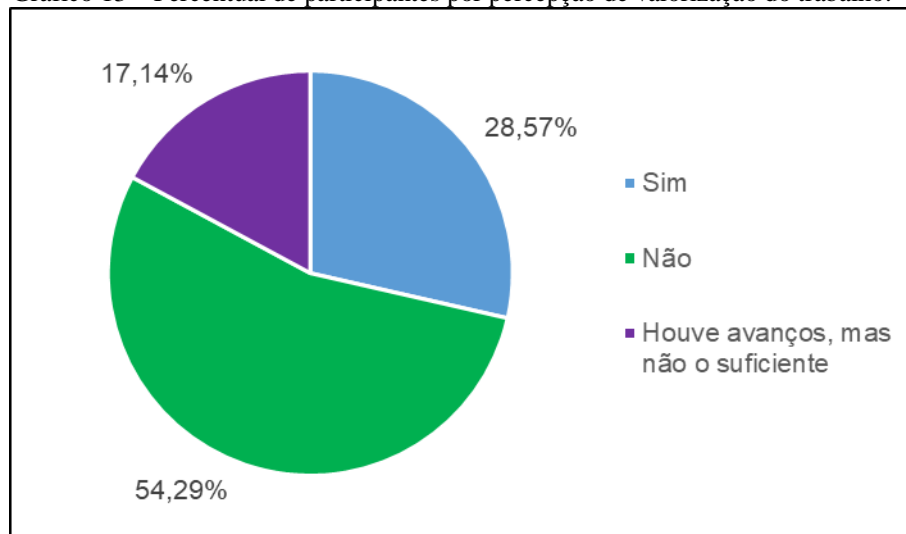
		para nos qualificar. O que acaba nos fazendo recorrer a cursos online.”
P13	“Não.”	“Falta cursos para a comunidade.”
P14	“Sim, hoje vejo grande avanço aos profissionais intérpretes e Tradutores de Libras, mas ainda estamos lutando por cargo específico nos concursos públicos.”	“Falta de conhecimento sobre atuação do profissional Tradutor e Intérprete de libras.”
P15	“Não a que se adeque as reais necessidades da função, apesar de algumas conquistas por parte da comunidade surda, a valorização da categoria ainda precisa ser reconhecida principalmente pela criação do cargo de interprete na esfera pública.”	“Pouco em recursos humanos, o revezamento com maior número de interprete é escasso, dependendo da temática que se interprete há carência de vocabulário isso faz com que recorramos com maior frequência a datilologia, não acesso, com antecedência, ao material que será apresentado em palestras, aulas e outros espaços.”
P16	“Não.”	“Falta de valorização com nosso trabalho. Trabalho sozinha como Intérprete e é cansativo e desgastante.”
P17	“Sim, tanto a nível de Estado quanto Município. Desde quando a primeira dama, Michele Bolsonaro, trouxe a proposta de colocar o intérprete ao lado dela em todos os seus discursos e também nos discursos do Presidente Jair Bolsonaro, influenciou positivamente o nosso trabalho de tradutor e Intérprete de Libras. Deu visibilidade e houveram contratações temporárias nas escolas das redes estaduais e municipais daqui de Belém. Inclusive na atual gestão do prefeito de Belém, Edmilson Rodrigues, foi a primeira vez que teve um processo seletivo para o cargo de Intérprete de Libras contendo 8 vagas. Para nós já é uma grande alegria e um grande avanço.”	“Duas coisas: a falta de união da nossa categoria; e no contexto da interpretação acredito que a principal dificuldade seja por não ter muitos sinais-termos para fazer interpretação, isso dificulta muito o nosso trabalho.”
P18	“Não. A pesar de a Língua está tendo uma grande visibilidade no governo atual, na área educacional ainda percebemos a falta de valorização do intérprete, pois falta melhores condições de trabalho, na maioria das vezes somos submetidos a trabalhar muitas horas sem revezamento, e a falta de remuneração equivalente a formação.”	“Falta de revezamento, falta de respeito enquanto ao nosso espaço de atuação, remuneração baixa.”
P19	“Infelizmente ainda não. O intérprete ainda não é visto nas redes de ensino como um profissional necessário para o aprendizado do aluno surdo.”	“Além da desvalorização, a falta de interesse dos governantes e dos próprios professores de outras áreas de conhecimento em valorizar o aprendizado do aluno surdo. Às vezes o aluno é esquecido dentro da sala e acaba não aprendendo e consequentemente evadindo.”
P20	“Ainda não.”	“Falta de valorização.”
P21	“Vejo pouca valorização e formação disponibilizada para os profissionais da educação, pois acredito ser necessário uma maior divulgação desta língua. Acredito ser necessário mais valorização e divulgação para acontecer a inclusão.”	“Como já respondi, não trabalho como interprete. Trabalho na SRM no AEE e já atendi alunos surdos.”
P22	“Não. A falta de conhecimento da importância desse profissional o que acaba ocorrendo o desrespeito ao salário.”	“O desrespeito na valorização do salário.”
P23	“Não.”	“Falta de apoio.”

P24	“Sim. Na esfera federal fomos valorizados desde o reconhecimento da Libras. No entanto em outras esferas governamentais não ocorre esta valorização. O que ocorre ainda é a contratação sem termos específicos a função do T.I.L em contexto educacional.”	“Há falta de vocabulário linguístico dos surdos oriundos de família ouvinte. A resistência das famílias em aceitar que ser surdo não os torna incapacitados de inteligência.”
P25	“Acredito que já está melhorando.”	“Bom, o professor precisa passar o conteúdo antes para o intérprete passar com tranquilidade para o aluno, mas muitas das vezes, isso não acontece.”
P26	“Não, falta piso salarial para a categoria.”	“Falta de reconhecimento do profissional e valorização.”
P27	“Não! Ainda faltam muitos olhares e valorização do profissional de Libras.”	“Alguns sinais diferentes de um estado para o outro.”
P28	“Sim, porém ainda não é o ideal principal no contexto educacional.”	“Horas trabalhadas, pouca valorização sobre a minha profissão e quando assunto é pagamento há muitos questionamentos.”
P29	“Sim, mas de maneira gradativa, a luta é conquistada lentamente.”	“Valorização do intérprete, falta de compreensão a respeito do lugar de atuação do mesmo.”
P30	“Não! Querem tudo de graça.”	“Pagamento.”
P31	“Sim, visibilidade mais ainda com nossa querida primeira dama.”	“Falta de empatia e compreensão com o profissional de Libras.”
P32	“Sim, estamos sendo direcionados para atender os alunos e estar presente em setores públicos de atendimento e eventos como nunca visto antes.”	“Geralmente são convocados apenas 2 Interpretes para eventos de longa duração. Ao trabalhar como interprete em escola, verifico os surdos de escola regular não sabe LIBRAS.”
P33	“Infelizmente não, porque financeiramente falando é um profissional que está recebendo como se tivesse ensino médio! Atuamos com diversas deficiências junto com o surdo! Não somos apenas intérpretes.”	“Se não temos formações na área continuamente ficamos desatualizados com os sinais que sabemos e muitos dos alunos não tem essa bagagem de sinal!”
P34	“Sim.”	“Desvalorização do tempo e serviço do intérprete. Excesso de tempo de trabalho e condições desfavoráveis.”
P35	“Não. No Estado do Pará onde Trabalho a secretária de educação não tem o cargo de Tradutor e intérprete de Libras. Somos contratados como assistente administrativo e o salário é condizente ao cargo de assistente administrativo.”	“Sinais em Libras para as disciplinas específicas como química, filosofia, sociologia e orientações para interpretação nas disciplinas de língua estrangeira como, Inglês e espanhol.”

Fonte: Elaborado pelo autor.

O primeiro movimento para a análise das respostas sobre a valorização dos TILS foi identificar se elas se enquadram nas seguintes categorias: “sim”, “não” e “houve avanço, mas, ainda não o suficiente”. O resultado do gráfico em ordem crescente nos demonstra a seguinte configuração: a respostas que obteve o menor percentual, de 17,14% (n=6), responderam que houve avanço, mas, ainda não o suficiente; 28,57% (n=10) das respostas confirmaram que existe sim a valorização profissional; porém, a grande maioria, com 54,29% (n=19), respondeu que não há valorização dos TILS.

Gráfico 13 – Percentual de participantes por percepção de valorização do trabalho.



Fonte: Autoria própria.

Sobre as pessoas que tiveram respostas dentro do eixo “houve avanço, mas não o suficiente”, destacamos a resposta do participante P12 que afirmou: “a valorização creio que ainda não, o que se tem é uma visibilidade maior da profissão”. O P21 informou ter percebido “pouca valorização e formação para os TILS, sendo ainda necessário uma maior divulgação da língua de sinais”. As demais respostas se assemelharam no mesmo sentido, de que estamos falando de uma profissão em ascensão e valorização, onde alguns profissionais, apesar de notarem avanços, ainda não vislumbram uma realidade uniforme ou que atinja a todos os profissionais desta área.

Das 10 pessoas que responderam que “sim, há valorização”, três participantes (P07, P10 e P34) responderam somente que “sim”, sem que houvesse qualquer acréscimo argumentativo. Já o P06 comenta que as medidas tomadas proporcionam visibilidade e emprego, e o P14 relata que identifica avanço no campo profissional dos TILS, porém, ainda se verifica uma luta por concurso público específico. Na mesma linha de raciocínio o P17 afirmou que a valorização é notável, “tanto a nível de Estado quanto Município”. Este profissional acrescentou:

[...] desde quando a primeira-dama, Michele Bolsonaro, trouxe a proposta de colocar o intérprete ao lado dela em todos os seus discursos e do Presidente Jair Bolsonaro, influenciou positivamente o nosso trabalho de tradutor e Intérprete de Libras. Deu visibilidade e houve contratações temporárias nas escolas das redes estaduais e municipais daqui de Belém. Inclusive na atual gestão do prefeito de Belém, Edmilson Rodrigues, foi a primeira vez que teve um processo seletivo para o cargo de Intérprete de Libras contendo 8 vagas. Para nós já é uma grande alegria e um grande avanço (P17, 2022).

Citamos resposta do participante P17, por entendermos que demonstrou diversos argumentos, destacando a visibilidade profissional atrelada a fatos políticos como a proposta da primeira-dama, Michele Bolsonaro, de colocar intérpretes nos seus discursos e do ex-

presidente Bolsonaro. De acordo com a sua fala, isso influenciou favoravelmente na categoria dos TILS à nível nacional, sem esquecer que aumentou a visibilidade perante a população. No segundo fato, já envolvendo o âmbito do município de Belém (PA), destacou o primeiro processo seletivo para o cargo de intérprete de Libras, esclarece-se que na respectiva cidade não há registros de contratação de TILS antes disso, demonstrando assim, o descaso com a Lei nº 12.319/10 que regulamentou a profissão e dispôs sobre a necessidade desse profissional nos âmbitos educacionais.

Cumprir esclarecer que o teor político abordado nessa parte do trabalho foi suscitado pelas respostas dos participantes, analisados apenas como dados e expostos como os demais dados presentes nas respostas. De forma nenhuma se busca levantar qualquer bandeira político-partidária às pessoas públicas citadas. Apesar disso, esses dados demonstram que determinadas ações políticas podem gerar visibilidade e valorização, como no caso da atuação do intérprete nos pronunciamentos públicos do chefe de Estado. Outro tipo de ação política com impacto positiva para a valorização dos TILS consiste na oferta de vagas para contratação de profissionais da área – fato destacado na fala do P17.

Fazendo um paralelo com cidades que incluíram os TILS dentro do quadro de funcionários efetivos, um participante da pesquisa afirma que:

[...] em algumas cidades sim (houve avanço na valorização), no caso da cidade de Ladário, especificamente, quando vejo a realização de concurso e planos de carreira para os intérpretes. Isso não é a realidade de todas as cidades brasileiras, deixando a desejar e deixando o surdo calado quando a conjuntura política não acontece (P04, 2022).

As respostas coletadas provocam a reflexão a respeito de como os TILS interpretam o processo de valorização do seu trabalho do intérprete, dentro do quadro mais amplo da Política Nacional de Educação de Surdos. Constatamos que não existe um consenso nas respostas. Alguns consideram que ocorreram mudanças positivas, outros, compartilham de uma percepção positiva e ressaltam diferenças regionais no processo; enquanto 54,29% (n=19) responderam que não há valorização dos TILS.

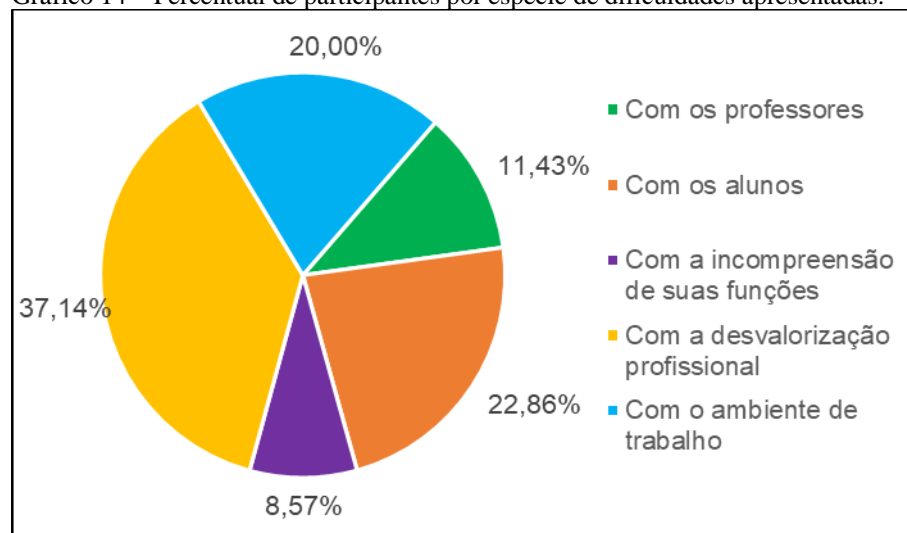
Dentre os que responderam de forma negativas, 4 participantes (P13, P16, P20 e P23) não informações textuais complementares. Isto é compreensível, porque a inserção de informações adicionais à resposta era opcional. Outros 15 participantes inseriram informações que nos permitem compreender os problemas identificados por estes profissionais. Neste sentido, o P03 argumenta que precisa de mais articulações e ações para que aconteça a valorização, o P18, por sua vez, relatou que a Libras pode apresentar maior visibilidade, mas, na área educacional ainda se percebe a falta de valorização, pois faltam melhores condições de

trabalho e, na maioria das vezes, o profissional fica submetido a trabalhar muitas horas sem revezamento, sem falar na falta de remuneração equivalente à formação. O P35 descreveu que “no Estado do Pará, a Secretaria Estadual de Educação só oferece o cargo de Tradutor e Intérprete de Libras, como assistente administrativo. Esta realidade demonstra o nível de desvalorização profissional presente na rede estadual de ensino paraense, uma vez que a designação usada desloca o TIL da área da educação para o setor administrativo. Ainda que o governo do Pará argumente que a designação prevista no Edital do concurso precisa ser mantida no ato da contratação, o fato provoca um desconforto no TIL que assume o cargo com a expectativa de ser reconhecido como um educador.

No nosso entendimento, situações de ordem política e procedimentos burocráticos que impactam de forma negativa no trabalho dos TILS demandam maior atenção do poder público e da sociedade. Esta também é a posição de Cavalcante Junior, Reuter e Queiroz (2022) quando eles afirmam que “é urgente que políticas públicas garantam sua contratação e valorização tanto no meio educacional, como fora dos muros da escola, especialmente em serviços com articulação direta com a educação”.

Além da sensação de desvalorização, externada por 54,29% (n=19) participantes da pesquisa, o questionário aplicado também identificou problemas cotidianos enfrentados pelos TILS (Gráfico 14). Conseguimos abstrair cinco principais queixas em relação ao ambiente de trabalho dos TILS.

Gráfico 14 – Percentual de participantes por espécie de dificuldades apresentadas.



Fonte: Elaborado pelo autor.

Em relação às dificuldades “com a incompreensão de suas funções”, os participantes P02, P04 e P14 relatam que elas são consequência da falta de revezamento no momento da interpretação e da não compreensão das suas funções pelos demais profissionais da escola. Um

percentual de 11,43% (n=4) respondeu que encontra dificuldades na “relação com os professores”. Sobre este ponto, os participantes P01, P05, P11 e P25 questionam a falta de empatia, o hábito de não antecipar os conteúdos para o Intérprete, a fala acelerada dos professores e a não compreensão da necessidade de um tempo de descanso.

O terceiro problema apresentado atingiu a porcentagem de 20% (n=07) das respostas. Segundo os participantes, o “ambiente de trabalho” é uma das principais dificuldades, conforme as respostas do P03, P04, P10, P12, P15, P23 e P35. A leitura das respostas nos permite inferir que os TILS consideram fatores como a sobrecarga de trabalho, o cansaço e a falta de oportunidades para formação continuada como parte do “ambiente de trabalho”. O relato do P12 é ilustrativo deste quadro problemático:

Creio que seja a sobrecarga de horas trabalhadas, pois não tenho H/A então ficamos cerca de 4 horas direto em sala de aula sem interrupção. Outra dificuldade também é com a qualificação, por ser do interior não temos muitas ofertas de cursos para nos qualificar. O que acaba nos fazendo recorrer a cursos online” (P12).

Acreditamos que a sobrecarga de trabalho dos TILS é prejudicial, tanto para a saúde destes profissionais, quanto para a qualidade do trabalho realizado. E, por consequência, ela também é prejudicial para os estudantes surdos e ouvintes. O problema é grave, sobretudo porque desconsidera as particularidades da ação comunicativa executada pelos Intérpretes de Libras e desconsidera também o fato de que os TILS, durante a atuação na sala de aula, necessitam traduzir conteúdos procedentes de diferentes áreas acadêmicas, e, geralmente, atuam em diferentes etapas do sistema de ensino. A falta de oportunidades para a formação continuada do TIL também se configura como um problema que demanda soluções dos gestores educacionais.

No que diz respeito as dificuldades encontradas com os alunos, 08 participantes (22,86%) registraram no questionário informações sobre elas. Uma das principais reclamações é a respeito da falta de conhecimento dos surdos em relação a sua própria língua. Com frequência, muitos alunos não conseguem se comunicar usando a língua de sinais, dificultando a aquisição linguística. Existe também casos de resistência dos familiares em aceitar o uso da Libras. Outros participantes informaram que os alunos apresentam dificuldades para o uso da Língua Brasileira de Sinais em outros contextos.

A dificuldade identificada como “desvalorização profissional” recebeu a maior porcentagem de respostas: 37,14% (n=13). Segundo os participantes P06, P13, P16, P18, P19, P20, P21, P22, P28, P29, P30, P31 e P34, a desvalorização profissional é o problema mais grave enfrentado pelos TILS. Ela se manifesta em situações como o não pagamento justo, a falta de

revezamento durante as traduções. Os dois problemas apresentados estão tipificados na tabela FEBRAPILS - Federação Brasileira das Associações dos Profissionais. Infelizmente, a preocupação da FEBRAPILS com a sobrecarga de trabalho dos TILS parece não estar presente na agenda dos gestores educacionais e dos legisladores.

4.1.6 Pontos positivos e negativos no ambiente educacional: perspectivas do profissional intérprete de Libras

No intuito de compreender como se desenvolvem as relações entre Tradutor Intérprete de Libras e os demais profissionais da educação, inserimos no questionário a pergunta: “Como você percebe as relações entre o tradutor intérprete de Libras e os demais profissionais da educação?”. Junto à pergunta, solicitamos que os participantes descrevessem os aspectos positivos e negativos destas relações. No Quadro 7 apresentamos o conjunto total das respostas.

Quadro 7 – Bloco de respostas sobre percepções relacionais no ambiente de trabalho (aspectos positivos e negativos).

Participante	Como você percebe as relações entre o tradutor de libras e os demais profissionais da educação? Se possível aponte aspectos positivos e negativos nestas relações.
P01	“Muito relativo, alguns professores são adeptos a mudanças na sua forma de ensinar, a partir do momento que possui alunos surdos em sua turma, outros não dão a mínima atenção.”
P02	“Depende muito da pessoa, quando é um profissional que entende nosso trabalho é bem mais fácil de execução na nossa prática, somos confundidos em ter a responsabilidade em preparar as aulas para os alunos Surdos.”
P03	“As relações ainda são estremecidas, uma vez que a atuação do intérprete em sala de aula é pouco compreendida.”
P04	“Hoje temos uma relação mutua desde que seja conquistada com comunicação, respeito, ética e confiança aos profissionais cada qual com a sua relevância na educação de surdo. O intérprete é o elo de conhecimento e informação ao surdo. O professor é o dono da sala e planeja o que será ensinado aos seus alunos. Positivo: Trabalho em equipe e respeito; Negativo: Alguns profissionais pensarem que o intérprete tem menos trabalho que eles ou que não fazem nada.”
P05	“A relação fora da sala de aula é muito boa dentro da sala de Aula eles veem os alunos surdos como nossos alunos e por isso não preparam uma aula significativa para esse público e aí temos que nos virar para poder passar o conteúdo da forma mais clara e objetiva para o aprendizado do aluno surdo.”
P06	“Melhorou, mas ainda é deficiente. O Intérprete tem sido um pouco mais respeitado em seu trabalho, porém ainda existe a ideia errada de que o aluno surdo é responsabilidade do Intérprete.”
P07	“Positivo: os professores se sentirem mais confortáveis para o ensino, negativo: a falta de conhecimento da função do Intérprete por parte dos outros profissionais da educação.”
P08	“Alguns não tem conhecimento sobre qual é o nosso papel, isso dificulta a relação em sala de aula.”
P09	“Positivo: respeitoso e amigável. Negativo: desconhecimento do nosso papel.”
P10	“Os intérpretes precisam ser vistos como multiplicadores no ambiente escolar.”
P11	“Vejo com parceria, todos os professores, deveriam se capacitar nessa área, assim facilitando o relacionamento do todo.”

P12	“Creio que hoje temos uma relação mais igualitária, é claro que não são com todos, mas os profissionais da educação hoje conseguem enxergar a importância do TIL em sala de aula, mas adaptações das atividades. Ainda se tem muitas barreiras e receios, mas vejo que isso está sendo erradicado com a visibilidade que o Til está tendo, pois estamos ali para somar com eles e formar uma equipe que visa a aprendizagem do estudante e isso só é possível se estivermos unidos em só propósito.”
P13	“Conturbado pois os profissionais acabam deixando o aluno na responsabilidade do intérprete por não saber a língua.”
P14	“Ponto positivo vejo que na Educação o Intérprete já é reconhecido como profissional essencial na inclusão e ponto negativo falta de conhecimento sobre atuação do profissional Intérprete de libras.”
P15	“Pontos positivos: trabalho em conjunto para o avanço escolar ou acadêmico dos alunos surdos, parceria na hora da preparação do plano de aula, disponibilidade para sanar quaisquer impasses que advém do trabalho com os alunos com surdez, professores com mente aberta para receberem sugestões e aprenderem sinais. Negativos: não planejamento das aulas e adaptação da mesma e do material apresentado nas aulas, não parceria e achar que o interprete é o responsável pelos alunos surdos, professor ser resistente a Libras não ter interesse em aprender ou entender a forma que o aluno surdo adquire conhecimento.”
P16	“Onde eu trabalho é uma relação passiva.”
P17	“Depende muito da Gestão Escolar. Quando há compreensão do trabalho do tradutor e Intérprete de Libras, o trabalho flui bem, podendo ter parceria entre o Intérprete e os demais profissionais da escola. Em sala de aula o intérprete precisa estar alinhado com o professor para com que a aula possa se tornar mais acessível ao surdo, pois não basta ter só a presença do TILS, precisa também ter recursos visuais para atender melhor o surdo em sala de aula. Os aspectos positivos é que com a presença do intérprete na escola, a comunidade escolar começa entender que existe um universo diferente dos deles (ouvintes) e que o aluno surdo usa uma língua diferente e que aquele profissional está ali para intermediar o acesso comunicacional entre surdos e ouvintes. Os aspectos negativos são principalmente quando o professor faz pouco caso e não dá atenção para o aluno surdo, acha que esse aluno é responsabilidade somente do intérprete, outra coisa também é quando o professor não tem nenhuma preocupação em adaptar sua aula por puro comodismo.”
P18	“No geral é uma boa relação, porém alguns professores não respeitam as características do nosso trabalho, principalmente na pós graduação não é respeitado um intervalo para termos um descanso, mesmo com revezamento. Em todos os níveis de educação muitos não nos repassam com antecedência o material que vão trabalhar nas aulas, para nos apropriarmos dos termos específicos.”
P19	“É necessária essa relação entre tradutor de libras e os demais profissionais na escola, pois o trabalho educativo organiza-se a partir da ação de diferentes profissionais e, mais recentemente, o intérprete de Libras tem feito parte dessa organização, participando dos processos de ensino e de aprendizagem de alunos surdos e, conseqüentemente, desse trabalho de constituição do sujeito surdo como parte...”
P20	“Há uma certa barreira e desvalorização.”
P21	“Não posso reporta-me sobre o tema, pois não atuo como tal.”
P22	“Depende muito do caráter e conhecimento do outro para essa aceitação, existem pessoas que aceitam e respeitam e com isso há uma parceria no trabalho o que facilita o desempenho do aluno surdo.”
P23	“Aspectos positivos, alguns colegas se interessam e se preocupa c os alunos surdos, permitindo-se entender para lidar com o desconhecido. Aspectos negativos, o desinteresse, o descaso etc.”
P24	“Nos aspectos negativos considero a desconfiança dos professores regentes em acreditar que estamos vigiando seu trabalho; quando os demais profissionais acham que o aluno surdo é de responsabilidade do T.I.L e não da escola; quando os trata por coitadinhos fazendo ainda dá educação escolar um sistema assistencialista. Positivamente quando temos suporte de alguns professores em aceitar trabalhar projetos que incluam a turma toda para aquisição de uma segunda língua aos ouvintes; quando motivam os surdos a participarem ativamente nas aulas e tem uma comunicação direta com esse aluno apoiando se no T.I.L e outro ponto principal é

	fazer parte do quadro efetivo dos profissionais de educação de qualquer esfera institucional, com seus direitos e deveres correlatos a função no Plano de Cargos e Carreiras.”
P25	“No meu caso, sempre teve uma boa relação.”
P26	“Os profissionais da educação pensam que o intérprete é o professor, o intérprete e o mediador da comunicação entre professor e aluno.”
P27	“Seria interessante se todos profissionais da educação tivessem pelo menos um curso básico de Libras! E pudessem sentir como é difícil para um surdo se comunicar com um ouvinte.”
P28	“Em toda profissão encontramos adversidades, porém tudo está sempre dentro do respeitável.”
P29	“Pontos positivos: a inclusão do intérprete em ambiente escolar e efetivação do mesmo em palestras e programas comunicacionais. Ponto negativo: o desconhecimento de alguns profissionais em relação a minha profissão.”
P30	“Difícil.”
P31	“Boa as relações, porém, tem muitas barreiras de comunicação.”
P32	“Excelente. Me sinto respeitada e valorizada.”
P33	“Uma boa relação quando nos colocamos para o apoio do professor! Valorização profissional e respeito! Seriam os pontos negativos! Aprendizagem e conhecimento que adquirimos em sala de aula, ponto positivo!”
P34	“Muitas vezes o intérprete acaba tendo que assumir a função do professor em sala de aula. Acaba sobrando muita responsabilidade.”
P35	“Percebo que a Libras é de conhecimento de todos da educação nós dias de hoje. Porém, ainda há muitos profissionais da área que só enxergam o tradutor de Libras como um profissional que faz um trabalho bonito. Mas no momento do trabalho em conjunto a comunidade escolar em especial Professores não colaboram para disponibilizar conteúdo com antecedência ao tradutor intérprete de Libras.”

Fonte: Elaborado pelo autor.

As respostas reunidas no Quadro 7 oscilam entre relações de “cooperação”, “respeito”, “parceria” e atuação conjunta em favor dos alunos surdos e relações marcadas por “desconfiança”, “desrespeito”, “barreiras na comunicação” e divergências quanto ao papel dos TILS.

Através do complemento do enunciado da questão, intencionalmente, buscamos captar as ambiguidades das relações entre o TILS e os demais profissionais da Educação. Esta ambiguidade, organizada a partir da oposição entre aspectos “positivos” e “negativos”, pode ser identificada em várias respostas, dentre as quais destacamos duas, são elas: “Aspectos positivos: alguns colegas se interessam e se preocupa com os alunos surdos, permitindo-se entender para lidar com o desconhecido. Aspectos negativos: o desinteresse, o descaso etc.” (P23). “No geral é uma boa relação, porém alguns professores não respeitam as características do nosso trabalho, [...]” (P18). “Pontos positivos: a inclusão do intérprete em ambiente escolar e efetivação do mesmo em palestras e programas comunicacionais. Ponto negativo: o desconhecimento de alguns profissionais em relação a minha profissão” (P29).

A articulação entre aspectos “positivos” e “negativos” também está presente em respostas que apresentam uma estrutura textual mais elaborada. Como é o caso da resposta destacada abaixo:

Os aspectos positivos é que com a presença do intérprete na escola, a comunidade escolar começa entender que existe um universo diferente dos deles (ouvintes) e que o aluno surdo usa uma língua diferente e que aquele profissional está ali para intermediar o acesso comunicacional entre surdos e ouvintes. Os aspectos negativos são principalmente quando o professor faz pouco caso e não dá atenção para o aluno surdo, acha que esse aluno é responsabilidade somente do intérprete, outra coisa também é quando o professor não tem nenhuma preocupação em adaptar sua aula por puro comodismo (P17).

As palavras do P17 evidenciam que o posicionamento dos professores em relação ao atendimento do aluno surdo pode impactar de forma positiva ou negativa. Uma opinião semelhante pode ser observada nas respostas dos participantes P01, P02, P15, P20 e P22. Nas linhas destas respostas, que procedem de diferentes localidades do Brasil, e de diferentes redes de ensino, identificamos uma crítica aos docentes que consideram a educação escolar dos surdos como responsabilidade exclusiva do TILS e uma crítica aos docentes que não disponibilizam plano de aula com antecedência ou não realizam adaptações na atividade. No nosso entendimento, estes assuntos não são de pouca importância; pelo contrário: eles são pontos cruciais para um avanço na discussão sobre a efetividade e a qualidade na Educação dos Surdos.

O sucesso da Educação dos Surdos são vários, não depende só da boa interação entre os TILS e os demais profissionais envolvidos no atendimento escolar, fatores que precisam ser coordenados, porém a atuação dos TILS certamente tem uma grande importância. Segundo Freschi e Freschi (2013, p. 03):

Todas as relações dentro da escola são refletidas diretamente no rendimento do profissional. Ter boas relações com o grupo de trabalho, com a direção, funcionários e com os alunos é fundamental para que o trabalho seja completo e para que o ato de ensinar seja prazeroso.

Não existem receitas prontas para construir boas relações profissionais. Contudo, tendo em vista a complexidade e as particularidades da Educação de Surdos, as boas relações entre os TILS e os demais professores precisam ser construídas e a construção demanda empenho de todas as partes envolvidas. Neste sentido, consideramos importante enfatizar o papel da equipe diretiva da escola na proposição e execução de ações educativas que favoreçam o diálogo, a troca de experiência e a cooperação entre os TILS e os demais docentes. Cabe ainda, a direção da escola, incentivar a prática de adaptações curriculares e apresentar aos responsáveis pelo financiamento escolar, demandas para aquisição de materiais didáticos voltados para a Educação dos Surdos.

4.1.7 O intérprete de Libras e o elo familiar do educando: uma relação complexa

Adentraremos em um assunto muito importante do questionário, que é elo entre a família e a escola. Essa ligação é fundamental para os surdos, os familiares e os profissionais tradutores intérprete de Libras. Na busca por uma educação de qualidade e por entender que a família e os profissionais da educação devam ter uma boa parceria, a relação entre esses entes deve primar pelo objetivo de facilitar a interação entre ambos, fortalecendo a aprendizagem do educando.

Semelhantemente, as autoras Silva e Calado (2022, p. 06), afirmam que:

A família é uma instância importante no processo de socialização, bem como no desenvolvimento da subjetividade autônoma, ensinando informalmente o que as crianças devem fazer, dizer ou pensar. A educação dada pela família fornece solo a partir do qual o indivíduo pode agir até para, em última instância, rebelar-se contra os valores recebidos: contra esses valores, mas sempre a partir deles.

Seguindo essa lógica, sobre a importância da interação com os profissionais que realizam o uso da Libras, Quadros (2019, p. 180), esclarece que os entes envolvidos “[...] precisam ter consciência da importância da interação eficaz para favorecer o desenvolvimento escolar dos alunos surdos”.

Existe um certo consenso entre os profissionais da Educação sobre a importância da parceria entre a escola e as famílias. No entanto, quando esta parceria envolve a Educação de Surdos, ela apresenta certas particularidades. No intuito de explorar estas particularidades, elaboramos a questão apresentada no Quadro 8.

Quadro 8 – Bloco de respostas sobre interações do TILS com os pais dos alunos surdos.

Participante	Na sua atuação como intérprete de libras, existe algum tipo de interação com os pais dos alunos surdos? E qual a sua opinião sobre esse tipo de interação?
P01	“Sim, interação total. A maioria dos pais dos surdos são bem participativos. Sou totalmente a favor, contanto que respeitem o espaço do surdo para seu próprio amadurecimento.”
P02	“Sim sempre tem, até porque os Surdos precisam se comunicar com os pais, sempre nos chamam.”
P03	“Sim, quando mantemos contato com os pais o processo de acompanhamento do aluno funciona melhor, pois ele busca saber quais as dificuldades e as formas de providenciar apoio para seu filho.”
P04	“Sim. Alguns pais querem aprender Libras para poder conversar e aconselhar seus filhos. A interação é muito importante. Porque tem criança que as vezes não é só a surdez. Tem criança que não interagem. É importante saber seu histórico familiar para poder ajudar e melhorar algumas dificuldades que eles possam ter.”
P05	“Nos meus três anos seguidos tive pais que eram 100% na escola, querendo saber como eles podem ajudar para assim facilitar o aprendizado da Libras e a língua portuguesa.”
P06	“Às vezes sim as vezes não. Se for uma relação profissional é bom, só precisa ter cuidado para não virar uma relação de dependência.”
P07	“Só vi essa situação no ensino superior, não atuo no ensino fundamental e nem médio”
P08	“Sim. Existe! Acho super válido. Claro, sempre mantendo o profissionalismo”

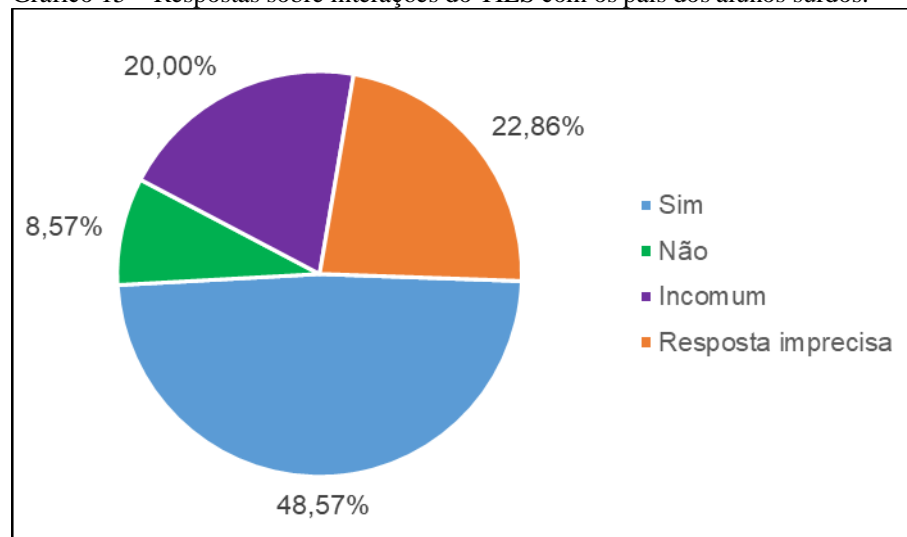
P09	“Sim. É importante para a construção”
P10	“A instituição ou o Prof. Regente que deve ter essa interação. Pois o aluno é da instituição e não do intérprete.”
P11	“Sim, como trabalho na sala do AEE por 3 anos, faço o acompanhamento dos meus alunos, sempre interagindo, conversando com a família e assim vejo progresso no desenvolvimento dos alunos.”
P12	“Muito difícil isso acontecer infelizmente, e quando se há parte mais do TIL do que deles. Creio que isso ocorre pelo fato deles não terem acesso a Libras, não saberem se comunicar com seus próprios filhos e isso faz com que eles não se apropriem da aprendizagem dos mesmos. Precisamos mudar esta realidade, trazer estes pais para dentro da escola para que de fato esta interação ocorra.”
P13	“Poucos pais tem uma relação direta com o intérprete, muitos nem conhece a língua de sinais pois usam sinais próprios domésticos.”
P14	“A família é essencial no desenvolvimento da educação do surdo, ressaltando família e escola no processo de ensino e aprendizagem do aluno surdo é muito importante ocasionando sucesso nos estudos.”
P15	“Bem pouca interação em virtude de atuar no nível superior de educação, no entendo, vejo a intervenção da família como algo extremamente positivo não só com os interpretes, mas com todos os envolvidos no processo de aprendizagem do aluno surdo, o comprometimento da família com a educação do filho em geral repercute no progresso significativo e eficaz do mesmo, então, participar ativamente na vida escolar ou academia do filho é relevante.”
P16	“Sim. É uma interação boa, mas sempre deixando claro nossa função para não confundir os cargos, porque muitas das vezes somos mais do que intérpretes em sala de aula com o aluno, somos educadores, responsáveis e muitas das vezes atrapalha o verdadeiro e real trabalho do intérprete educacional.”
P17	“Na rede municipal não faço esse tipo de interação, a minha participação é somente como intérprete de Libras do professor surdo. A interação entre a família é somente eles (professores surdos) que fazem. Porém, quando fui intérprete de uma escola particular, eu tinha essa interação com os pais, todas as coisas ficavam sob a minha responsabilidade, confesso que algumas coisas me incomodavam, porque alguns assuntos eram responsabilidade da escola procurar os pais ou os pais procurarem a escola para resolver, mas eles não faziam isso, eles me procuravam talvez por acharem que eu era uma espécie de tutora dos filhos deles, não sei bem dizer. Alguns assuntos pontuais, não via problema de pontuar com os pais, como orientá-los, mas nem tudo é responsabilidade do intérprete de Libras.”
P18	“Atualmente estou trabalhando no ensino superior então não tenho contato com os pais dos alunos. Porém até 2016 trabalhei no ensino médio, e tinha contato com os pais dos alunos. Eu os comunicava sobre os avisos e eventos da escola. E sobre o dia a dia dos alunos na escola. Eu gostava dessa interação, pois alinhava as informações com os pais e mantinha uma comunicação clara sobre tudo que acontecia com os filhos na escola.”
P19	“Existe sim uma boa interação entre os pais e os intérpretes. Isso é necessário, pois é a partir disso que acontece a evolução do aluno.”
P20	“Sim. Muito boa!”
P21	“No trabalho que realizei com aluno surdo no AEE realizei um trabalho conjunto com a família do discente. É muito importante esta interação para contribuir com o aprendizado dos educandos.”
P22	“Comigo não há contato. Bem, se a família contrata o profissional tradutor Interprete de Libras e no ato solicita parecer do trabalho, penso que há uma obrigação para esse retorno, digo obrigação no termo de responsabilidade como profissional. Mas essa interação não é de responsabilidade do tradutor intérprete de Libras e sim do professor da sala regular.”
P23	“Sim, sempre houve. Na realidade em que trabalho, os pais não sabem libras, e vem até a escola se queixando por não entender seu filho surdo.”
P24	“Na minha atuação como T.I.L. procuro passar toda e qualquer informação ao professor regente de sala. Para não haver má interpretação por parte dos familiares e profissionais que atuam em

	ambiente escolar. Respeitando assim a hierarquia estabelecida para cada função. E sempre seguindo o Código de ética da FENEIS.”
P25	“Não.”
P26	“Pouca interação.”
P27	“Sim! Pois sempre procuro estar em contato com à família dos meus alunos! Facilita na aprendizagem deles.”
P28	“Sim, é de suma importância essa interação com os pais para buscarmos a melhor maneira para o desenvolvimento do aluno dentro do ambiente escolar.”
P29	“Sim, é de fundamental importância a comunicação com a família do aluno surdo e o intérprete.”
P30	“Não tem.”
P31	“Um pouco, pois meus alunos são do Ensino Superior.”
P32	“Acredito ser importante conversar com os pais para que eles aprendam a LIBRAS pra conversar com seus filhos surdos. Incentivo os pais e ensino sempre que possível.”
P33	“Sim, existe! Pois o atendimento é diferenciado e direto com os pais podendo ser direcionado como pode ser trabalhado os aspectos linguísticos das libras com o docente.”
P34	“Sim. É interessante para manter os pais informados e aconselhados.”
P35	“Sim. Essa interação é de suma importância para entender a História, o comportamento, os gostos, os anseios do aluno no ambiente educacional e para além da escola.”

Fonte: Elaborado pelo autor.

Inicialmente, buscou-se compreender se os TILS participantes da pesquisa mantinham algum tipo de interação com os pais dos alunos surdos. A maioria respondeu de forma positiva, afirmando que existe algum tipo de interação com os familiares dos alunos surdos. Nesse aspecto, responderam os participantes P01, P02, P03, P04, P08, P09, P11, P16, P19, P20, P23, P27, P28, P29, P33, P34 e P35, com 48,57% (n=17) do total de respostas. Outros participantes, 22,86%, não responderam de forma esclarecedora, pois não foi possível abstrair o que foi indagado nas suas respostas. O total de participantes que responderam de forma imprecisa foram (n=8), são esses P05, P10, P14, P17, P18, P21, P24 e P32. O penúltimo grupo que respondeu ser incomum contactar os familiares dos alunos surdos, atingiu a porcentagem de 22,86% (n=7), sendo esses os participantes P06, P07, P12, P13, P15, P23 e P3. Apenas dois participantes (o P25 e o P30) responderam que não há interação com os familiares dos alunos surdos.

Gráfico 15 – Respostas sobre interações do TILS com os pais dos alunos surdos.



Fonte: Elaborado pelo autor.

Prosseguindo no tema, perguntamos aos TILS participantes da pesquisa: “E qual a sua opinião sobre esse tipo de interação?”. A maioria respondeu que essa interação é relevante e importante no desenvolvimento dos alunos surdos. Podemos compreender melhor nas respostas dos participantes P01, P03, P11, P16 e P28. O P01 respondeu que é a favor da interação, contanto que respeitem o espaço do surdo para seu próprio amadurecimento, os outros participantes informaram que mantendo contato com os pais o processo de acompanhamento do aluno funciona melhor, com isso, a família pode auxiliar da melhor maneira possível o processo de aprendizagem do aluno, na qual se observa progresso significativo, sem esquecer a real função do TILS.

Com as respostas dos participantes, podemos identificar que uma boa parte acredita que a interação da família do aluno surdo com os intérpretes de Libras é favorável, porque auxilia no progresso e desenvolvimento do educando e a família passa a entender os principais anseios e dificuldade dos seus filhos. Porém, alguns participantes enfatizaram que é necessário que a família entenda que o educando surdo tenha espaço para obter sua autonomia. Finalizando as respostas dos participantes que foram favoráveis a interação, ressaltou-se que há necessidade de não se confundir a função do intérprete, porque na maioria das vezes são confundidos com educadores responsáveis pela educação do aluno.

Os participantes que responderam de forma negativa a respeito da interação com a família dos alunos surdos relataram argumentos semelhantes. A título de exemplo, o P22 esclareceu que “comigo não há contato. Bem, se a família contrata o profissional tradutor Intérprete de Libras e no ato solicita parecer do trabalho, penso que há uma obrigação para esse retorno, digo obrigação no termo de responsabilidade como profissional. Mas

essa interação não é de responsabilidade do tradutor intérprete de Libras e sim do professor da sala regular.” Os outros participantes P25 e P30 responderam que simplesmente não tem interação com a família dos alunos surdos.

Identificamos na resposta do participante P22, que existe um perfil totalmente diferente dos demais profissionais da educação, pois não há interação com a família do educando e o único momento que acontece é somente através de um relatório, demonstrando um distanciamento relacional, o que pode dificultar a interação entre os entes envolvidos no âmbito da educação dos estudantes surdos.

Com relação as duas últimas categorias definidas como resposta “imprecisa” e “incomum”, temos que o participante de número P06 respondeu apresentando incerteza ao falar que “Às vezes sim, às vezes não.”. Outros responderam que existe pouca interação (P07,P13, P15, P26 e P31). O participante P12 respondeu que a interação vem da parte do intérprete – que entendemos ser uma resposta também “incomum”, uma vez que a interação pressupõe o envolvimento de duas ou mais partes.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Compreendemos que o ambiente escolar é repleto de profissionais de diferentes áreas e potencialidades distintas uma das outras, e dentro dessa conjuntura se encontram os intérpretes educacionais que compartilham do mesmo ambiente, onde há a soma de aprendizagem, troca de experiências, valores e parceria com os colegas de trabalho. O trabalho quando é desenvolvido em um ambiente sadio é muito mais produtivo, podemos encontrar na literatura registros que reforçam sobre essa temática, voltado ao bom relacionamento no ambiente educacional. Os autores Freschi e Freschi (2013, p. 04), nos falam sobre a “[...] importância que há em existir esse clima escolar harmonioso e equilibrado, pois se assim for, o docente de fato se sentirá apoiado e acolhido por aqueles que fazem parte do seu convívio no âmbito escolar.” Iniciamos a procura por literaturas que nos oferecesse embasamento e suporte acadêmico.

Na investigação identificamos uma escassez de trabalhos que abordassem sobre propósito da pesquisa, começamos com a busca por autores que desenvolvessem pesquisa no campo da Libras com foco nos TILS, o percurso histórico, leis e decretos que contribuíssem no fortalecimento da comunidade surda e por consequência o surgimento dos tradutores intérprete de Libras, sua formação profissional, e como é visto sua atuação na educação escolar. Em sequência, desenvolvemos um questionário, com o propósito de coletar informações referente ao campo de atuação dos TILS.

Duas questões importantes a se considerar com relação aos resultados é que não foi encontrado outro trabalho que se debruçasse exclusivamente sobre a atuação do intérprete educacional de Libras (a maioria versa sobre a educação de surdos), ou seja, se mostrando pioneira nesta seara, e a quantidade de trabalhos se mostrou relativamente pequena em comparação a outros trabalhos que seguem a mesma vertente de levantamento de trabalhos já publicados.

Ademais, no questionário procuramos identificar o entendimento do intérprete sobre sua profissão e traçar um paralelo junto a sua formação inicial e continuada (caso tivesse), cursos na área, tempo de serviço e suas concepções em relação área de atuação, entre outras, utilizando-se de técnicas quanti-qualitativas, com o propósito de mensurar e analisar alguns fatores que têm contribuído para tal julgamento de competência no acesso comunicacional.

Nessa direção, o objetivo geral desta pesquisa foi investigar as concepções do tradutor intérprete de Libras sobre sua formação profissional e sua atuação no contexto da Educação Básica. Os objetivos específicos nortearam o desenvolvimento da pesquisa, os

quais se destacam: O que pensam os Tradutores e Intérpretes de Língua de Sinais - TILS sobre a formação profissional que receberam. O que dizem sobre a trajetória formativa que vivenciaram. Quais concepções elaboram a respeito de sua própria atuação. E como interpretam a Educação de Surdos no quadro mais amplo do sistema de ensino público no Brasil. Dentro deste escopo, desenvolvemos uma pesquisa qualitativa composta de dois procedimentos: a revisão bibliográfica e a aplicação de um questionário com objetivo de coletar dados em relação as concepções do público-alvo da pesquisa.

Os relatos apresentado pelos participantes da pesquisa, nos proporcionou dimensão das verdadeiras dificuldades enfrentada pelos TILS, e possibilitou entendermos os principais problemas enfrentado por esses profissionais, no formato que podemos entender como uma especie de denuncia. Nessa linha de raciocínio, foi direcionado um olhar quanti-qualitativo. Isto possibilitou identificar o que os participantes pensam a respeito da sua profissão, se enxergam valorização na sua profissional, os pontos positivos e negativos e como são vistos dentro do contexto educacional.

Semelhantemente, conseguimos extrair dados relevantes através das opiniões manifestadas no questionário e uma grande parte dos relatos estão respaldos nas escritas acadêmicas e autores como Carvalho (2007) e Freire (1997). Ambos autores defendem a formação do docente por entenderem que é imprescindível a busca por conhecimento e o aprimoramento como profissional intérprete de Libras. Os dados coletados, apesar de restritos a uma amostra quantitativamente pequena (35 participantes), ofereceram pistas para uma reflexão sobre o tipo de formação que o TILS possui.

A título de curiosidade, constatamos que todos os participantes são graduados e que maioria buscou qualificação focada, principalmente, na área da Educação Especial. Destaco esse ponto, com o objetivo de reforçar que os TILS são profissionais capacitado e que devem ser reconhecidos não somente devido a lei que regulariza sua atuação, mas por todo sua capacidade, esforço e contribuição, que foram apresentados na pesquisa. Sem deixar de mencionar a contribuição no acesso comunicacional com a comunidade surda.

Cabe esclarecer que, ao darmos sequência à pesquisa, destacamos o fato de que esta pesquisadora trabalha e vive essa realidade como TILS tanto na rede de ensino como em eventos e, ao observar os relatos apresentado pelos participantes, ficou evidente situações que ainda me inquietam em relação a falta de despreparo de alguns profissionais da educação.

Com base nos dados coletados, acreditamos que o conhecimento sobre a inserção dos TILS no mercado de trabalho é assunto que demanda maior atenção dos pesquisadores. Focando nessa linha de pesquisa podemos identificar informações relevantes que possam contribuir no

contexto educacional. Propomos, para futuros estudos, um aprofundamento nas possíveis áreas em que os TILS podem e estão inseridos no mercado de trabalho. Sugere-se também uma visão de estudo voltado para os espaços acadêmicos, local este cada vez mais desbravado pela comunidade surda.

Sugerimos também que os dados sejam coletados e discutidos junto a uma amostra maior, em novas pesquisas, com profissionais de diversos setores e seguimento que envolva a Libras. Do mesmo modo, indicamos ações formativas de caráter instrutivo onde pode e deve ser apresentada a verdadeira função dos TILS, para que todos possam conhecer de maneira efetiva seu trabalho dentro do âmbito educacional.

Os tradutores e intérpretes de Libras, em especial ao público-alvo da Educação Especial(os surdos), por serem elementos fundamentais no trabalho dos TILS, acreditamos que explorar essa temática nos permitiu esclarecer pontos que antes eram vistos como “normais” e que na maioria das vezes se encontrava encoberto por um véu, cujo objetivo era esconder esses problemas perante a sociedade. Conseqüentemente, destacamos a relevância de garantir que os alunos surdos tenham um ensino de qualidade e inclusivo na prática, tal como é preconizado na legislação.

Quando buscamos trabalhar com um sistema de parceria é fundamental entendermos que estamos trabalhando com pessoas de diferentes pensamentos, conceitos e experiências de vida, isso não pode ser o fator determinante quando tratamos do bem maior que é uma educação igualitária e de qualidade. Na Educação Especial, é necessário um olhar humanizado, entendendo as peculiaridades da sua clientela para impactar positivamente o maior número de indivíduos.

O sistema educacional vem, durante anos, tentando encontrar estratégias, com o objetivo de estreitar o elo entre a escola e a família do educando. É nessa relação complexa que os intérpretes de Libras estão inseridos e para o fortalecimento de qualquer estrutura é necessária uma boa base, é nesse momento que entra a parceria (escola e família), esse elo é muito importante para o desenvolvimento do aluno, garantindo um apoio de ambos os lados. Ao praticar essa parceria, os envolvidos poderão trabalhar os pontos negativos buscando a melhor aprendizagem do aluno surdo.

Assim, finalizamos a pesquisa com sensação de dever cumprido, pois foi possível alcançar os objetivos proposto, tudo isso graças a todos os profissionais que optaram em participar do questionário. Todo o nosso trabalho está voltado para que tenhamos um ensino de qualidade para os alunos surdos e que a inclusão seja verdadeiramente efetivada em todos os ambientes que necessite de acesso comunicacional. Que os profissionais tradutores

intérpretes de Libras possam concretizar suas funções de maneira eficiente, explorando suas fontes de conhecimento e habilidade com a Libras em um contexto onde a teoria esteja articulada com a prática, respeitando um horário adequado para sua atuação.

REFERÊNCIAS

- ANATER, G. I. P.; PASSOS, G. C. R. Tradutor e intérprete de língua de sinais: história, experiências e caminhos de formação. **Cadernos de Tradução**, v. 2, n. 26, p. 207-236, 2010. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=4925822>. Acesso em: 08 out. 2022.
- ARANTES, A. C. F. F. S.; PIRES, E. M. A importância da formação do professor bilíngue na educação do surdo. **Revista Uniaraguaia**, v. 3, n. 3, p. 109-119, 2012. Disponível em: <https://www.fara.edu.br/sipe/index.php/renefara/article/view/119/105>. Acesso em: 02 mai. 2020.
- ARAÚJO, F. M.; ALVES, E. M.; CRUZ, M. P. Algumas reflexões em torno dos conceitos de campo e de habitus na obra de Pierre Bourdieu. **Revista Eletrônica Perspectivas da Ciência e Tecnologia**, v. 1, n. 1, p. 31-40, 2009. Disponível em: <https://revistascientificas.ifrj.edu.br/index.php/revistapct/article/view/14>. Acesso em: 16 mar. 2023.
- ASSUNÇÃO-LUIZ, A. V. *et al.* Impacto da Covid-19 em alunos de pós-graduação. **Olhares & Trilhas**, v. 23, n. 2, p. 538-554, 2021. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Alan-Assuncao-Luiz/publication/359091167_Impact_of_Covid-19_on_postgraduate_students/links/6227703e3c53d31ba4b15c5d/Impact-of-Covid-19-on-postgraduate-students.pdf. Acesso em: 04 mai. 2022.
- BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Trad. Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.
- BOURDIEU, Pierre. **A Economia das Trocas Simbólicas**. Pref. Sérgio Miceli. São Paulo: Perspectiva, 1987.
- BARBOSA, D. S.; FIALHO, L. M. F.; MACHADO, C. J. S. Educação inclusiva: aspectos históricos, políticos e ideológicos da sua constituição no cenário internacional. **Actualidades Investigativas en Educación**, v. 18, n. 2, p. 598-618, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.sa.cr/pdf/aie/v18n2/1409-4703-aie-18-02-598.pdf>. Acesso em: 12 abr. 2022.
- BRASIL. **Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005**. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm. Acesso em: 02 mai. 2020.
- BRASIL. **Decreto nº 9.656, de 27 de dezembro de 2018**. Altera o Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005, que regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2018/Decreto/D9656.htm#art1. Acesso em: 16 nov. 2020.
- BRASIL. **Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002**. Dispõe sobre a língua brasileira de sinais – Libras e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110436.htm. Acesso em: 02 mai. 2020.
- BRASIL. **Lei nº 12.319, de 1º de setembro de 2010**. Regulamenta a profissão de Tradutor e

Intérprete da Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/112319.htm. Acesso em: 02 mai. 2020.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Diário Oficial da União, Brasília, 7 de julho de 2015. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm. Acesso em: 23 mar. 2022.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 23 abr. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria Normativa MEC nº 29, de 20 de julho de 2007**. Realização do Programa Nacional para a Certificação de Proficiência em Libras e para a Certificação de Proficiência em Tradução e Interpretação de Libras-Língua Portuguesa-Prolibras. Disponível em: <https://www.semesp.org.br/legislacao/migrado2600/>. Acesso em: 30 mar. 2023.

CARVALHO, A. L. **A formação de professores em tempos de incertezas**. Encontro de Pedagogia. Cáceres: UNEMAT, 2007.

CARVALHO, A. L. **Os caminhos perversos da educação: a luta pela apropriação do conhecimento no cotidiano da sala de aula**. Cuiabá: EDUFMT, 2005.

CAVALCANTE JUNIOR, A. A.; REUTER, C. A. C.; QUEIROZ, W. A. **Valorização identitária e atuação dialógica do tradutor/intérprete de libras na educação superior**. Palestra virtual. Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará – UNIFESSPA, 2022. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=IduAnHR-rus>. Acesso em: 09 mar. 2023.

COELHO, E. C. **As Profissões Imperiais**. Medicina, Engenharia e Advocacia. 1822-1930. Rio de Janeiro: Record, 1999.

FEBRAPIL. **Sobre a FEBRAPIL**. Endereço eletrônico, 2022. Disponível em: <https://febrapils.org.br/sobre-a-febrapils/>. Acesso em: 08 out. 2022.

FENEIS. **Nota de Esclarecimento: Prolibras**. Disponível em: <https://blog.feneis.org.br/nota-de-esclarecimento-prolibras/>. Acesso em: 02 abr. 2023.

FIGUEIREDO, A. M.; SOUZA, S. R. G. **Como elaborar projetos, monografias, dissertações e teses: da redação científica à apresentação do texto final**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, v. 3, 2011.

FIGURELLI, J. O.; MALHADAS JUNIOR, M. J. O.; FIGURELLI, M. R. **Psicologia aplicada ao Direito**. 4 ed. São Paulo: LTR, 2015.

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

FREIRE, P. **Política e educação**. São Paulo: Cortez, 1997.

FRESCHI, M. E.; FRESCHI, M. *Relações Interpessoais: a construção do espaço artesanal no ambiente escolar*. Instituto de Desenvolvimento Educacional do Alto Uruguai – IDEAU. **Revista Rei**, 2013.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Ed. Atlas, 2008. GOMES, J. D. G. *et al.* **Impactos da pandemia nas pesquisas de pós-graduandos**. Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo - Largo São Francisco (FDUSP), São Paulo, 2020. Disponível em: https://www.migalhas.com.br/arquivos/2020/9/9298C9FE D82C32_ImpactosPandemiaPOSFDUSP-A4.pdf. Acesso em: 02 mai. 2022.

GUARINELLO, A. C.; SANTANA, A. P.; A. P.; FIGUEIREDO, L. C.; MASSI, G. O intérprete universitário da língua brasileira de sinais na cidade de Curitiba. **Rev. Bras. Esp.**, Marília, jan-abr. 2008. V.14, nº 01, p. 63-74.

GUIMARÃES, I. P. *et al.* Avaliação da Pós-Graduação em educação do Brasil: como superar a imprecisão que reina entre nós? **Quaestio-Revista de Estudos em Educação**, v. 17, n. 1, 2015. Disponível em: <http://periodicos.uniso.br/ojs/index.php/quaestio/article/view/2233/1926>. Acesso em: 04 mai. 2022.

JORDÃO, U. V. **O que dizem os intérpretes de Libras do sudeste goiano sobre formação e atuação**. 2013. 86 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2013. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/3126?show=full>. Acesso em: 02 mai. 2020.

LACERDA, C. B. F. A inclusão escolar de alunos surdos: o que dizem professores e intérpretes sobre essa experiência. **Caderno Cedes**, Unicamp, Campinas, v. 26, nº 69, p.163-184, maio/ago. 2006.

LACERDA, C. B. F. A inserção da criança surda em classe de crianças ouvintes: focalizando a organização do trabalho pedagógico. **Reunião Anual da ANPED**, v. 23, p. 1-17, 2000.

LACERDA, C. B. F. **Intérprete de Libras: em atuação na educação infantil e no ensino fundamental**. – 8.ed. – Porto Alegre: Mediação, 2017.

MACHADO, F. M. A.; **Conceitos Abstratos: escolhas interpretativas de português para Libras**. 2. ed. – Curitiba: Appris, 2017.

MAGALHÃES, E. J. **Sua Majestade, o intérprete: o fascinante mundo da tradução simultânea**. São Paulo: Parábola Editora, 2007.

MASUTTI, M. L.; SANTOS, S. A. **Intérprete de língua de sinais: uma prática em construção – estudos surdos III**. Rio de Janeiro, Arara Azul, 2008, p. 149-167.

NASCIMENTO, J. F. M. S. **Deficiência auditiva no ensino superior: a formação do professor como intérprete em Libras na Educação Inclusiva**. 2019. 169 f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Educação – Administração e Organização Escolar) – Faculdade Católica de Filosofia e Ciências Sociais, Braga, 2019. Disponível em: https://repositorio.ucp.pt/bitstream/10400.14/28883/1/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20de%20Mestrado_Josilene%20Nascimento.pdf. Acesso em: 02 mai. 2021.

OLIVEIRA, M. M. **Como fazer pesquisa qualitativa**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

PAGURA, R. A interpretação de conferências: interfaces com a tradução escrita e implicações para a formação de intérpretes e tradutores. **DELTA: Documentação de Estudos em Linguística Teórica e Aplicada**, v. 19, p. 209-236, 2003. Disponível em: www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=s0102445020030003000013. Acesso em: 15 fev. 2022.

PEREIRA, A. S. *et al.* **Metodologia da pesquisa científica**. 1 ed. Santa Maria, RS: UFSM, NTE, 2018. Disponível em: https://repositorio.uf-sm.br/bitstream/handle/1/15824/Lic_Computacao_Metodologia-Pesquisa-Cientifica.pdf?sequence=1. Acesso em: 25 abr. 2022.

PEREIRA, M. C. P.; RUSSO, Â. **Tradução e interpretação de língua de sinais: técnicas e dinâmica para cursos**. Taboão da Serra/SP: Cultura Surda, 2008.

QUADROS, R. M. de. **O Tradutor e Intérprete de Língua Brasileira de Sinais e Língua Portuguesa**. Programa Nacional de Apoio à Educação dos Surdos. MEC, 2007.

QUADROS, R. M. de. **O tradutor e intérprete de língua de sinais brasileira e língua portuguesa**. Secretaria de Educação Especial: Programa Nacional de Apoio à Educação de surdos. Brasília: MEC, 2002.

QUADROS, R. M. de. **O tradutor e intérprete de língua de sinais e língua portuguesa**. Secretaria de Educação Especial; Programa Nacional de Apoio à Educação de Surdos. Brasília: MEC; SEESP, 2004.

RAMOS, D. M.; HAYASHI, M. C. P. I. Balanço das dissertações e teses sobre o tema educação de surdos (2010-2014). **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 25, p. 117-132, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbee/a/PKKmTSPWS8g9rHpVpd9jThB/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 27 abr. 2022.

RODRIGUES, C. S.; VALENTE, F. **Intérprete de Libras**. – Curitiba: IESDE Brasil S.A., 2011. 232 p.

RÜCKERT, F. Q.; FONTELES, J. A. As pesquisas sobre tradutores e intérpretes de Libras: O perfil dos autores e os temas recorrentes. **Perspectivas em Diálogo: Revista de Educação e Sociedade**, v. 10, n. 22, p. 220-242, 2023.

SAKS, F. C. **Busca Booleana: teoria e prática**. Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2005.

SANDER, R. **Avanços & conquistas na atualidade**. 1º Encontro dos Profissionais Tradutores/Intérpretes de língua de Sinais de MS (09 e10 de dezembro de 2005) Campo Grande – MS: APILMS, 2005.

SANTA Catarina. Secretaria de Estado da Educação. Fundação Catarinense de Educação Especial. **Intérprete educacional de Libras: orientações para a prática profissional**. Org. João Paulo Ampressan, Juliana Sousa Pereira Guimarães e Marcos Luchi – Florianópolis: DIOESC, 2013.

SCHUBERT, S. E. M. **Políticas públicas e os sentidos e significados atribuídos pelos educandos surdos ao intérprete de língua de sinais brasileira.** 2012. 205 f. Dissertação (Mestrado em Programa de Pós-Graduação em Educação). Universidade Tuiuti do Paraná. 2012. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/190788>. Acesso em: 05 jun. 2023.

SILVA, C. A. A. **Entre a deficiência e a cultura:** análise etnográfica de atividades missionárias com surdos. Tese (Doutorado) apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Departamento de Antropologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2011. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8134/tde-13102010-144632/publico/2010_CesarAugustodeAssisSilva.pdf. Acesso em: 16 fev. 2022.

SILVA, C. C. M.; CALADO, E. F. N. **A interação família e escola:** vantagens para o processo de ensino aprendizagem nas crianças da educação infantil e anos iniciais. 2022. Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado à Universidade Federal Rural de Pernambuco, como requisito para a conclusão do Curso de Graduação em Licenciatura em Pedagogia da Unidade Acadêmica de Educação a Distância e Tecnologia. Recife, 2022. Disponível em: https://repository.ufrpe.br/bitstream/123456789/3840/1/tcc_art_cleisilvianiacristinedemoraessilva.pdf. Acesso em: 11 mai. 2023.